

cadernos do

# terceiro mundo



PORTE PAÇO  
REVISTA MENSAL

**ANGOLA:  
A CONTRA  
OFENSIVA  
DIPLOMÁTICA**

Novembro/1981 — Esc. 60\$00 — MT 60,00 — PG 60\$00 — CV 60,00 — K... — Cr\$ 120,00 — Ano IV — n.º 38

**MÉDIO ORIENTE:  
DEPOIS  
DE SADAT**

**confidencial**

Documento  
de Santa Fé

A estratégia  
de Reagan  
para a  
América Latina





**“Na CIMANGOLA  
trabalhamos pela  
nossa independência  
económica e  
pela da África”**



*Desta empresa, uma das maiores do continente, 90% das exportações vão para a Nigéria, Congo, Madagáscar, Gabão e, em breve, para a Líbia.*

**CIMANGOLA - U.E.M.**  
ex-SECIL DO Ultramar

9 Avenida 4 de Fevereiro nº 42 - 2º andar  
Tel.: 71190 • Luanda  
Fábrica: Estrada do Cacuzo • Tel.: 71100  
Telex 3142 - CIMENTO AN • C.P. 2532





# Aos leitores

## As nossas previsões sobre Sadat

Quando em Lisboa procedíamos ao «fecho» do último número da edição portuguesa de **cadernos**, caíram na redacção os primeiros telegramas noticiando o atentado contra Sadat. O acontecimento obrigou-nos a substituir um texto, onde prevíamos o fim do seu regime, por um outro, descrevendo o modo como se processou a morte do «rais». Mas, devido ao curto espaço de tempo que separa a edição brasileira da portuguesa, essa previsão (ver neste número «O Mundo Árabe sem Sadat») ainda foi publicada no Rio de Janeiro. Nesse texto, o nosso único erro de cálculo era no método usado pelos opositores de Sadat. Nos contactos que representantes de **cadernos** mantiveram em Beirute, Trípoli e outras capitais árabes ou europeias com dirigentes da oposição egípcia no exílio — alguns deles militares — era evidente que se preparava algo que nos levava a pensar que o derrube do «rais» seria tentado mediante um golpe de Estado militar.

Os conspiradores do Cairo optaram pelo atentado, mas isso não invalida a actualidade e precisão das nossas previsões. Seria ingénuo aceitar que a morte de Sadat tenha sido o «acto desesperado de fanáticos», como tenta fazer crer a propaganda oficial egípcia, e não o desfecho de uma conspiração gerada nas Forças Armadas e que está ainda longe de ter chegado ao seu termo. No artigo de Neiva Moreira, que esteve recentemente no Mundo Árabe, como no editorial, são examinados este e outros aspectos da eliminação de Sadat e da crise que se abate sobre o Egipto e as suas repercussões internacionais.

Na outra ponta da estratégia de dominação norte-americana, Paulo Cannabrava Filho, de regresso da América Central e Caraíbas, dá-nos uma análise do chamado documento de Santa Fé que ajuda a compreender muitos dos factos que hoje ocorrem no mundo, forjados nos laboratórios da Casa Branca e do Pentágono.

Mas esta edição não estaria completa sem uma informação, mais larga, da insurreição pacífica dos países europeus contra o «holocausto atómico» que os belicistas de Washington estão a tramar, na falsa expectativa de que o seu próprio território ficará imune a uma guerra nuclear que desejariam limitada.

Uma palavra final aos leitores: todos os nossos serviços, do México ao Maputo, de Lisboa e Roma ao Rio de Janeiro estão empenhados na solução de um problema vital de **cadernos** que é regularizar a sua periodicidade. E também, no caso brasileiro, melhorar a distribuição. Queremos entrar o Ano Novo com melhores notícias sobre essas deficiências de funcionamento, que procuramos corrigir, e para tanto contamos com a cooperação dos nossos leitores.



Editor Geral  
Neiva Moreira  
Editores Associados  
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

● *Edições em português*  
ANGOLA — CABO VERDE  
MOÇAMBIQUE — PORTUGAL  
— S. TOMÉ E PRÍNCIPE  
GUINÉ-BISSAU

Editor  
Altair Campos  
Administrador  
Ernesto Pádua  
Redacção  
Baptista da Silva  
Carlos Pinto Santos  
Leonardo Mourão  
Revisão  
Estevam Reis  
Documentação e arquivo  
Cristina Assis  
Tricontinental Editora Ld.\*  
Calçada do Combro, 10-1.º  
T. 320650 — Lisboa 1200  
Serviços Comerciais e Publicidade  
José C. Figueiredo  
Composição e Impressão  
Renascença Gráfica e  
Gráfica Europam, Ld.\*  
Distribuição  
CDL — Central Distribuidora Livreira S.A.R.L.  
Representantes  
Angola  
Luís Henrique — C.P. 3593 — Luanda  
Moçambique  
Etevaldo Hipólito  
Rua Kongwa, 153 — Maputo  
T. 25140

BRASIL  
Director e Editor  
Neiva Moreira  
Director Administrativo  
Altair Campos  
Secretário de Redacção  
Nilton Caparelli  
Representantes  
Clóvis Sena (Brasília)  
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)  
Caixa Postal 60.086 — CEP 05.033  
Arte  
Maria Nakano  
Carmem Saporetto  
Tradução e Revisão  
José Carlos Gondim  
Cláudia Guimarães  
Publicidade  
Jesus Antunes

Conselho Editorial Internacional  
Darcy Ribeiro — Juan Somavia  
Henry Pease Garcia — Aquino de Bragança  
Wilfred Burchett

Documentação e Arquivo  
Lídia Freitas  
Composição  
Ronaldo Fonseca  
Distribuição  
Homero Souza  
Fotolito  
Colorjor Studio Gráfico Lt.\*  
Rua 2 de Fevereiro, 33 — Encantado  
Impressão  
Capemi Editora e Gráfica Lt.\*  
Rua Peçanha da Silva, 360 (Eng. Novo)  
Rio de Janeiro — RJ — Tel.: 201-2596  
editora terceiro mundo Lt.\*  
Rua da Lapa, 180  
(sobrelajeira «A») Tel.: 242-1957  
CEP 20.021 — Rio de Janeiro (RJ)  
Registro na Junta Comercial do Estado  
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291  
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32  
Inscrição Estadual n.º 81.341.400  
Registro no INPI: Protocolo n.º 013.539  
Registro no SCDP/SR/DPF  
n.º 2195 — P. 209/73

● *Edições em espanhol*  
MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL  
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE  
Editor  
Roberto Remo  
Gerente Geral  
Gerónimo Cardoso  
editora periodistas del tercer mundo a.c.  
salle California, 98A — Coyoacán  
México, 21 DF — telephone: 689-1740  
Correspondência: Apartado Postal, 20 572  
México, 20, DF  
BOLÍVIA — CHILE — COLÔMBIA  
EQUADOR — PERU — VENEZUELA  
(Edição Andina)  
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y  
Promoción del Desarrollo  
Avenida Salaverry, 1945  
Lima, 14 Peru — Telephone 724-712

● *Edições em inglês*  
ESTADOS UNIDOS — CANADÁ  
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA  
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO  
Editor  
Fernando Molina  
Editor Consultivo  
Cedric Belfrage  
Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: **ANGOP** (Angola), **AIM** (Moçambique), **INA** (Iraque), **IPS** (Inter Press Service), **SHIHATA** (Tanzania), **Wafa** (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas **Nueva** (Equador), **Novembro** (Angola), **Tempo** (Moçambique) e com o jornal **Daily News** de Dar-es-Salaam (Tanzania).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argentina — Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize — Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá — Checoslováquia — Chile — Colômbia — Costa Rica — Cuba — Dinamarca — El Salvador — Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia — Finlândia — França — Granada — Guiana — Guiné-Bissau — Honduras — Iémen Democrático — Índia — Indonésia — Irão — Iraque — Jugoslávia — Jamaica — Japão — Kuwait — Líbano — México — Moçambique — Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai — Perú — Portugal — Porto Rico — Quênia — República Dominicana — Sahara — São Tomé e Príncipe — Seychelles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Suriname — Santa Luzia — Tailândia — Trindade-Tobago — Uruguai — União Soviética — Venezuela — Vietname — Zâmbia — Zimbábue.

Editor e Director: Altair L. Campos  
Propriedade:  
tricontinental Editora, Lda.  
Redacção e Sede da Administração:  
Calçada do Combro, 10-1.º  
tel. 320650 1200 Lisboa  
Tiragem desta edição: 36.000 exemplares

**DISTRIBUIDORES**

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288. La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. CABO VERDE: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 N.º 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colômbia 248, of. 205. Quito. Ed. Jaramillo Artega, Tel. 517590. Reg. Sendip Pax 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1478 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valência St. San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria «José Trinidad Reyes», Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humbolt N.º 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas N.º 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave Gonzalez, Rio Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th Inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunter Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.



**Neste número**

1 aos leitores  
4 correio

**Matéria de capa:** *O Médio Oriente depois de Sadat*

- 5 editorial: Sadat, o raiz que não deixou herança
- 9 O mundo árabe sem Sadat, *Neiva Moreira*
- 15 O dilema do islamismo militante, *Carlos Castilho*

**Especial:** *a estratégia de Reagan*

- 21 O pensamento secreto dos cow-boys de Reagan, *Paulo Cannabrava Filho*
- 24 O documento de Santa Fé
- 34 As contradições do belicismo, *Luís Maira*
- 37 Europeus querem dizer não, *Marco Denegri*
- 39 O ressurgimento do pacifismo
- 41 O síndrome do Vietname, *Beatriz Bissio*
- 47 As novas regras económicas da confrontação bélica, *Carlos A. Afonso*

**América Latina**

- 51 Cuba: Guerra à agressão bacteriológica, *Pablo Piacentini*
- 55 Belize: Chegou a independência, mas falta a liberdade, *Roberto Bardini*
- 60 Uma história colonial de 343 anos
- 63 Caraíbas: As armadilhas do turismo, *Colin Campbell*

**África**

- 66 Angola: Cresce o apoio internacional, *Luís Rodrigues dos Santos*
- 69 Senegal: A herança de Senghor, *Micaela Ramada*

**Ásia**

- 72 Bangladesh: A oposição impõe condições, *Mohamed Salem*

**Norte-Sul**

- 74 A energia, eixo do conflito Norte-Sul
- 77 Cimeira de Cancun: muita parra, pouca uva
- 79 Explosão demográfica: arma dos povos subdesenvolvidos, *Hugo de Menezes*

**84 Panorama Tricontinental**

**89 Telex**

**Meio Ambiente**

- 91 Lama vermelha ameaça a Jamaica, *Beverley Newell*

**Documentos**

- 94 A confissão da Pide/DGS
- 98 Última Página: Humor, *Willy*





## Juan Lechin

Há tempos que sigo a revista com atenção, como uma excelente fonte do que acontece no Terceiro Mundo e como suporte das lutas aí travadas. A difusão que fizeram sobre o meu país, Bolívia, e sobre os problemas que ali se passam, permite manter informado um importante sector da opinião pública.

Juan Claudio Lechin, Nova Iorque

## norte e supérfluos

Vendo que os países do chamado Terceiro Mundo não podem mais ser o sustentáculo da economia capitalista de exploração selvagem, os chamados ricos do Norte, liderados pelos Estados Unidos, tentam desestabilizar os regimes democráticos e socialistas, no intuito de ganharem novos mercados para os seus produtos supérfluos.

António J. de Jesus, Bahia, Brasil

## raiva

Como é grande a raiva que se sente perante as agressões criminosas dos racistas sul-africanos a Angola. Para lá dos massacres, do sofrimento da população obrigada a abandonar as suas terras, dos traumatismos infligidos a milhares de homens, mulheres e crianças que levarão muito tempo a sarar, está a impossibilidade de todo o povo de Angola poder combater com total energia outros grandes inimigos: o subdesenvolvimento, a herança legada pelo colonialismo e as consequências provocadas pela difícil situação com que Angola ascendeu à independência. Botha e seus amigos sabem tudo isto muito bem. Por isso, ao agredirem a RPA não é apenas a SWAPO que combatem mas sobretudo o progresso do povo angolano que tentam asfixiar

Mário Santos Ferreira, Paris

## canal importante

Neste momento de revitalização da guerra fria pela batuta do maestro doentio Reagan, de crise do capitalismo que recal sobre os países subdesenvolvidos na forma de uma maior — já terrível — exploração, de agressividade e violência a todos os povos que desejam se libertar, como é importante esse canal de informações sobre o Terceiro Mundo! Parabéns pela excelente revista.

Márcio A. C. Rossi, Florianópolis, Brasil



## cooperação ou tutela

Será que a cimeira que reuniu em Paris representantes da França e de 33 países africanos — tipo de encontro este iniciado por Giscard d'Estaing e agora continuado por François Mitterrand — não tenderá a institucionalizar uma certa hegemonia tutelar que Paris sempre tentou impôr ao continente? Será que — afastado agora o intervencionismo belicista dos piores tempos do consulado de Giscard — não se pretenderá, não tanto implantar subservientes regimes políticos, antes condicionar, ao abrigo de uma «cooperação fraterna» e de cores socialistas, determinados modelos de desenvolvimento? Sejam ou não estas as intenções dos novos dirigentes franceses, penso que estes poderão ser perigos para os quais a África e os seus dirigentes têm de estar precavidos — apesar da falta de alternativas (tecnológicas e outras) e de, em muitos casos, seculares laços de dependência em relação àquela metrópole.

António Narciso, Bruxelas

## «aberturas»

Penso que os cadernos deveriam mais atentamente acompanhar os «processos de abertura» por que passam determinados regimes africanos, como sejam a Tunísia e o Senegal. É que muitas vezes o leitor é posto perante «factos consumados», não compreendendo aquilo que verdadeiramente esteve por detrás das referidas «aberturas».

Jaime Magalhães, Porto

## dez linhas de imprensa

Há regimes políticos que não obstante o amontoado de provas irrefutáveis sobre o seu carácter sanguinário, opressivo, gozam de uma escandalosa complacência e cumplicidade do Ocidente capitalista, apenas (mas de que maneira suficiente...) originada por negócios e esquemas estratégicos. Nesses casos regista-se uma curiosa amnésia dos paladinos dos direitos humanos do «mundo livre» (como esta expressão tem hoje uma carga farisaica e ridícula...) e dos mass media ao seu serviço. Vem isto a propósito de uma pequena mas terrível notícia lida recentemente nos jornais (só a encontrei em dois) acerca da repressão em Marrocos. No rescaldo de uma manifestação em Rabat, 35 homens foram lançados numa exígua cela (3 metros por 2, segundo creio) e que obviamente só lá couberam em camadas sobrepostas. Horas depois, apenas três prisioneiros foram retirados com vida. Todos os restantes morreram asfixiados. O seu martírio teve direito a dez linhas de imprensa.

Pedro Serrão, Lisboa

## Intercâmbio

- **Marcelo Ribeiro**  
Rua Visconde de Figueiredo, 64/201,  
Tijuca  
20550 Rio de Janeiro — RJ, Brasil
- **Márcio A.C. Rossi**  
C.P. 1239  
88000 Florianópolis — SC, Brasil
- **Henrique de Souza Miranda**  
Av. Gertrudes, 470 — Sala 01  
13870 São João da Boa Vista — SP,  
Brasil
- **António Jorge de Jesus**  
Direita da Piedade, 6/11  
40000 Salvador — BA, Brasil
- **Mário Vasconcellos Marra**  
Travessa Macaé, 187 — Santa Cruz  
23500 Rio de Janeiro — RJ, Brasil
- **Adão Baião**  
C.P. 79 — Dir. Técnica de Apolo, TAAG  
Luanda, Rep. Pop. de Angola
- **João Carlos Manuel**  
C.P. 534/C  
Luanda, Rep. Pop. de Angola
- **Abel Xavier Barbosa**  
a/c de António Txachima  
C.P. 15 — Dundo, Diamang  
Lunda — Norte, Rep. Pop. de Angola
- **Júlio César Pantigoso Barreto**  
Lara y Cordero 1220, Int. 4, Chiclayo  
Peru



## Sadat, o rais que não deixou herança

**Q**UANDO a 28 de Setembro de 1970, foi anunciada a morte repentina de Gamal Abdel Nasser — o primeiro rais — o povo egípcio saiu às ruas numa unânime e espontânea demonstração de dor. As cidades e aldeias de todo o país foram palco de uma expressão colectiva de luto árabe: as mulheres, mais ainda que os homens, eram disso testemunha, chegando a desespero a levá-las a rasgar as vestes, enquanto no resto do mundo árabe as populações demonstravam, a diversos mas intensos níveis, o pesar pela perda do líder.

A 6 de Outubro último, morreu Mohamed Anuar El Sadat e, não obstante o aspecto trágico, espectacular, com que se caracterizou o atentado, o povo egípcio permaneceu imóvel, silencioso, indiferente. A vida decorreu como em qualquer outro dia.

Aos funerais do segundo rais assistiram numerosos chefes de Estado e altas personalidades que no majestoso acto representavam apenas as potências ocidentais ou o Estado sionista, este na pessoa do primeiro-ministro Menahem Begin. O Mundo Árabe desertou da cerimónia. Nenhum dos seus líderes — à excepção de Gaafer Numeiri, do Sudão, e Siad Barra, da Somália — acorreu a render a derradeira homenagem ao presidente caído.

Estas duas imagens guardam um valor simbólico perfeito, correspondendo cada uma delas a uma realidade diferente: a de Nasser, identificado com o seu povo e a Nação Árabe; a de Sadat, distante do seu povo e apartado do Mundo Árabe.

E, no entanto, Sadat havia conhecido a popularidade e o respeito. Quando chegou ao poder era pouco conhecido. Havia sido eleito entre os homens fortes do regime porque, nomeadamente, se dava bem com todos e não parecia apresentar uma ameaça para qualquer deles. Assumir a liderança e afastar os seus competidores mais directos foi a tarefa em que se empenhou e a que dedicou os seus esforços durante os seus dois primeiros anos de governo. Mas, ainda assim, estava longe de ser um líder carismático, em parte devido à forte recordação deixada pelo seu antecessor.

A 6 de Outubro de 1973, o segundo rais lançou as tropas egípcias em ataque contra Israel. Tinha início a guerra do Ramadão, denominado *Yam Kippur* pelos israelitas. Ante a admiração geral, o exército egípcio conseguiu romper a linha *Bar Lev*, considerada como inexpugnável. Na ocasião, os árabes não conseguiram fazer vergar os seus inimigos sionistas que anexaram novos territórios (o Sinai e os montes Golan) mas estiveram muito perto da vitória e, sobretudo, evidenciaram que eram um opositor com o qual, na guerra ou na paz — se mantivessem a sua união — Israel teria sempre que contar.

A acção desencadeada por egípcios e sírios levantou a moral árabe a níveis nunca antes conhecidos na era moderna. Depois de duas guerras perdidas, em que as armas do pequeno Estado judeu tinham humilhado os soldados árabes, estes recuperavam a sua honra e orgulho. Muitos dirigentes políticos e militares participaram na guerra do Ramadão mas os árabes, no entanto, identificaram como líder dessa gesta o general Sadat, que no campo de batalha havia conseguido o que não alcançara Nasser. (Embora seja necessário lembrar que o plano militar usado por Sadat foi originalmente ainda concebido por Nasser e executado pelo general Chazli, actualmente no exílio e que se responsabilizou pelo atentado que causou a morte de Sadat). Foi quando o segundo rais se viu amado e respeitado pela Nação Árabe. Sadat, porém, não aproveitou a posição que havia conquistado para, apoiado no campo progressista, continuar a pressionar Israel.

Não se cansava de dizer que os Estados Unidos detinham 90 por cento dos factores para a solução do problema do Médio Oriente. E da mesma forma como em 1971 se desembaraçara dos nasseristas-progressistas com posições de chefia, e dos partidários de uma estreita colaboração com a URSS, a 18 de Julho de 1972 ordena a retirada dos conselheiros militares soviéticos do Egipto. Ou seja, antes mesmo da guerra do Ramadão ter início já o general Sadat iniciava a mudança de esfera de influência que culminaria anos mais tarde.

Os dois campos possíveis de alianças dentro do Médio Oriente — área de primordial importân-



# Editorial

cia estratégica mundial pela sua situação geográfica e a sua abundância em hidrocarbonetos — são, como é fácil concluir, os Estados Unidos e os seus aliados, e a União Soviética e o campo socialista. Dado que Israel tem desde a sua origem uma aliança tecida por inúmeros laços com os EUA, aos árabes que quisessem enfrentar o poderio sionista não restava outra aliança que não fosse com a superpotência adversária, a URSS. Só esta poderia fornecer-lhes o armamento, o treino e a protecção necessários para enfrentar Esrael.

Sadat escolheu outro caminho, em cuja viabilidade acreditou. Cabe imaginar que quando declarou a guerra do Ramadão pensava já na sua alternativa, já que a havia antecedido com a purga à esquerda e a expulsão dos soviéticos. Pensou que, ao demonstrar aos EUA que não existia por detrás de si o «perigo russo» e ao fazer-se valer como interlocutor, inclusive no campo militar, poderia ganhar os norte-americanos para uma solução negociada do problema do Médio oriente.

Na realidade, essa tese não era apenas sua. Os interesses mais conservadores da região, nomeadamente os sauditas, sustentavam que a alternativa existia e consistia em mostrar aos ocidentais e a Washington que constituía um erro, e era mesmo contrário aos seus interesses, o associarem-se exclusivamente a Israel e negar qualquer satisfação à reivindicação palestina. Segundo esse raciocínio, a presumível tomada de consciência norte-americana deveria induzi-la a passar de um consentimento e apoio irrestrito a toda e qualquer agressão israelita contra os árabes, para uma postura mais equilibrada, que se caracterizaria por obter todas as garantias para a existência e a segurança de Israel mas também, através de pressões de Washington sobre Telavive, o consentimento activo para a constituição de um Estado palestino.

Este estatuto implicaria que o Médio Oriente — e não apenas Israel, mas também o Egipto, todo o Golfo, incluindo o Irão — passaria a ser terreno de uma estreita aliança com os Estados Unidos e, desse modo, se afastaria toda a possibilidade de influência da URSS e dos movimentos progressistas na região. Em último caso, eram os interesses económicos das castas governantes no Golfo como da burguesia egípcia em ascensão — na verdade as forças que defendiam esta orientação — que ficariam definitivamente a salvo.

Estes cálculos revelar-se-iam errados preci-

samente em ambos os extremos do leque político. É evidente que a perspectiva apresentada por Sadat interessava a Washington e aos seus sucessivos governantes. Mas não ao preço de uma hipotética ruptura com Israel, que não se mostrava disposto a qualquer concessão no que respeita à criação de um mini-Estado palestino gozando de relativa autonomia. Assim, o eixo Washington-Telavive aceitou as negociações com o objectivo de ganhar tempo, o que acabou por provocar o desgaste de Sadat e de todos os que o apoiaram. No que respeita aos palestinos e a todos os árabes que com eles se identificam, a solução proposta por Sadat era inadmissível, já que não atendia a nenhuma das reivindicações de base deste importante sector.

Em tal contexto, o supremo gesto de Sadat, com a sua surpreendente viagem a Israel em Novembro de 1977, representou um movimento de grande audácia e uma jogada política coerente com o objectivo de levar as suas teses até às últimas consequências. Em primeiro lugar porque negociava directamente com o adversário, naquele momento representado por Menahem Begin, um representante da extrema-direita israelita e da extrema arrogância do Estado judeu. A Begin era oferecida uma paz em separado, na esperança de que isso arrastasse também árabes conservadores e monarquias que a Imprensa ocidental gosta de chamar de moderadas.

Esta paz em separado significava: garantias de manutenção das principais conquistas israelitas nas várias guerras, em troca da devolução das terras ocupadas em 1973 e da aceitação de uma entidade nacional palestina na Cisjordânia. A amplitude da oferta deveria despertar uma vocação negociadora em parte considerável do *establishment* israelita.

Por outro lado, a presença de Sadat em Israel — a imagem do soldado estendendo o ramo de oliveira ao seu rival — bem como as perspectivas de paz com o maior país árabe, deveriam induzir os ocidentais, e especialmente os Estados Unidos, a situar-se numa posição de equilíbrio e de pressão sobre Telavive. O então presidente norte-americano James Carter viu naquela abertura a possibilidade de conseguir uma grande vitória na cena internacional, que compensaria os reveses sofridos tanto no plano interno como externo. Neste aspecto, os cálculos de Sadat não eram errados, já que ele conseguiu associar Carter e o seu futuro político aos Acordos de Camp David. Mas, tratando-se de Israel,



haveria que reconhecer, o presidente norte-americano não era senão uma parte do problema. O poderoso *lobby* judeu nos EUA pesou também de maneira decisiva.

Mas foi, sobretudo, a intransigente atitude de Begin, as suas constantes agressões ao Líbano, as sucessivas instalações de colonatos nos territórios ocupados, sem falar já no recente bombardeamento da central nuclear do Iraque, que deixaram o *raís* sem margem de manobra. Todos estes acontecimentos ocorridos desde 1973, passando pelo acordo de Camp David até hoje, comprovaram o fracasso da tese levantada por Sadat. Ao levar o jogo político e diplomático até às suas últimas consequências, o presidente egípcio acabou por provar a sua falência. Ou seja, que — sem entrar num processo de intenções — o *raís* tinha objectivamente pactuado com o inimigo e abandonado os seus irmãos árabes.

É certo que ele havia conseguido a devolução de duas terças partes do Sinai, mas para obter a parte restante (prevista para Abril de 1982) Sadat ver-se-ia confrontado com novas exigências, bem como admitir que não conseguiria nada para os palestinos. Nestas condições, nenhum governante árabe, nem mesmo os príncipes do Golfo, acompanharam Sadat na sua travessia para a capitulação.

Aliás, o que o *raís* empreendia em política externa tinha uma correlação directa na política interna no Egipto. Sadat — também em 1973 — iniciava uma liberalização da vida política do seu país em termos, apenas formalmente, parecidos aos das democracias ocidentais, ainda que com limitações importantes. O general-presidente acabou então com o partido único de Nasser bem como com uma parte do aparelho de segurança, já que não estava disposto a continuar a obra revolucionária do seu antecessor e dele não necessitava para enfrentar a resistência da burguesia ou as conspirações do imperialismo. Pelas mesmas razões libertou muitos dirigentes e militantes da Irmandade Muçulmana e de outras organizações do fundamentalismo islâmico, chegando, por isso, a ser apontado como um aliado de facto da Irmandade.

A doutrina do presidente permitia um certo pluralismo (no qual a esquerda não tinha no entanto lugar) condicionado, porém, a uma «Unidade Nacional», cujos termos foram fixados pelo próprio Sadat; termos esses que, sumariamente, obrigavam todos os beneficiados da abertura política a aceitarem incondicionalmente a política

externa. A repressão contra a esquerda e a simultânea liberalização dentro dos limites apontados foram mantidos até à viagem do *raís* a Israel. A partir de então, foi rompida a aliança que sectores islâmicos fundamentalistas e, nomeadamente, a Irmandade Muçulmana vinham mantendo com o governo. Os componentes do fundamentalismo, apesar de conservadores no terreno religioso, eram inimigos acérrimos de Israel, dos Estados Unidos e da ocidentalização acelerada do Egipto.

Foi a partir dessa altura que a Irmandade começou a incentivar a oposição contra Sadat nas mesquitas e nas ruas. Diante do crescimento da resistência popular, Sadat viria a produzir os seus últimos actos políticos: em Setembro deste ano mandou encarcerar mais de 1500 dirigentes religiosos (islâmicos e coptas), políticos, sindicalistas e militares, expurgando o regime dos últimos vestígios de liberalismo que ainda podia — e disso fazia questão — exibir. Muitos dos presos eram dirigentes da Irmandade Muçulmana. Em seguida, Sadat organizou um plebiscito absurdo sobre as medidas que acabava de determinar, anunciando um fantástico resultado de 99,45% de votos a favor do governo. Dias depois, a 15 de Setembro, expulsava diplomatas e funcionários civis soviéticos.

Sadat procurava a todo o transe demonstrar aos seus cépticos interlocutores norte-americanos e israelitas que os seus adversários internos não representavam uma ameaça séria, e que a autocracia por ele instaurada contava com o apoio do povo egípcio.

O comando que, no dia 6 de Outubro, matou Sadat provou o contrário e espalhou a consternação entre os aliados do presidente egípcio. Estes, continuam a perguntar-se se o sucessor de Sadat, o general da Força Aérea Hosni Mubarak, conseguirá consolidar o poder ou, pelo contrário, enfrentará violentas lutas internas e um período de instabilidade. Indagam-se ainda se o curso dos acontecimentos caminhará para a paz com Israel e para o prosseguimento dos Acordos de Camp David ou se acabará por dar uma guinada neste Egipto sem Sadat.

A estas e outras perguntas só o tempo dará resposta. O povo egípcio e os demais governantes árabes já emitiram, no entanto, um severo julgamento contra o chefe de Estado assassinado ao não terem participado nos funerais do homem que delapidou a magnífica herança de Nasser, para deixar o país hipotecado e num beco sem saída. □



# UM LIVRO PARA AS CRIANÇAS

OS GRANDES CLÁSSICOS INFANTIS

OS MAIS BELOS CONTOS  
DA

## ÁFRICA NEGRA

A CIDADE DE ONDE NUNCA SE VOLTA  
O ANEL MÁGICO  
SIMBA SUMBA E A FILHA DO SOL E DA LUA



PUBLICAÇÕES  
EUROPA-AMÉRICA



uma edição de  
**PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA**



## O mundo árabe sem Sadat



*Embora não se esperem de Hosni Mubarak mudanças radicais na linha pró-Washington do governo egípcio*

*não restam dúvidas que a morte do «rais» abre uma brecha profunda no esquema estratégico norte-americano*

Neiva Moreira

O ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Claude Cheysson, provocou em Washington e em algumas capitais europeias uma tempestade de protestos contra as suas declarações sobre o desaparecimento de Anwar El Sadat. Resumidamente, o ministro francês fez duas observações sobre o acontecimento: primeiro, que se surpreendera com a indiferença popular em face do atentado; segundo, que, «horível em si mesma, a morte de Sadat faz desaparecer um obstáculo à reconciliação do mundo árabe».

O editorial (pág. 5 desta edição) enviado de Roma pelo nosso companheiro Pablo Piacentini, que recolhe ampla informação sobre o comportamento do povo egípcio no episódio, analisa em profundidade o que se passou no Cairo, precisamente a primeira das observações do ministro francês. A segunda, é uma asserção que está por comprovar, mas se são claros os indícios de que a total reconciliação inter-árabe ainda não chegou, ela jamais se concretizaria com Sadat à frente do Estado egípcio.

Basta olhar para o papel que Washington tinha reservado ao *rais* — o qual ele vinha a desempenhar com subserviência e constância — para se ter a ideia da nefasta posição que este assumira, factor de discórdia e de debilidade do poder e da unidade dos árabes.

### Um polícia de Washington

O actual presidente norte-americano, Ronald Reagan, e os seus auxiliares acusam, diariamente, o governo líbio de atitudes provocatórias face ao Egipto e ao seu único aliado árabe, o Sudão do general Numeiry. Mas na verdade, não fosse a prudência com que têm agido as autoridades da Líbia e a guerra com o Egipto já há muito teria deflagrado. O regime de Sadat deslocou nada menos de 400 mil soldados para a fronteira líbia — este dado assenta não numa informação jornalística, mas num comunicado do próprio





O presidente sudanês, Gaafar Numeiri (de turbante e óculos) e Siad Barre, da Somália, foram os únicos chefes de Estado de países árabes presentes às exéquias de Sadat. Na foto (à direita) reconhece-se ainda o sucessor de Sadat, o general Hosni Mubarak

Ministério da Defesa do Cairo. Ultimamente, as provocações estenderam-se à fronteira do Sudão com o Chade numa tentativa de atrair forças líbias a uma confrontação numa região distante das suas bases logísticas.

Sadat, porém, não se limitava à agressão contra os líbios. Derrubado o xá, substituiu por tropas egípcias um exército de ocupação mantido no Sultanato de Oman pelo Irão, como base de sustentação de um dos governos mais retrógrados do mundo árabe, como é o do sultão Qabus. Sem esse exército, já a Frente de Libertação do Oman teria varrido do mapa o governo impopular e repressivo do sultão.

Desde pôr à disposição de Mobutu tropas para subjugar o levantamento do Shaba, até oferecer material bélico e conselheiros militares ao rei Hassan II de Marrocos para prosseguir a sua guerra contra a Frente Polisario, Sadat tudo fez — praticamente «esteve em todas» — e transformara-se num verdadeiro *gendarme* da estratégia norte-americana na região. Dentro das suas próprias fronteiras, o Egipto convertia-se rapidamente numa base operacional da VI Esquadra dos Estados Unidos. As suas instalações militares vinham a ser meteoricamente ocupadas por forças combinadas da marinha, da aviação e dos fuzileiros navais.

As manobras conjuntas norte-americanas-egípcias, mais do que simples operações de rotina, têm vindo a favorecer a penetração maciça da força militar dos Estados Unidos no Egipto e no Sudão. Já no ano passado, em conversa privada que mantivemos em Beirute com o líder da OLP, Yasser Arafat, este revelar-nos-ia a sua preocupação com a presença norte-americana na base egípcia de Bas Ranhas, sobre o mar Vermelho, localizada em frente à Arábia Saudita. Desde então, essa presença não parou de se intensificar.

## A penetração económica

A penetração dos Estados Unidos não era, porém, apenas militar, mas também económica. Cerca de 7 milhões de dólares em empréstimos e investimentos já haviam sido transferidos para a burguesia local e para os seus novos sócios norte-americanos; ou seja, mais do que todo o conjunto do Plano Marshall para a Europa do pós-guerra. Parte essencial da economia egípcia passou para o controlo norte-americano.

O que estava — e está — a implementar no Egipto é estruturar uma aliança da renascente burguesia local, associada ao capital estrangeiro, com os militares, submetidos estes a um processo de corrupção só comparável ao que se conhece no Paraguai de Stroessner ou na Nicarágua de Somoza.

Este sistema em implementação entrelaça-se com interesses económicos em Israel e tem procurado, o mais possível, vulnerar a resistência dos países árabes conservadores, encabeçados pela Arábia Saudita.

## A ofensiva anti-Líbia

Os ataques de Sadat e Reagan ao coronel Kadhafi têm menos a ver com a linha ideológica e política do governo líbio, e mais com a decisão deste resistir a esse conglomerado estratégico-mercantil, cujo objectivo último é a ocupação económica pelos Estados Unidos de todo o Médio Oriente, e sobretudo do seu petróleo.

Dá que nenhum outro acontecimento diplomático tenha causado mais indignação em Washington do que o acordo de assistência militar celebrado entre a Líbia, o Iémen do Sul e a Etiópia. Esse pacto colheu de surpresa tanto Sadat como os Estados Unidos, tendo o Pentágono dado grande importância ao seu significado estratégico. Concentrando as suas forças contra a Líbia, o Egipto de Sadat abria o flanco à vigilância dos dois aliados de Kadhafi — a Etiópia e o Iémen do Sul —, situados estrategicamente à entrada do mar Vermelho e com possibilidades de alcançar as bases egípcio-sudanesas no Alto Nilo, actualmente sob controlo norte-americano.

A diplomacia norte-americana tentou em vão vencer a Arábia Saudita e os outros países conservadores do Golfo a que se unissem ao Cairo contra essa aliança. O objectivo era estabelecer, a pretexto de uma quarentena anti-Líbia, uma ponte entre a dinastia saudita e o governo de Sadat, em mais um esforço para romper o isolamento em que ficou o *rais* no contexto do Mundo Árabe.

Todas essas manobras fracassaram. É possível que



seja este o momento mais unitário dos países árabes. Desde o Iraque até à Argélia, há um clima de maior compreensão e entendimento que no passado. Os palestinos, sírios e libaneses progressistas que, no sul do Líbano, resistem aos ataques israelitas, receberam apoio de quase todo o campo árabe, em aparente ultrapassagem das discrepâncias que dividem os seus regimes e os seus governantes.

Sadat não viria a romper o isolamento a que estava votado, isolamento esse que era quase total no dia em que foi morto. Do mesmo modo, não teve condições de isolar os líbios, que melhoraram consideravelmente a sua posição diplomática e militar no contexto afro-árabe.

### As pressões internas

E se essa era a situação externa, internamente o regime de Sadat via-se sujeito a uma crescente pressão dos seus adversários. A oposição dos fundamentalistas islâmicos, ainda que decisiva, era apenas um aspecto da questão. Se é verdade que as rebeliões islâmicas em várias regiões do país, principalmente em Assiut, Souhaj, Mina e Cana — nas quais se deram verdadeiras batalhas com as forças de segurança, tendo-se saldado por centenas de vítimas — foram desencadeadas pelos fundamentalistas, elas depressa se converteram em vastas insurreições populares.

Mesmo sob o estado de sítio e de uma dura repressão, é previsível que essa rebelião anti-governamental se propague nos próximos meses no Egipto. Antes da morte de Sadat, entrevistámos na Europa vários dirigentes egípcios exilados e todos eles — fundamentalistas, nacionalistas, nasseristas, socialistas — se mostravam unidos em torno de um dominador comum: a repulsa a Sadat e à sua política pró-Estados Unidos.

Já então, esses dirigentes previam o fim próximo de Sadat e mostravam-se seguros de que o *raïs* seria derrubado pelo exército.

«Não se esqueça que este exército foi construído sob a inspiração de Nasser e a corrupção norte-americana atinge os escalões superiores mas não a massa de oficiais de menor graduação», dizia-nos o porta-voz de um desses grupos, analisando o actual nível ideológico e político do exército egípcio.

### O exército

O comando do exército egípcio tem procurado a todo o transe desvirtuar as verdadeiras origens da operação anti-Sadat, para a caracterizar como um atentado desesperado de um grupo de muçulmanos fanáticos. Ora, basta analisar certos aspectos desse golpe-de-mão para constatar que ele, mais do que um



Gamal Abdel Nasser: 11 anos após a sua morte continua a ser uma bandeira do pan-arabismo

simple atentado, constitui uma verdadeira operação militar. Como seria possível, dentro de quartéis em rigorosa prevenção, substituir soldados por civis em veículos de artilharia que se alinhavam para um desfile, dar-lhes armas e munições e enquadrá-los nas rigorosas normas da parada? Essa é a versão oficial, mas ela própria deixa entender que só com a conivência de altos e médios escalões da hierarquia tudo isso poderia ter sido organizado. Mais: o camião com os conjurados passou frente ao palanque no momento exacto em que os *Mirage* faziam acrobacias e atraíam a atenção de toda a gente. Como seria possível estabelecer essa cronometragem tão rigorosa, sem que se conhecessem até ao pormenor os planos do desfile e a descolagem dos aviões, os horários, as ordens de marcha, os mínimos detalhes que permitem o deslocamento em ordem e a tempo de grandes unidades militares?





O general Chazly, líder da Frente Oposicionista de Libertação do Egipto Árabe que reivindicou a responsabilidade do atentado

Cerca de mil oficiais e soldados foram já afastados dos seus postos, acusados de serem «fundamentalistas radicais». O conhecimento de alguns nomes, que incluem altas patentes, invalida essa explicação. Em geral, os presos e os compulsivamente afastados eram oficiais nacionalistas, adversários dos acordos de Camp David, desejosos de reintegrar o Egipto na comunidade árabe. Muitos deles são homens ligados ao general Chazly, herói da travessia do Canal do Suez, em 1973, à frente do III Exército egípcio, e que é hoje chefe exilado da oposição militar ao regime do Cairo.

É cedo para detectar a extensão e a profundidade da oposição ao regime, mas o facto de milhares de pessoas — entre elas líderes políticos de todas as tendências — estarem presas e persistir a repressão aos militares não confiáveis, significa que o general Hosni Mubarak não está seguro da incapacidade ofensiva das forças democráticas nem, tampouco, da lealdade dos militares ao seu governo.

### O futuro

O que vier a acontecer no Egipto nos próximos tempos depende muito da posição do governo Mubarak. A continuar na linha de Sadat, então não restam dúvidas de que enfrentará tempestades. O tempo que lhe resta para esse reencontro com o seu povo e com a nação árabe não é longo. Os Estados Unidos, a pretexto de defender o Egipto e o Sudão de uma ameaça

soviética e dos ataques líbios, estão a aumentar aceleradamente a sua implantação militar nos dois países. Pela primeira vez, aviões dos Estados Unidos, comandados e tripulados por norte-americanos, actuam nos céus egípcios e sudaneses. Tudo indica que a actual «cooperação» militar poderá converter-se num pacto, modelo NATO, se Mubarak não mostrar propósitos nem força para impedir esse envolvimento fatal.

Washington está a exigir concessões, com a promessa de que pressionará Israel para que se retire, em Abril de 1982, da península do Sinai, conforme prevêem os acordos de Camp David. Retirada essa que, militarmente, pouco vale para o Egipto. Os israelitas ficarão implantados em bases aéreas próximas, construídas pelos norte-americanos; o Sinai será patrulhado por tropas internacionais mobilizadas pelos Estados Unidos e os egípcios ficarão impedidos — proibidos, é o termo — de qualquer medida de defesa dos territórios que, teoricamente, são devolvidos à sua soberania.

A questão do Sinai é, no entanto, um teste importante, não tanto para o Egipto e para os árabes em geral, mas para que se conheça melhor a correlação de forças dentro do governo de Begin. O seu partido, o *Likud*, sendo ele próprio da direita radical israelita, abriga, no entanto, uma extrema-direita ultra-radical que está a resistir à desocupação do Sinai.

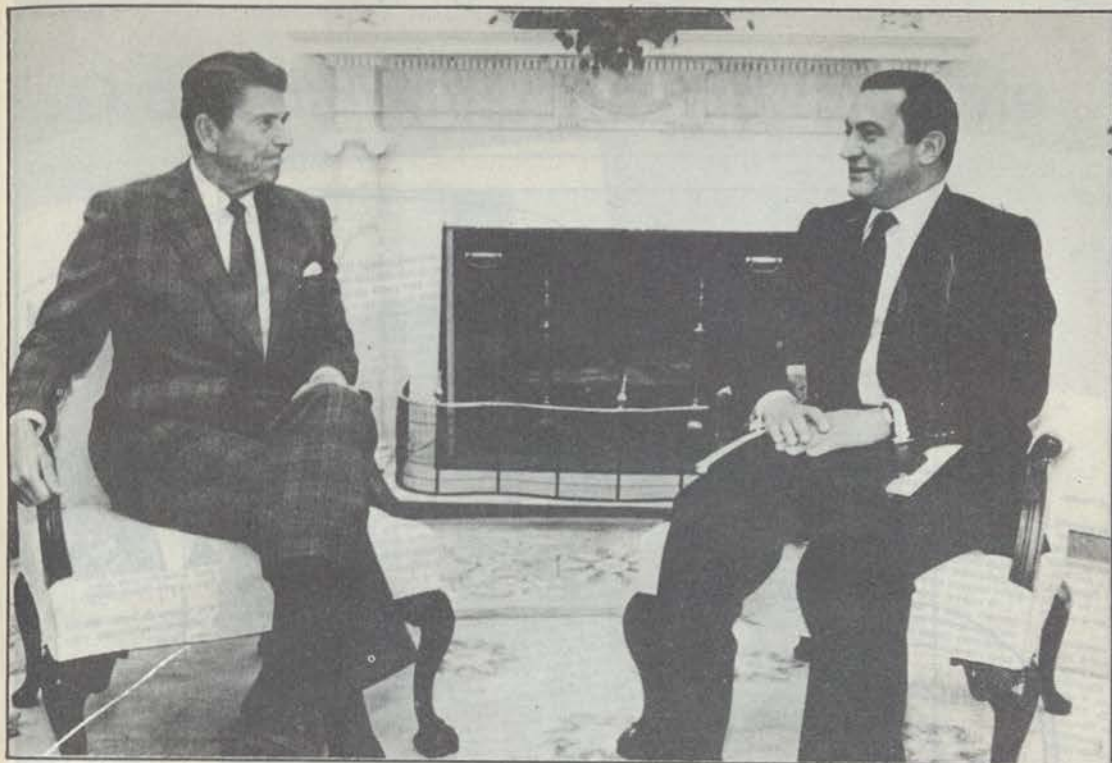
### A questão central: a Palestina

A questão fundamental do Médio Oriente não se centra, porém, no Sinai, mas sim na Palestina. Este é o centro do problema e sem a sua solução não haverá paz na região. O fracasso dos acordos de Camp David resultou fundamentalmente, do facto de eles preverem para os palestinos apenas uma autonomia condicionada, mera legalização da ocupação israelita, e não uma independência e autonomia totais, inerentes a um Estado soberano.

### Do olho no petróleo saudita

A estratégia norte-americana para o Médio Oriente depois da morte de Sadat parece clara: auspiciar algumas posições menos duras do governo de Mubarak para que este se consolide e ganhe tempo para reduzir a tensão com os Estados Árabes conservadores. Deste modo, poderia surgir a esperança de atrair os sauditas a uma posição mais flexível, que enfraqueceria a oposição árabe aos acordos de Camp David. Para os Estados Unidos, seria ganhar o tempo necessário para que a sua máquina de guerra estivesse completamente instalada no Egipto e no Sudão.





Ronald Reagan e Hosni Mubarak: que futuro para Camp David?

A manobra da Casa Branca encontra, no entanto, dificuldades. A Arábia Saudita está comprometida com a instalação de um Estado palestino e a libertação de Jerusalém. O plano de paz da autoria do príncipe Fahd e apresentado como seu pelo governo de Riade, baseia-se em dois pontos essenciais; a instalação de um Estado palestino autónomo e o direito de todos os países da região, a viverem em paz, em fronteiras seguras, o que pressupõe o reconhecimento de Israel.

Arafat disse já que este plano é «um possível ponto de partida para as negociações» e, durante a sua recente viagem a Tóquio, o líder palestino admitiu a coexistência pacífica de uma Palestina independente com o Estado de Israel nas suas fronteiras tradicionais.

Por mais que os sauditas tenham uma Palestina revolucionária no coração de um Médio Oriente inquieto e rico, não seria fácil à Casa Branca levar o governo do rei Khaled a renunciar ao apoio à autoterminação dos palestinos.

O recrudescimento do terrorismo israelita contra os palestinos — mais de 300 vítimas de explosões de carros armadilhados em Beirute, o assassinato, em Roma, do dirigente palestino Majed Abu Sharar e outros mais — provoca inevitáveis represálias, embora a OLP tenha sempre deixado claro não ter qual-

quer participação nesse tipo de actividades. Mas isso revela claramente que Israel não perde de vista o seu inimigo principal.

Tanto os palestinos como os outros árabes não vão esperar que a estratégia norte-americana se desenvolva sem contestação. No campo interno egípcio, consolida-se a Frente Nacional, integrada pelo Movimento Nasserista, o Movimento de Independentes, a Coligação de Nacionalistas, o Partido Comunista e sectores muçulmanos progressistas. Michel Kamel, membro do Secretariado da Frente, afirmou que a oposição não espera de Mubarak que este corrija, no essencial, a linha de Sadat, mas confia, sim, na capacidade das forças patrióticas em modificar a situação do país.

No campo externo, o factor surpresa não voltará a funcionar a favor do Pentágono. Os países mais combativos do mundo árabe armam os seus esquemas de defesa e fortalecem o seu poder de fogo. O pós-Sadat poderá ser assinalado por um esforço de unidade e não será fácil aos Estados Unidos encontrar um novo aliado ao seu serviço como o desaparecido *raïs*.

«Com a morte de Sadat — como escreveu o diário *Ash Sharq Al Awsat*, de Beirute — os Estados Unidos perderam o pilar básico da sua luta contra a nação árabe». □



# A previsão que não chegou a sair

dois EUA, Craig Wilson, que em depoimento no Congresso norte-americano reconheceu que as unidades militares de deslocamento rápido tinham necessidade de pelo menos 874 línguas. Estas forças de deslocamento rápido são uma unidade criada há pouco tempo e que se constituem numa espécie de "polícia mundial" dos Estados Unidos. Elas podem ser deslocadas rapidamente para qualquer parte do globo terrestre para inspeção. O DIA foi encarado também pelo **serviço norte-americano** como um **projeto estratégico** para estabelecer bases e abrigo para possíveis novas ações militares intervencionistas na África Austral.

**Sadat contra todos**

O precário equilíbrio político-religioso mantido até agora pelo presidente egípcio Anwar Sadat parece ter chegado ao fim. E não são poucos os que prevêem para muito breve uma grave crise no Egito, podendo ocorrer até mesmo a destruição de Sadat e uma completa alteração do jogo de interesses estratégicos mundiais na região. Os sintomas de fragilidade do regime pro-americano encabeçado por Sadat ficaram evidentes quando ele delatou há pouco a maior onda de prisões feitas no país nos últimos cinco anos. Naquela ocasião, 500 personalidades políticas e religiosas foram detidas pela polícia de segurança em pouco mais de 48 horas. A repressão foi tão violenta que atingiu até mesmo um jornalista norte-americano, outro francês e diplomatas soviéticos.

O pretexto oficial para justificar as prisões e expulsões foi o de que os atingidos ameaçavam a segurança nacional. Mas as explicações do governo Sadat não conseguiram ocultar o fato de que o presidente egípcio enfrenta dificuldades cada vez maiores para sobreviver às pressões crescentes dos dois maiores grupos religiosos do país e também ao aumento do prestígio dos grupos políticos opo-

cionistas. Anwar Sadat, desde sua ascensão ao poder há onze anos, vem fazendo concessões tanto aos copistas aos muçulmanos, os dois principais grupos religiosos do Egito. Favoreceu ora um lado, ora outro, mas o agravaamento da situação econômica do país está acabando rapidamente com a margem de manobra do principal aliado árabe dos Estados Unidos.

77

1981

Os copistas formam aproximadamente 10% dos dentes dos farós egípcios. Eles se consideram descendentes nacionais, embora existam muitos copistas que são camponeses pobres, trabalhadores braçais, ou por seu lado não são mais numerosos. Os muçulmanos 80% da população egípcia. Não têm o mesmo poder econômico dos copistas e sempre foram mandados por Sadat, porque eram extremamente

com o agravaamento da crise econômica, Sadat foi obrigado a reduzir as vantagens dadas aos copistas e a base do seu eleitorado. Acontece que um esbanjamento de dinheiro dos setores políticos e econômicos ligados ao governo. Apesar de violentamente reprimidos, os irmãos muçulmanos (grupo uma influência cada vez maior, principalmente entre os jovens, os desempregados, os assalariados e nas lideranças religiosas.

Os conflitos entre as duas comunidades religiosas foram crescendo de intensidade até junho deste ano, quando ocorreram sangrentos distúrbios no bairro pobre de Zaquia El-Hama, no Cairo, milhares morreram. Depois se reduzido dos copistas, e Aiyut. Atualmente a situação lista já classificam a crise como um "barril de pólvora prestes a explodir".

Entre as 500 pessoas detidas no começo de setembro, há vários dirigentes oposicionistas, entre eles Mohamed Halkal, ex-assessor de Nasser, e dois te dos detidos é de origem muçulmana, entre eles Omar Tienani, líder dos "Irmãos Muçulmanos", o que acentua a oposição política da crise. O segundo David Butler da agência IPE, estaria crescendo o número de oficiais favoráveis a um

78



Sadat na queda pode voltar por terra com a instabilidade da Casa Branca para o Egipto-Medior

golpe de Estado contra o regime de Sadat. São em sua maioria oficiais de tendência reformista, contrários ao acordo de Campo David.

A crise no Egito pode mudar radicalmente a situação no Oriente Médio, porque Anwar Sadat é no momento a principal cabeça de ponte dos Estados Unidos no mundo árabe. Uma eventual queda do presidente egípcio enterraria de vez o acordo de Campo David, acabará com a estratégia do Departamento de Estado de buscar aliados que acetem o isolamento do regime de Menahem Begin, em Telaviv.

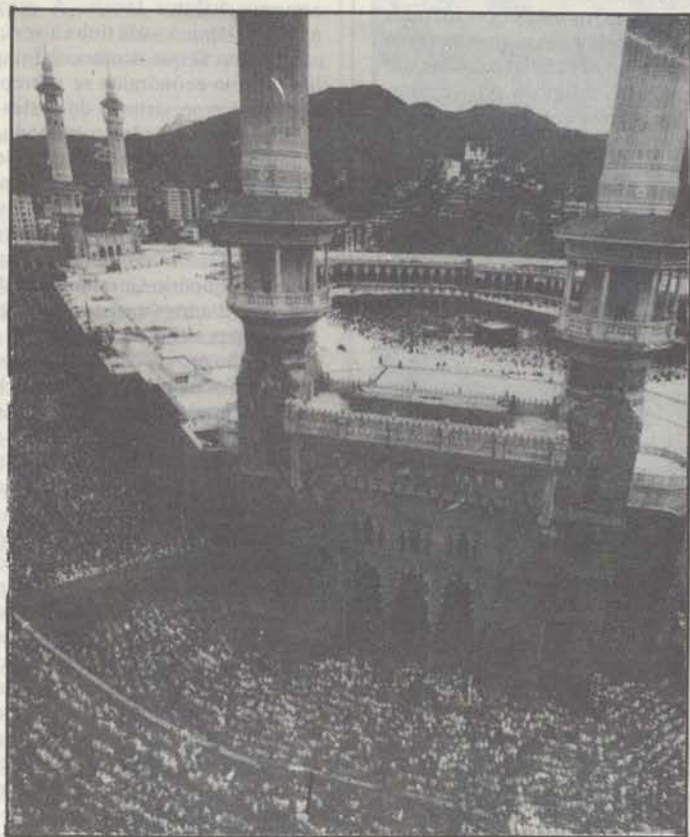
**Zimbabwe: o "boom" econômico**

Enquanto a grande maioria dos países africanos enfrentam lentos crescimentos, estancamentos ou uma exceção, segundo as estimativas divulgadas em 1% de agosto pelo jovem governo de Robert Mugabe. Durante o ano de 1980 o Produto Nacional

Este o texto que tínhamos preparado no último número de cadernos, substituído em cima da hora por um outro noticiando a morte de Sadat. Porém, dado que regularmente a edição brasileira sai uma semana antes da portuguesa, a nossa revista no Rio de Janeiro foi distribuída antes do atentado que eliminou o «rais». A queda eminente do seu regime era uma previsão que arriscávamos.



# O dilema do islamismo militante



Meca: o coração do Islamismo

*As origens do fundamentalismo islâmico,  
as suas contradições,  
os erros na avaliação do seu significado e objectivos*

Carlos Castilho

✦ jornalista brasileiro

**D**ESDE o derrube do xá Mohamed Reza Pahlevi que os governos dos Estados Unidos e da Europa Ocidental passaram a dedicar uma atenção quase obsessiva ao que classificam de ressurgimento da militância política dos muçulmanos. E toda esta preocupação surgiu a partir do momento em que as grandes potências capitalistas descobriram que

o domínio político, económico e militar imposto desde o começo do século aos países de origem islâmica, começava a mostrar sinais de fraqueza e debilidade.

Foi enorme a surpresa da maior parte dos funcionários norte-americanos ao verificarem que um movimento de inspiração religiosa, desprovido de qualquer sofisticação militar, foi capaz de derrubar em questão



de semanas aquele que era considerado o mais sólido e bem armado sócio dos Estados Unidos no Médio Oriente. Para os estrategos do Departamento de Estado, é até hoje quase inexplicável o derrube do xá e a ascensão o poder do regime religioso que mantém há dois anos o controlo do Irão.

Incapazes de entender os desdobramentos actuais do ressurgimento do islamismo, os teóricos ocidentais deixaram-se contagiar pela explicação mais simples: a de que a chamada revolução iraniana não passa de um fenómeno típico de fanatismo religioso. O Departamento de Estado, as chancelarias europeias e, principalmente, os meios de comunicação transnacionais passaram a destacar dentro do fenómeno iraniano apenas aquilo que ajudasse a este esforço de identificar a militância política com fanatismo.

A televisão norte-americana mostrou com indizível ar de escândalo cenas de jovens iranianos destruindo a adega dos hotéis Sheraton e Intercontinental em Teerão, como parte da campanha contra o consumo de bebidas alcoólicas. A mesma conduta foi seguida em relação aos dirigentes islâmicos que participam em manifestações públicas empunhando armas, bem como ao facto das autoridades iranianas terem obrigado as mulheres a cobrir a cabeça com o *chador*. Durante o episódio do sequestro na Embaixada norte-americana em Teerão, os reféns foram qualificados como «vítimas inocentes de um bando de bárbaros» para não citar já outras expressões bem mais violentas.

O mesmo padrão de conduta já vinha sendo anteriormente utilizado em relação ao regime do coronel Kadhafi, na Líbia, e a outros países árabes que desafiaram a tutela norte-americana na área. Em relação aos países muçulmanos moderados como a Arábia Saudita, os Emiratos Árabes, Sudão e o próprio Egipto, a atitude era cautelosa, embora não conseguisse disfarçar a nível de imprensa a preocupação em deixar claro que a prática do islamismo era no mínimo contraditória com uma suposta modernização destes países.

### A tradição islâmica

Mas o recurso simplista à explicação do fanatismo, na verdade, esconde uma grande dificuldade dos dirigentes ocidentais para entenderem a realidade islâmica. E nesta falta de compreensão incluem-se também muitos marxistas. A realidade é que, desde o tempo das cruzadas, e mais especialmente depois da Revolução Industrial, o Ocidente teve como uma das suas grandes preocupações a conquista do Império Otomano e o controlo político, económico e militar do Médio Oriente. Nesta empreitada, os paladinos da civilização ocidental e cristã actuaram da mesma forma como em África e na América Latina, esmagando civilizações locais em nome de Cristo e do progresso. Só que os muçulmanos eram bem mais poderosos e sofisticados do que os negros africanos ou índios latino-americanos.

Os muçulmanos, que já haviam inclusive domi-

nado parte da Europa — como Espanha e Portugal — tiveram contudo que ceder terreno diante do maior avanço tecnológico das potências europeias depois da Revolução Industrial. Mas, mesmo dominados, eles não se entregaram às metrópoles coloniais. À excepção das elites dirigentes, a população dos países islâmicos na sua maior parte, manteve-se fiel à religião e aos seus hábitos locais. A estrutura económica do mundo islâmico nada tinha a ver com o individualismo capitalista. O que aconteceu foi que o capitalismo e o liberalismo económico se sobrepuseram às estruturas comunais e ao sistema de castas do islamismo.

No final do século passado, quando o Império Otomano começou a entrar em decadência, um sector nacionalista turco, influenciado pela ideologia ocidental, começou a preconizar um maior afastamento em relação aos sultões e califas árabes. Quando explodiu a Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano juntou-se ao império Germânico, e depois de terem triunfado os Aliados europeus conseguiram impor um tratado de paz humilhante ao então sultão Mohamed VI. A rendição provocou a revolta dos nacionalistas turcos que, chefiados por Kemal Ataturk, se rebelaram contra o sultão e proclamaram em 1923 a República, alcançando um projecto de modernização e separação entre política e religião. A atitude de Ataturk foi elogiada na Europa, mas severamente criticada pelos muçulmanos que viram nela uma traição aos ideais islâmicos. Os «jovens turcos», seguidores de Ataturk, qualificaram todas as influências islâmicas como «retrógradas».

No mundo árabe, os regimes laicos surgiram como uma reacção contra o sistema de monarquia imposto pelas potências coloniais europeias quando estas deram a independência aos países que faziam parte do derrotado império otomano. A independência deixou assim de ter um significado real para se transformar numa mera troca de tutelas. Se a situação destes reis, emires e xeques já era difícil no período entre as duas guerras mundiais, ela tornou-se insustentável depois da criação do Estado de Israel, em 1948, na Palestina. O enclave judeu foi considerado pelos muçulmanos como uma traição política e religiosa.

A humilhação imposta aos governos árabes aprofundou o fosso que à época já separava as elites árabes ocidentalizadas dos núcleos religiosos islâmicos e dos grupos nacionalistas, na sua maioria oriundos da classe média e pequena burguesia. De uma maneira geral, os muçulmanos religiosos desconfiavam dos nacionalistas e vice-versa. O derrube da maior parte dos regimes comprometidos com as antigas potências coloniais, logo depois de 1948, favoreceu de uma maneira geral os nacionalistas, que assumiram o poder em vários países, como foi o caso do Egipto, em 1952, com a revolução nasseriana.

A instalação do Estado de Israel reavivou o ingrediente religioso na tradicional resistência dos muçulmanos à penetração de costumes e hábitos ocidentais e cristãos. O enclave judeu não foi apenas encarado pelos árabes como uma violação política, mas também como uma agressão religiosa. Os ocidentais deram



assim um poderoso estímulo à organização radical chamada Irmandade Muçulmana, criada no Egipto em 1928, sob a orientação de Hassan al-Banna. A ideologia da Irmandade baseava-se nos pensamentos de um religioso chiíta iraniano, Seyyed Al-Afghani, que no final do século XIX elaborou uma série de textos defendendo o retorno aos princípios originais do islamismo, como forma de restituir à *cummah* (sociedade islâmica) o seu vigor dos séculos XI e XII, quando o islamismo dominava dos Pirinéus ao oceano Índico.

### Quando surge a Irmandade

As ideias de Al-Afghani encontraram mais seguidores no Egipto graças à pregação de Mohammed Abdoh, que foi um dos responsáveis pela maior parte dos princípios que hoje constituem a ideologia da Irmandade Muçulmana. Para a Irmandade, o islamismo é uma lei geral que organiza toda a vida e foi ditada por Alá ao profeta Maomé. Tudo o que for de encontro aos ensinamentos contidos no Corão, livro sagrado escrito por Maomé, deve ser combatido; todo o muçulmano tem o dever de lutar pela propagação do islamismo a qualquer custo; e segundo o ideário da Irmandade, todos os muçulmanos formam uma só nação, que deve dominar o mundo, porque são os únicos que têm a verdade suprema.

Este conjunto de princípios foi aperfeiçoado mais tarde por Abel Ghader Odah, membro do *bureau* político da Irmandade Muçulmana no Egipto e que a eles incorporou muita coisa tirada do fascismo italiano. Odah formulou uma estrutura teocrática de governo, dando ao *iman* — o guia espiritual — o poder executivo supremo, com responsabilidade ilimitada sobre os negócios de Estado, podendo fazer a guerra ou a paz, bem como determinar todos os procedimentos económico-financeiros. Os poderes legislativo e judicial passariam também a ser exercidos por representantes religiosos, que aplicariam a *chari'ah*, lei corânica.

Para a maior parte das elites europeias e seus seguidores no Médio Oriente, um projecto como este era um desafio frontal a tudo o que o capitalismo pretendia impor ao mundo árabe. A Irmandade Muçulmana surgiu dentro da seita sunita, que forma, juntamente com a seita chiíta, as duas grandes correntes religiosas em que se dividiu o islamismo. De uma forma genérica poder-se-ia traçar um paralelo entre a Irmandade e os chiítas iranianos no que se refere à acção política.

Os chiítas foram violentamente perseguidos pelo xá Reza Pahlevi porque se opuseram ao projecto de ocidentalização do Irão e à aliança económica com capitais europeus e norte-americanos.

Por volta de 1952, tanto no Egipto como no Irão, a Irmandade e os chiítas estavam já organizados em células secretas inspiradas na actuação dos grupos fascistas italianos. No Irão, os muçulmanos fundamentalistas procuravam nessa ocasião uma aliança



A principal base de apoio dos grupos fundamentalistas encontram-se nas camadas mais pobres dos países islâmicos

com o governo nacionalista de Mossadegh, mas foram rejeitados depois de terem imposto condições extremamente duras para o acordo. Queriam também, para além de vários ministérios, a imposição de leis proibindo o uso do álcool, o fim das escolas mistas para raparigas e rapazes. A recusa do acordo levou os líderes chiítas à oposição a Mossadegh, conspirando abertamente contra o governo nacionalista, contando inclusive com o apoio da CIA. Após a queda de Mossadegh, os fundamentalistas passaram a apoiar o xá, desenvolvendo uma intensa campanha contra os líderes laicos nacionalistas e anti-americanos. Mais ou menos na mesma época, em 1954, a Irmandade Muçulmana havia fracassado na tentativa de derrubar o regime Nasserista egípcio, outro expoente do nacionalismo árabe.

Mas a «lua-de-mel» entre os chiítas e o xá pouco durou. Terminou quando o soberano iraniano anunciou os seus planos de promover uma reforma agrária que permitisse a introdução do capitalismo na estrutura comunal que existia no campo. Era um golpe directo na principal base de apoio do clero islâmico, que imediatamente passou a opor-se violentamente ao regime monárquico. Em Junho de 63 surgem manifestações de massa contra o governo em quase todas as cidades iranianas. O governo reprime violentamente, deixando um saldo de cinco mil mortos. Estava declarada a guerra total entre o xá Mohamed Reza Pahlevi e o Ayattollah Khomeiny, que foi obrigado a exilar-se, primeiro na Turquia e depois no Iraque.



## O nacionalismo

A principal base de apoio dos grupos religiosos fundamentalistas tem sido, na maioria dos casos, as camadas mais pobres da população dos países islâmicos, bem como sectores da pequena burguesia, quando esta é violentamente atingida pela corrupção, prepotência e concentração do poder económico. Sem alternativas políticas, os sectores explorados acabam optando pelo projecto dos fundamentalistas como única alternativa viável. Foi isto que ocorreu, por exemplo, no Irão e está a acontecer progressivamente no Egipto e na Arábia Saudita. Noutros países árabes esta situação foi alterada pelo aparecimento de movimentos nacionalistas, como nos casos da Síria e Iraque. O fenómeno do nacionalismo foi encarado quase sempre como uma espécie de sub-produto da influência ocidental pelos religiosos e pela grande massa da população islâmica do Médio Oriente. Para os nacionalistas árabes, o fenómeno da Irmandade Muçulmana foi sempre um desafio difícil de ser solucionado já que envolvia, não só sérios problemas internos, como também pelo facto destes movimentos terem muitas vezes sido manipulados pelos interesses económicos ocidentais e pelos próprios serviços secretos das antigas potências coloniais e dos Estados Unidos.

Um dos principais problemas internos é o de os regimes nacionalistas e de tendência socialista surgirem num contexto de confronto entre o expansionismo europeu e norte-americano e uma sociedade local montada em bases totalmente opostas. A isto se junta o facto de as ideias nacionalistas e socialistas enfrentarem resistências da parte da população mais pobre e do clero pela razão de terem surgido fora do mundo islâmico. Nestas condições, a vida dos regimes nacionalistas tem sido muito difícil, com êxitos a alternarem-se com fracassos. É o preço que estão a pagar por uma conjuntura histórica adversa.

Por seu lado, os regimes ligados aos interesses económicos europeus e norte-americanos enfrentam problemas de natureza diferente e bem mais sérios. O desenvolvimento de um modelo económico exportador de matérias-primas provocou o aparecimento de aristocracias locais dependentes do exterior, que enriqueceram rapidamente enquanto o resto da população em geral ficou mais pobre. A estrutura económica tradicional foi violentamente alterada pela imposição de um capitalismo mono-exportador, ao mesmo tempo que se agravaram os choques e as diferenças entre a elite dirigente ocidentalizada e a grande massa da população, que viu os seus valores violentados pela penetração de hábitos estrangeiros. Porque estavam ligados aos interesses europeus e norte-americanos, estes regimes passaram a conviver com a contradição criada pelo Estado de Israel. Foi o caso do xá do Irão, e o que acontece hoje com países como o Egipto, Arábia Saudita, Sudão, Emiratos Árabes e Jordânia. Por toda a sua história, tradições e religião não podem aceitar o enclave judeu, mas são obrigados a tolerá-lo em vir-



Omar Al-Talmisani, dirigente influente da Irmandade Muçulmana no Egipto

tude dos seus vínculos externos. Num quadro como este, classificar a Irmandade Muçulmana ou os religiosos fundamentalistas como retrógrados e fanáticos é simplificar a realidade. Mas, ao mesmo tempo, é impossível deixar de reconhecer que a ascensão ou mesmo a simples sobrevivência de sociedades como a Irmandade Muçulmana é um sintoma evidente da existência de graves problemas económicos em vários países ou do agravamento de situações críticas noutros.

## O agravamento das contradições

O país que no momento vive esta situação de forma mais dramática é o Egipto. A impopularidade do regime de Sadat, pela corrupção e arbítrio interno, e pela paz com Israel, provocou um rápido ressurgimento do fenómeno islâmico, em quase todos os seus matizes. A Irmandade Muçulmana tem dois ramos muito activos, sobretudo os que vivem na clandestinidade como o *El Agira* e o denominado *Takfir Wal Hejira*. Entre os que têm vida legal destaca-se o que editou a revista *Al Dawa*, dirigida por Omar Al-Talmisani, um velho religioso com 77 anos que já passou muitos anos na prisão durante o regime nasserista e que está agora novamente no cárcere. O ressurgimento islâmico é notável até mesmo entre os grupos mais tradicionais, como o da universidade de *Azhar* — a maior universidade do mundo muçulmano — e que na sua sede, no Cairo, tem um enorme anúncio luminoso na fachada proclamando a existência de um bilião de muçulmanos no mundo inteiro. É uma cifra claramente exagerada, que só poderá ser alcançada no fim do século, segundo previsões da *World Muslim Gazetteer*, editada pelo Congresso Islâmico Mundial, com sede em Karachi. Mas revela até que ponto os líderes muçulmanos estão influenciados pelo crescimento da sua popularidade.

Na Síria, a Irmandade passou a ser muito activa desde 1979, quando um comando autodenominado Falanges de Mahoma, atacou a Academia Militar de Aleppo, matando 63 cadetes. Desde então o grupo está submetido a uma violenta repressão oficial, sendo mesmo proibido pronunciar em público o nome da Irmandade. Apesar da repressão o governo sírio tem sido cauteloso nas suas relações com os religiosos islâmicos para não provocar um rápido crescimento da



influência da Irmandade. A situação não é tão grave como no Egipto porque a Síria mantém uma posição intransigente em relação ao problema israelita e o governo não se deixou envolver totalmente pela corrupção. Mas o partido *Baath* tem sérios problemas internos, que estão sendo explorados pela Irmandade e pelos serviços secretos ocidentais.

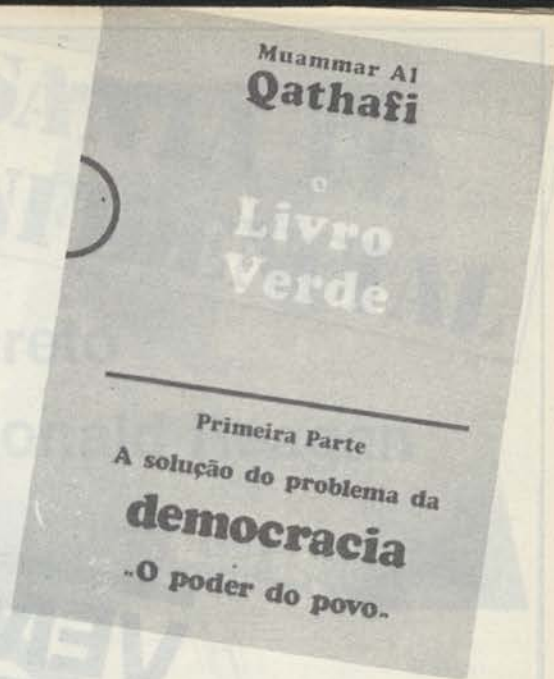
Na Arábia Saudita, a família real vem dando desde há anos ajuda à Irmandade dentro de uma política paternalista. A monarquia saudita apresenta-se também como um regime defensor do tradicionalismo islâmico e inimigo do nacionalismo. Mas o agravamento das diferenças económicas e a franca ocidentalização de alguns xeques e príncipes sauditas levou sectores da Irmandade a entrar em conflito aberto com a monarquia. Isso tornou-se patente em Dezembro de 1979 durante a invasão da grande mesquita da Meca. O regime saudita atribuiu a invasão a grupos estrangeiros da Irmandade, cujas relações com a monarquia ficaram tensas desde então.

No Sudão, o presidente Gaafar Numeiri nomeou alguns membros da organização para o seu ministério. Mas recentemente surgiram sinais de atrito com a Irmandade, diante da estreita aproximação de Numeiri com o regime egípcio e com os Estados Unidos, sem falar no agravamento da tensão militar com a Líbia. É importante notar que o Sudão tem um sério problema religioso, determinado pelo facto de o norte do país ser maioritariamente muçulmano, enquanto que o sul é animista e cristão. É uma situação instável, em vias de deterioração.

Na Líbia, o coronel Muammar Kadhafi conseguiu até agora neutralizar a influência da Irmandade, ao fazer a denúncia sistemática da corrupção, das vacilações do regime egípcio na questão israelita e defendendo intransigentemente os palestinos e a revolução iraniana. O «Livro Verde» foi também uma demonstração do comprometimento com a causa islâmica, mas a aproximação de Kadhafi com os países socialistas e as reformas económicas provocaram ressentimentos na Irmandade. A abolição do comércio privado na Jamahiriya provocou sérios melindres entre a pequena burguesia de origem islâmica.

Nos Emiratos Árabes, a situação da Irmandade é semelhante à da Arábia Saudita, enquanto que na Tunísia e Argélia, a organização é perseguida intensamente. O caso mais complicado parece ser o do Iraque onde a organização foi violentamente atingida pelas divergências entre as seitas chiitas e sunitas dentro do Islamismo. O comportamento da Irmandade iraquiana é parecido com o da Síria, mas ela encontra-se bastante confusa diante da guerra entre o Irão e o Iraque.

Actualmente o principal ideólogo da organização em todo o mundo é o xeque Isam al Atar, que foi obrigado a fugir da Síria em 1963 e vive na Alemanha Ocidental, num regime de semi-clandestinidade. Nas suas várias ramificações, que incluem ainda os Estados Unidos, na Ásia e entre os palestinos, a maior parte



Em «O Livro Verde», Kadhafi propõe uma concepção islâmica da sociedade baseada num tipo de modelo económico anti-capitalista

dos quadros tem origem na pequena burguesia, cuja tendência é permanecer isolados política e socialmente. Eles só conseguem um amplo apoio popular quando enfrentam um governo corrupto e autoritário pró-ocidental, ou quando os regimes nacionalistas fracassam na sua tentativa de promover o bem-estar social e o progresso económico.

No Irão os fundamentalistas passaram também a combater radicalmente os *Mujahidin*, um grupo que tenta adaptar o marxismo ao islamismo. Outra tentativa de conciliação entre o Corão e os ideais socialistas é o caminho que o coronel Kadhafi está a percorrer na Líbia, com o «Livro Verde». O dirigente líbio parte da concepção islâmica da sociedade, mas não aceita que o poder político seja exercido pelos religiosos e defende um tipo de modelo económico anticapitalista, que procura eliminar as classes sociais.

O grande drama dos fundamentalistas é não conseguirem encontrar uma alternativa para preservar os valores tradicionais da sua cultura e, ao mesmo tempo, adaptar o funcionamento da economia às exigências de uma estrutura nacional e mundial totalmente diferente do islamismo original. Os muçulmanos chiitas e a Irmandade rejeitam tanto o capitalismo como o socialismo, numa atitude que poderia ser classificada de retrógrada se não fosse justificada pelo trauma colonial. A experiência iraniana, onde pela primeira vez os fundamentalistas têm o controlo total do poder, pode mostrar aos próprios muçulmanos as limitações do modelo que pretendem reviver. □





**VENDE - SE**

Para todos os fins. Produzimos e instalamos ar condicionado Winner. Estamos onde são necessárias condições especiais de ambiente, salubridade e conforto. Em grandes espaços. Supermercados. Museus. Bibliotecas. Hospitais. Departamentos do Estado. Nas empresas. Possuímos a experiência e a tecnologia adequadas para responder a quaisquer exigências. A Tepclima fornece tudo o que os instaladores necessitam. Sem recorrer a importação.

Aparelhos de ar condicionado.  
Desumidificadores. Câmaras frigoríficas.  
Instalações para camiões frigoríficos.  
Pavimentos falsos.



Fabricado por

**Fábrica Nacional de Ar Condicionado / UCRL**

Distribuído por

**TEP Clima scri**

Rua do Arco do Carvalhão, 235-C  
Tel. 65 83 85 - 65 67 28  
1300 LISBOA

HIPER

<b>PORTO</b>	VLADIMIRO GUIMARÃES Rua Campo Alegre, 47B - 4100 PORTO - Tel. 69 08 06 - 6 43 62
<b>SETÚBAL</b>	TAGUAR Largo da Cidade de Magdeburg, Lote 230 - 2900 SETÚBAL - Tel. 2 16 75
<b>FARO</b>	TERMALGARVE - CLIMATIZAÇÃO, LDA. Av. Cidade de Hayward, Lote 1 r c Dt.º - 8000 FARO
<b>MADEIRA</b>	BEARLEY & FERNANDES, LDA. Rua dos Ferreiros, 71 - 9000 FUNCHAL - Tel. 2 53 12
<b>AÇORES</b>	ADALBERTO MARTINS & FILHOS, LDA. Rua Duque de Palmela, 17 - 9700 ANGRA DO HEROISMO - Terceira - Tel. 2 40 21 2



# SANTA FÉ CONFIDENCIAL

## O pensamento secreto dos cowboys de Ronald Reagan



desenho de Vasco

*Um documento que permaneceu em sigilo  
durante mais de um ano,  
revela agora que os aparentes exageros  
usados para definir a nova política externa dos EUA  
estão perigosamente mais próximos da realidade  
do que se imaginava*

Paulo Cannabrava Filho



**A** imagem de um vaqueiro cavalgando uma bomba atômica tornou-se mundialmente famosa no final do filme «Doutor Estranho- amor» (dr. Strangelove). Vinte anos após a exibição da película de Stanley Kubrick sobre a guerra fria, vários analistas internacionais voltaram a usar a mesma imagem para definir a política externa do presidente Ronald Reagan. A comparação pareceu insólita ou exagerada para muitos, mas a caricatura usada por Kubrick torna-se sinistramente verosímil no chamado Documento de Santa Fé. Este documento que permaneceu secreto durante muito tempo vem a público agora, mostrando os motivos reais da política de confrontação do governo Reagan.

O Documento de Santa Fé foi redigido em Maio de 1980, por um grupo formado pelos seguintes nomes: Francis Bouche, Roger W. Fontaine, David C. Jordan, Gordon Sumner e Lewis Tambs, este último na qualidade de editor. Dos autores, o mais conhecido é Roger Fontaine, assessor do presidente Reagan para a América Latina e genro de Richard Allen, um dos principais conselheiros do presidente norte-americano para a política externa. Além disso Fontaine participou nos grupos de estudo de política externa da Universidade Georgetown, integra o Centro de Estudos Hemisféricos do American Enterprises Institute, com sede em Washington, e tem estreitas ligações com grupos anti-castristas e organizações de extrema direita na América Central. O documento, que publicamos a seguir numa versão condensada, foi preparado a pedido da Junta de Segurança Interamericana, um organismo privado com grande influência junto da alta cúpula da administração republicana.

Em linhas gerais o documento dá realce à necessidade de revitalizar a doutrina Monroe, considerada o pilar da política externa norte-americana. Como primeira proposta, indica o fortalecimento do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tratado do Rio de Janeiro de 1948 — TIAR), e o controlo da direcção da Junta Interamericana de Defesa, «para impulsionar a longa lista de resoluções que reforçariam a segurança do hemisfério contra as ameaças internas e externas».

O TIAR, criado no auge da guerra-fria para proteger os interesses dos EUA serviu de amparo legal para justificar a intervenção armada contra a Guatemala de Arbenz em 1954, a expulsão de Cuba da OEA em 1961, o desembarque de fuzileiros na República Dominicana em 1965, para mencionar apenas três episódios entre mais de 25 intervenções directas ou indirectas de Washington nos assuntos internos das nações latino-americanas nas últimas três décadas.

Na Junta Interamericana de Defesa (JID) foram formuladas as Doutrinas de Segurança Nacional que amparam os regimes militares de excepção que proliferam na América Latina e a articulação dos aparatos repressivos a nível continental.

O que mais impressiona na leitura do documento de Santa Fé é a extrema fidelidade com que a administra-



**Richard Allen, secretário de Estado norte-americano para a Segurança: um dos homens de Santa Fé**

ção Reagan tem seguido as suas directrizes. A «doutrina Roldós», por exemplo, que preconiza um desenvolvimento autónomo para os países do Terceiro Mundo, é assinalada como um obstáculo aos interesses norte-americanos. Precisamente um ano depois de editado o documento de Santa Fé, o presidente Jaime Roldós desaparece da cena política vítima de um acidente aéreo em circunstâncias até hoje não explicadas.

Igualmente os Tratados Torrijos-Carter, sobre a descolonização da Zona do Canal do Panamá, e a «ditadura esquerdista» do general Omar Torrijos sobre o Panamá, são apontados como uma séria ameaça à hegemonia dos Estados Unidos na América Central e nas Caraíbas. No caso do Canal, o documento trata de ressuscitar as velhas teses da internacionalização dessa via transoceânica com a entrega da sua administração à JID. Tanto no caso de Roldós como no de Torrijos, o documento aponta a necessidade de limpar o terreno.

A doutrina Roldós ganhava força sob a liderança do jovem presidente equatoriano que hipotecara plena solidariedade às forças de resistência democráticas de América Latina. Torrijos é apontado como pilar da conspiração «cubano-panamiana-soviética», a causa principal da perda de prestígio norte-americano na área. Para o caso de Cuba são recomendadas acções que vão desde a propaganda pela rádio até uma intervenção armada.

Dia 30 de Julho, Torrijos morre, também, num acidente aéreo em circunstâncias não esclarecidas e, dois meses depois, o presidente Reagan autoriza a instalação da emissora Rádio Cuba livre, medida apontada no documento de Santa Fé como um dos primeiros passos para retomar a iniciativa de desestabilizar o regime cubano.

Das directrizes à prática, as coincidências não são apenas «acidentais». O vice-presidente George Bush ao desembarcar no Brasil na terceira semana de Outubro, trouxe na agenda o tema do fornecimento de urânio para o programa nuclear brasileiro, enfática-





mente preconizado pelo documento de Santa Fé. Seguindo à risca essas directrizes, nenhum dos emissários da administração Reagan que percorreram a América Latina de Janeiro até agora, mencionou o problema dos direitos humanos. Ao contrário, estabeleceram acordos que fortalecem os laços de amizade entre os Estados Unidos e os seus «melhores amigos latino-americanos» — Chile, Argentina, Uruguai, etc...

A posição adoptada pelos Estados Unidos na última reunião conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, em fins de Setembro, em Nova York, também se coaduna perfeitamente com as directrizes do documento de Santa Fé que preconiza a utilização dos organismos multinacionais de crédito como instrumentos da política norte-americana em geral, e o fortalecimento da iniciativa privada em particular.

Outra das linhas-mestras apontadas pelo documento é o reforço do desenvolvimento do sector privado da economia. A influência dos EUA nos organismos multinacionais de crédito deve orientá-los nessa direcção. Para superar um dos principais obstáculos dessa linha de acção é necessário fortalecer as correntes que se opõem à forte tendência para a estatização e para o centralismo que se verifica na maioria dos países ao Sul do Rio Bravo.

A alternativa proposta é uma melhor divisão de trabalho na área agrícola de produção de alimentos e um maior apoio à pequena e média empresa. Com isso não só atendem à Lei Antitrust do Congresso como criam uma base de sustentação que deve estar integrada também por um movimento sindical «livre» que compreenda as «vantagens» da livre iniciativa. O resultado dessa linha de acção, que não é nova, tem sido a proliferação de centrais e confederações sindicais que debilitam o movimento operário e os pactos sociais entre empresários e trabalhadores para apoiar projectos de recuperação económica.

Preocupados com a crescente penetração das «ideias que são menos cristãs que comunistas» da

Igreja no continente, eles preconizam uma atitude mais radical contra os padres da Teologia da Libertação e anunciam uma nova ofensiva através dos meios de comunicação social e dos sistemas educacionais orientados para a defesa da tradição comum do mundo Ocidental. Os programas de treino de militares latino-americanos devem também ser dedicados a mostrar as «belezas» do estilo de vida norte-americano.

Os ideólogos de Reagan reconhecem que a OEA, o TIAR e a JID constituem instrumentos que internacionalizaram a doutrina Monroe. Mas as iniciativas como as do Pacto Andino, o Acordo Amazónico, ou em direcção ao fortalecimento do Sistema Económico Latino-americano (SELA), que nasceram inspirados por interesses exclusivos da América Latina, preocupam a nova administração que deverá dar brevemente os primeiros passos no sentido de eliminar o carácter independente deste organismo.

Além do resumo do Documento de Santa Fé publicamos neste numero, entrevistas, análises e depoimentos que completam o quadro das causas e consequências imediatas da aplicação da nova estratégia norte-americana para o Terceiro Mundo. O documento serve de justificativa para uma atitude belicista no campo diplomático, que encontra correspondência total numa estratégia económica, segundo a qual o armamentismo é supostamente, a melhor maneira de resolver a crise económica do sistema capitalista nos Estados Unidos, conforme pensam importantes economistas que rodeiam o presidente Reagan.

A progressiva divulgação de pormenores até agora secretos na nova atitude belicista posta em prática pela administração republicana, está a provocar o surgimento em vários pontos do mundo de movimentos destinados a criar uma frente ampla contra a confrontação nuclear e o risco de uma nova guerra mundial. Estes sectores, que incluem mesmo os intelectuais (último número de «cadernos do terceiro mundo»), defendem o princípio de que a paz, e não a guerra, deve ser a norma básica na solução das questões internacionais. □



# SANTA FÉ CONFIDENCIAL

## As 31 propostas

O Documento de Santa Fé tem 46 páginas. Daí que publiquemos aqui um resumo, que mantém a mesma estrutura do original. Houve apenas a condensação das justificativas para facilitar a leitura.

### UMA NOVA POLÍTICA INTERAMERICANA PARA OS ANOS OITENTA

#### Introdução Fundamentos de uma nova política exterior de perspectivas

As nações existem apenas dentro de um conceito de relação mútua. A política exterior é o instrumento pelo qual os povos asseguram a sua sobrevivência num mundo hostil. A guerra e não a paz é a norma nos assuntos internacionais.

Para os Estados Unidos o isolamento é impossível. Conter a URSS não é suficiente. O desanuviamiento está morto. A sobrevivência exige dos EUA uma nova política exterior. Os EUA devem tomar a iniciativa ou desaparecer. A Terceira Guerra Mundial está quase a terminar. A URSS, operando na base da sua crescente superioridade nuclear, está a estrangular os países industrializados do Ocidente por meio da interdição dos seus recursos de petróleo e minerais e está a cercar a República Popular da China.

A América Latina e o Sul da Ásia são palco de refregas da terceira fase da Terceira Guerra Mundial. As duas primeiras fases — contenção e desanuviamiento — foram seguidas pela estratégia soviética de duplo envolvimento: interdição do petróleo e minerais do Ocidente e pelo cerco da República Popular da China.

As liberdades fundamentais e os interesses económicos próprios requerem dos EUA que sejam e actuem como uma potência de primeira ordem. A criação é metafísica. A falta de capacidade para proteger os nossos valores e crenças fundamentais levaram-nos à presente situação de indecisão e impotência ao ponto de que a própria existência da República está em perigo. Por mais que a política exterior e a estratégia nacional estejam fundadas sobre a trilogia de clima, geografia e carácter do povo, é precisamente este — o espírito da nação — o que dá, em definitivo, a vitória. E os EUA têm-se esquecido de que o que conta, em última instância, é a vontade política em que está apoiada uma dada política e que

por trás dos instrumentos de uma política exterior estão os objectivos que a fundamentam.

Por toda a parte os Estados Unidos estão em retirada. O risco da perda do petróleo do Médio Oriente, e o contropotencial das rotas marítimas do Oceano Índico, juntamente com a satelização da região de minerais do Sul da África, a órbita soviética, prefiguram a «finlandização» da Europa Ocidental e o isolamento do Japão.

Inclusive as Caraíbas, espaço de tráfico marítimo e centro de refinação de petróleo para os Estados Unidos, estão a transformar-se num lago marxista-leninista. Nunca o nosso país se encontrou numa situação tão arriscada em relação ao seu flanco sul. Nunca a política externa dos EUA abusou, abandonou, traiu, como agora, os seus aliados do sul na América Latina.

É tempo de tomar a iniciativa. Uma política exterior integral e global é essencial. É tempo de fazer soar os clarins pela liberdade, a dignidade e os interesses nacionais que sejam reflexo do espírito do povo norte-americano.

Ou a Pax Soviética ou uma contraposta projecção da potência norte-americana a nível mundial é a alternativa. A hora das decisões não pode ser postergada.

As relações interamericanas: escudo da segurança do Novo Mundo, a espinha da expansão do poder global dos Estados Unidos.

As Américas estão sob um ataque. A América Latina, o tradicional aliado dos Estados Unidos, está a ser penetrada pelo poder soviético.

(...) A Doutrina Monroe, pedra angular histórica da política dos EUA com a América Latina, supõe o reconhecimento da estreita relação entre a luta pelo poder no Velho Mundo e no Novo. Os três grandes princípios dessa doutrina eram:

1. «Nenhuma colonização europeia ulterior no Novo Mundo»;
2. «Abstenção dos EUA nos assuntos políticos da Europa», e
3. «Oposição dos EUA à intervenção europeia nos governos do hemisfério ocidental».

(...) A projecção do poder global dos EUA descansa sobre a cooperação com as Caraíbas e o apoio da América do Sul. A exclusão dos poderes marítimos do Velho Mundo em Cuba, nas Caraíbas e na América Latina ajudou os EUA a gerar em um excedente de poder suficiente para equilibrar as actividades na Europa, na Ásia e na África.





Documento de Santa Fé: em defesa das ditaduras latino-americanas

A América Latina, tal como a Europa Ocidental e o Japão, é parte dos fundamentos de poder dos EUA. Não se pode aceitar a perda de nenhum dos fundamentos de poder dos Estados Unidos na América Latina, na Europa Ocidental ou no Pacífico Ocidental, se os EUA querem manter uma força adequada num excedente que lhe permita jogar um papel de equilíbrio em qualquer lugar do mundo.

(...) Os EUA estão a ser postos de lado nas Caraíbas e na América Central, em virtude de acções sofisticadas mas brutais, de um poder extracontinental que manipula os seus estados-clientes. A influência soviética expandiu-se enormemente desde 1959. A URSS trata de se fortalecer no hemisfério ocidental e os EUA devem corrigir essa situação.

(...) As raízes do presente dilema no campo da segurança dos EUA encontram-se nos inícios dos anos 60, no fracasso da Baía dos Porcos e o posterior acordo Kennedy-Krushev que pôs fim à crise dos mísseis em 1962, período no qual a escalada de ameaças que previamente tinham sido consideradas toleráveis levou à aceitação daquilo que antes tinha sido considerado inaceitável. Durante a guerra do Vietname, a posição adoptada por Washington, segundo a qual a América Latina não era estratégica, política, económica e ideologicamente importante, desgastou ainda mais a posição dos EUA. Transformaram-se na base da política dos EUA, como resultante do fim da guerra do Vietname, as premissas da *detente* pregadas pelos

presidentes Nixon e Ford (já que nem sequer uma intransigente URSS é capaz de romper um sistema mundial, hoje mais plural na sua distribuição do poder e que inclui a China, como aliado de facto dos EUA na contenção dos soviéticos).

A polícia ibero-americana de James Carter, inspirada intelectualmente nos relatórios da Comissão de Relações entre os EUA e a América Latina e o Instituto de Estudos Políticos (IPS), é a culminação desse processo de acomodação pelo qual a América Latina foi excluída da estratégia dos Estados Unidos e os regimes independentes da região são abandonados aos ataques extracontinentais do movimento comunista internacional.

(...) O IPS usava a frase «pluralismo ideológico» para estimular a receptividade dos EUA em relação aos modelos socialistas pró-soviéticos de desenvolvimento económico e político (da Jamaica e da Guiana).

O presidente Carter evidenciou essa atitude no seu discurso de Notre Dame em 1977, quando declarou que os EUA haviam superado o seu «desordenado medo ao comunismo». O perdão aos terroristas condenados de Porto Rico, o espontaneísmo em relação as tentativas de Fidel Castro de levar o Movimento dos Não-Alinhados a uma estreita unidade com os pontos de vista do mundo soviético e a cordial recepção na Casa Branca a três membros da Junta Revolucionária Sandinista da Nicarágua, que incluía um membro treinado em Cuba, tornou-se uma característica da política

latino-americana dos Estados Unidos.

(...) São evidentes os êxitos cubanos nas Caraíbas e na América Central. A Guiana, sob o governo do primeiro-ministro Linden Forbes Burnham, é um estado marxista pró-soviético. F. Burnham pediu para ser membro associado do Comecon em Janeiro de 1977. Georgetown permitiu a Cuba o uso do aeroporto internacional da Guiana para o reabastecimento de combustível durante a incursão inicial de Cuba na guerra civil de Angola em 1975.

(...) Maurice Bishop tomou o poder em Granada em Março de 1979. O novo aeroporto de Bishop está a ser construído pelos cubanos. Esse campo aéreo domina o profundo canal aquático que atravessa a ilha de Granada e através do qual passam 52% de todo o petróleo importado pelos EUA. Os navios tanques da Arábia Saudita, da África e da América Latina entram nas Caraíbas e deixam o petróleo nas refinarias das Bahamas e de Virgens, Trindade, Aruba e Curaçau, para ser processado e transportado por barco para os EUA.

O Canal do Panamá desempenha também um papel vital no abastecimento de petróleo dos EUA. O Panamá está sob o controlo da ala esquerda do regime militar que, de acordo com a CIA, foi o intermediário na transferência de armas de Cuba e dos Estados Unidos para os sandinistas na conquista marxista da Nicarágua em Julho de 1979. El Salvador e outros países da América Central estão agora ameaçados com guerras de guerrilhas revolucionárias. Enquanto isso o



governo dos EUA mantém uma aparente atitude de indiferença estratégica e exorta ao cumprimento dos direitos humanos, clama pelas reformas sociais, económicas e agrárias, como se a mais perfeita resolução de tais problemas pudesse travar a expansão colonial castrista e a subversão.

(...) O Comité de Santa Fé estima que a política exterior dos EUA se encontra em estado de confusão, que as normas de conflito e mudança social adoptadas pela administração Carter são próprias da URSS, que essa região em disputa é um território soberano de aliados dos EUA e dos seus sócios-comerciais do Terceiro Mundo; que a esfera da URSS e seus satélites está em contínuo crescimento; e que o balanço anual de ganhos e perdas favorece a URSS.

(...) A intervenção dos Estados Unidos no exterior só se tem justificado pela segurança do nosso país e nunca se justificou porque em outros países se tivesse verificado um tipo particular de sistema, salvo quando as suas actividades fossem pensadas como ameaça extracontinental aos EUA. Os Estados Unidos podem oferecer essa perspectiva nacionalista a todos os países latino-americanos que não se submetem a uma relação de semi-vassalagem com uma superpotência extracontinental.

(...) O Comité de Santa Fé deseja salientar que os Estados Unidos não se propõem perseguir uma política de intervenção nos assuntos externos de nenhuma nação latino-americana, a menos que os Estados ibero-americanos conduzam uma política que ajude e patrocine a introdução imperialista de potências extracontinentais. Tal política dos EUA em relação à América Latina tem um potencial apoio substancial nessa região, especialmente entre os regimes que permanecem independentes.

(...) Será perseguida, por parte dos EUA, uma política latino-americana que promova a segurança norte-americana e ibero-americana, baseada na independência nacional mútua e na dependência interamericana, que promova o desenvolvimento económico e político autónomos, fundados sobre a nossa herança cultural e religiosa, que compreenda os limites das nossas aspirações na promoção de reformas internas na América Latina e que reconheça e respeite a dignidade e a sensibilidade dos nossos vizinhos.

(...) A diplomacia, por mais destarte aplicada que seja, não é senão um método para atingir os fins da política externa. A política externa e a estratégia nacional são, por seu lado, instrumentos pelos quais os povos procuram expandir ou defender os seus interesses. (...).

## SANTA FÉ CONFIDENCIAL

primeira parte

### Ameaça Militar Externa

proposição 1

*Revitalizar o sistema de segurança hemisférica mediante a sustentação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) assumindo o controlo da direcção da Junta Interamericana de Defesa (JID) para impulsionar a longa lista de resoluções que reforçariam a segurança do hemisfério contra as ameaças externas e internas.*

(...) O sistema de segurança desse hemisfério consistirá em três elementos ou graus. O primeiro e básico é o Tratado do Rio. O segundo será um sub-grupo do primeiro: as organizações regionais de segurança. O terceiro, consistirá nos acordos bilaterais entre os vários países membros dos elementos.

proposição 2

*Estimular os acordos de segurança regional que contribuam, tanto à segurança regional como hemisférica, contra as ameaças à segurança externa e interna.*

(...) As pessoas não se vinculam facilmente sobre uma base hemisférica; o conceito é abstracto e a capacidade do homem da rua para sentir-se vinculado por tal acordo é difícil, se não impossível. Por isso, precisamos algo a que ele possa sentir-se vinculado.

Os acordos regionais cumprem esse requisito. Na Argentina ou no Paraguai um acordo regional para a segurança da América do Sul pode ser entendido muito facilmente. Garante os seus alimentos, as suas importações e exportações. É imediato e claro, enquanto que o conceito de segurança hemisférica é difícil de visualizar, confuso e emaranhado para a sua compreensão, e também introduz a mão pesada da América do Norte.

A política dos EUA deve ser a de estimular e de apoiar esses acordos de segurança regional. Isto está em flagrante contraste com a política presente que tem sido a de desalentar tais mecanismos. O fracasso dos acordos de segurança nacional na América Central

(CONDECA) ilustram este caso. Essa organização regional de segurança tem sido e é o maior obstáculo à subversão cubano-panamiano-soviética contra os governos sob ataque: El Salvador, Honduras e Guatemala.

proposição 3

*Reactivar, como terceiro elemento do nosso sistema de segurança hemisférica, os nossos tradicionais laços militares com este hemisfério, mediante a oferta de treinamento militar e assistência às forças armadas das Américas, com particular ênfase nos jovens oficiais e nos oficiais de patente inferior. A oferta de assistência técnica e psicológica a todos os países deste hemisfério na luta contra o terrorismo qualquer que seja a sua ordem.*

(...) A única razão para a venda de armas e assistência à segurança é elevar a segurança e a viabilidade dos EUA e dos seus aliados no sentido mais amplo. O nosso papel de condutores e a nossa tecnologia dão-nos essa pesada responsabilidade.

(...) Mediante o treinamento militar no nosso país os EUA podem, não só dar uma direcção profissional de primeira classe, mas também oferecer um modelo moderado para o resto do pessoal militar das Américas e suas famílias. Vivendo nos EUA e observando directamente o nosso funcionamento político podem tornar a ganhar o respeito e admiração pelos EUA (...).

proposição 4

*Se o Tratado actual fracassar, colocar o Canal do Panamá sob a protecção da Junta Interamericana de Defesa para assegurar que as nações deste hemisfério tenham acesso livre e regular ao Pacífico e ao Atlântico.*

(...) O Canal do Panamá é da maior importância estratégica para a maioria dos países do hemisfério. A sua segurança e disponibilidade são de significativo interesse para os países do Norte, Centro e Sul América. Delegando essa responsabilidade nos países signatários do Tratado do Rio, que por sua vez designariam a Junta Interamericana de Defesa como seu agente, o problema seria colocado no nível estratégico adequado e elevado a uma merecida posição dentro da espectativa internacional.

Ao entregar o controlo do Canal à JID, ao estabelecer uma zona de segurança sob as 19 bandeiras da JID e ao conduzir manobras combinadas, os países livres das Américas levaremos ao conhecimento dos soviéticos e seus aliados no



hemisfério, que estamos preparados, decididos e capacitados para a defesa dos nossos interesses vitais.

As actuais operações comuns e a manutenção necessária do Canal poderiam ser cumpridas por pessoal panamiano e estadunidense ou mediante contratos privados.

segunda parte

### A Subversão Interna

#### proposição 1

*A política dos EUA na América Latina deve levar em conta a vinculação integral entre subversão interna e agressão externa.*

*A «Doutrina Roldós» — do nome do Presidente do Equador\* — deve ser condenada. A doutrina afirma que os poderes externos não violam o tradicional princípio de não intervenção se a participação nos assuntos de outro país é vista como um acto de defesa dos direitos humanos.*

Dado que o comunismo utiliza qualquer meio para derrotar a ordem capitalista e transformar o mundo, a segurança interna e externa são inseparáveis.

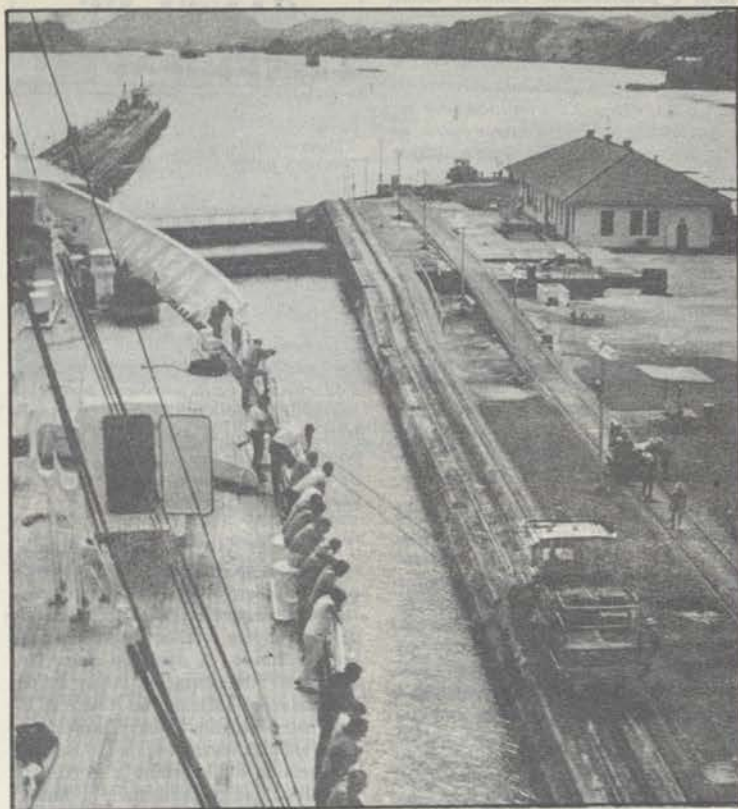
(...) O triunfo sandinista na Nicarágua incorporou um novo elemento: a agressão externa por tropas com bases operativas na Costa Rica, equipadas com armas importadas via Panamá, de Cuba e dos Estados Unidos.

(...) A base nicaraguense no continente americano facilitará, agora, a repetição do modelo revolucionário. Armas estadunidenses, previamente vendidas à Nicarágua, já estão a ser enviadas às guerrilhas da Guatemala. A Guatemala é o toféu estratégico da América Central, pois faz fronteira com os vastos campos petrolíferos mexicanos.

#### proposição 2

*A formulação da política dos Estados Unidos deve ser preservada da propaganda existente nos meios de comunicação de massa e publicações especializadas, inspirada por forças expressamente hostis aos EU.*

(...) Os activistas radicais aproveitam-se da pouca profundidade de



«O Canal do Panamá desempenha um papel vital no abastecimento de petróleo dos EUA»

compreensão sobre a situação dos diferentes países e a falsa concepção sobre as alternativas políticas e económicas e alimentam uma corrente constante de desinformação que ridiculariza os nossos amigos e glorifica os nossos inimigos.

A manipulação dos meios de informação através de grupos vinculados à Igreja e de outras camarilhas encarregadas dos conchavos em torno dos chamados direitos humanos, tem cumprido um crescente e importante papel no derrube dos governos, autoritários sim, mas pró-norte-americanos, substituindo-os por ditaduras antinorte-americanas, comunistas ou pró-comunistas de carácter totalitário.

#### proposição 3

*A política exterior dos EUA deve começar a enfrentar (e não simplesmente reagir a posteriori) a Teologia da Libertação tal como é utilizada na América Latina.*

O papel da Igreja na América Latina é vital para o conceito de liberdade política. Lamentavelmente, as forças mar-

xistas-leninistas, têm utilizado a Igreja como uma arma política contra a propriedade privada e o sistema capitalista de produção, infiltrando a comunidade religiosa com ideias que são menos cristãs que comunistas.

#### proposição 4

*Os Estados Unidos devem abandonar a suposição equivocada de que se pode, facilmente, introduzir e impor o estilo democrático como o dos EUA como alternativas aos governos autoritários, da mesma forma que devem abandonar a crença de que a mudança numa tal situação é inevitável, desejável e do interesse dos EUA. Essa crença induziu a administração Carter a participar activamente na liquidação dos governos autoritários não comunistas enquanto permanecia passivo diante da expansão comunista.*

#### proposição 5

*Os direitos humanos — conceito cul-*

(\*) — Jaime Roldós Aguilera viria a falecer num estranho acidente aéreo, a 24 de Março de 1981.



tural e politicamente relativo, usado pela administração Carter para intervir a favor das mudanças políticas nos países deste hemisfério — afectam negativamente a paz, a estabilidade e a segurança da região. Essa política deve ser abandonada e substituída por outra, de não intervenção e de realismo político e ético.

A natureza cultural e eticamente relativa da noção de direitos humanos manifesta-se quando países como a Argentina, Chile e Brasil acham repugnante a manifestação do nosso ultraje moral pelo assassinato de um terrorista cujas bombas e armas de fogo matam inocentes civis, quando aprovamos como legal a liquidação de mais de um milhão de crianças não nascidas por ano.

O que dizer — perguntam — sobre os direitos humanos das vítimas do terrorismo de extrema-esquerda? Os artífices da política dos EUA devem abandonar a ilusão de que alguém que atira um *cocktail* molotov em nome dos direitos humanos é merecedor desses direitos. Por outro lado as frequentes críticas às instituições e ao modo de vida de um país não representam, necessariamente, as aspirações da maioria da população.

Uma política ideologicamente motivada e colectivamente aplicada em relação aos direitos humanos vai em detrimento dos direitos humanos propriamente ditos. Isso tem custado aos EUA amigos e aliados e a perda de influência em importantes países da América Latina. Contribuiu para a desestabilização e a perda — ou a perspectiva de perda — de países como a Nicarágua, El Salvador, Guatemala e Costa Rica.

Os direitos à vida e à propriedade e as liberdades civis são hoje mais seguros do que foram antes do início da campanha de direitos humanos de 1977. A situação real que enfrentam os governos latino-americanos que se encontram sob o ataque de grupos revolucionários locais, assistidos pelo eixo cubano-soviético, não deve ser entendida como uma ameaça a supostas oligarquias, mas como uma ameaça aos interesses da segurança dos EUA.

Se os Estados Unidos se limitarem a uma política exterior que promova a paz, a estabilidade e a exclusão do comunismo na América, haverá então uma ampla oportunidade de promover o respeito pelas liberdades civis concretas e uma melhoria económica para todos os povos das Américas.

## SANTA FÉ CONFIDENCIAL

### terceira parte

#### Política Económica e Social

##### a) energia

###### proposição

*Os Estados Unidos estimularão e ajudarão as nações do hemisfério ocidental a desenvolver o seu petróleo e potencial energético nuclear, agrícola e industrial. A fórmula Eisenhower de «átomos para a paz» e de intercâmbio de capital e de tecnologia contra a importação de energia, deve ser reanimada.*

(...) As nações industrializadas emergentes na América Latina já começaram a desenvolver a energia nuclear. Devem ser estabelecidas as necessidades de energia para o desenvolvimento presente e futuro. A oposição dos EUA durante as administrações Ford e Carter às instalações nucleares na América Latina, não conseguiu travar os projectos e só serviu para levar o México, o Brasil e a Argentina a adquirirem a tecnologia nuclear na Europa Ocidental e no Japão. Como resultado, os EUA não só perderam os rendimentos daí resultantes, mas também a direcção sobre esses programas nucleares. As jazidas de petróleo não são infinitas. Os EUA devem assumir a direcção de um programa de átomos para a paz que acelerará a produção industrial e também a agrícola.

Os alimentos são uma arma em tempo de guerra. Quatro dos sete produtores de excedentes agrícolas do globo estão no hemisfério ocidental: Canadá, EUA, Brasil e Argentina. Juntamente com os produtores do Pacífico, Austrália e Nova Zelândia, as Américas podem exercer uma pressão fortíssima sobre os estados potencialmente hostis, mediante a retenção dos abastecimentos de alimentos à guisa de reféns, e assim reequilibrar a balança entre o Novo e o Velho Mundo.

##### b) agricultura

###### proposição 1

*A política comercial agrícola dos Estados Unidos na América Latina e os programas de assistência para o sector agrícola devem maximizar as vantagens comparativas da produção e estimular mudanças para a produção de artigos*

*agrícolas de exportação, de modo a complementar o comércio recíproco. (...)*

###### proposição 2

*Na medida em que os EUA incentivem a diversificação da agricultura na América Latina para maximizar as vantagens comparativas de produção, deve-se-lhes conceder acesso a esses produtos no mercado dos EUA.*

Os Estados Unidos deverão expandir o mercado interno da procura da tradicional produção açucareira das Caraíbas através do desenvolvimento e aquisição de combustível de álcool derivado de açúcar. (...)

###### proposição 3

*O Congresso dos Estados Unidos, através da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), deve estabelecer um programa de empréstimos agrícolas directos para cooperativas e empresas comunitárias indígenas.*

(...) Com a dotação de capitais para a criação de novas instituições de crédito dirigidas a essas finalidades, os EUA podem estimular os governos interessados em ajudar a população agrícola pobre a sair da agricultura de subsistência. O Congresso deveria actuar e publicar os pedidos de assistência aos EUA, bem como assegurar-se que essa ajuda seja dirigida a actividades livres e produtivas e não a programas estatais anti-económicos.

###### proposição 4

*A actual prioridade dos Estados Unidos no desenvolvimento de uma infra-estrutura rural pública deveria ser ampliada com o estímulo a actividades menores e rentáveis, cujos lucros possam ser reinvertidos, numa proporção significativa, em preparação técnica e assistência aos agricultores locais, tanto através de operações normais como de projectos comunitários orientados.*

(...) O sector da pequena empresa privada orientada para a obtenção de lucros com objectivos determinados pode ser transformado num mecanismo de assistência à população indígena local, em particular, à pequena propriedade agrícola orientada para aplicação dos lucros no trabalho rural com um impacto social para o desenvolvimento da comunidade.



c) a dívida

proposição

O Congresso deveria realizar análises periódicas dos problemas da dívida na América Latina e orientar a sua política de desenvolvimento a fim de criar um mercado de capitais autônomos latino-americanos.

Para complementar e coordenar os esforços que levem ao estabelecimento desse mercado, o Congresso deveria incentivar o investimento directo privado estrangeiro.

Talvez o mais sério obstáculo ao desenvolvimento económico da América Latina seja hoje o sempre crescente peso da dívida externa.

(...) Os EUA sob a direcção do Congresso estão obrigados a ter uma política de perspectiva e coerência para tratar esse problema da dívida latino-americana, no contexto de uma política dirigida a estimular o desenvolvimento e a promover um mercado latino-americano autónomo de capitais.

d) o movimento sindical livre

proposição

Os Estados Unidos, trabalhando com e através da AFL-CIO e outras organizações independentes de trabalhadores, fomentará o movimento sindical livre na América Latina, uma vez que os sindicatos autônomos são essenciais ao progresso económico e à defesa das instituições democráticas.

(...) Um movimento sindical livre, baseado na eleição e na associação voluntária, é fundamental na filosofia de uma economia de livre mercado.

(...) Os EUA, um dos países que sempre deu uma oportunidade ao trabalhador, é o agente ideal para apoiar um movimento sindical, livre, que pela sua própria sobrevivência e interesse deve pretender ser uma fortaleza contra o estatismo e o centralismo

E) transferências de tecnologia

proposição 1

Os Estados Unidos devem empreender a transferência de tecnologia para as Américas como parte da sua estratégia para o continente. Os objectivos seriam os de fortalecer os vínculos hemisféricos e aumentar a segurança mediante a criação de sistemas políticos e económicos viáveis de livre empresa, que contribuam para diminuir a pobreza



«... mediante o treinamento militar no nosso país os EUA podem, não só dar uma direcção profissional de primeira classe, mas também oferecer um modelo moderado para o resto do pessoal militar das Américas e suas famílias»

e a fome, que constituem os problemas críticos de muitos dos países das Américas. (...).

proposição 2

Como parte da nova política latino-americana, os EUA deveriam adoptar uma estratégia de transferência de tecnologia similar à que existe com Israel. Essa política deverá reconhecer a importância estratégica que tem para o mundo livre a combinação dos seus recursos humanos com a tecnologia dos EUA no fortalecimento da estrutura económica, social e política de cada país em particular. Será a maior e mais positiva resposta aos problemas da pobreza, do desemprego e da crise económica que são o caldo de cultura do comunismo e do terrorismo urbano. Essa política, obviamente, deve ser delineada tomando em conta as necessidades de cada país em particular. (...).

f) educação

proposição

Os Estados Unidos devem tomar a iniciativa ideológica. É essencial que se estimule um sistema educativo na América Latina que realce a herança cultural comum das Américas. A educação deverá incluir o idealismo que sirva de instrumento para a sobrevivência.

Esta é uma guerra pelo controlo da opinião pública mundial. O elemento ideológico político haverá de prevalecer. Os EUA têm falhado, sobretudo, na propagação dos ideais de liberdade política, iniciativa privada, anticentralismo e pa-

triotismo moderado que o povo norte-americano aprecia.

(...) Quem quer que controle a educação define o seu passado, e como já se viu, também o seu futuro. O amanhã está nas mãos e no cérebro daqueles que estão hoje a ser educados.

Os Estados Unidos não pretendem impor a sua própria imagem na América Latina. Nem o pluralismo liberal nem a democracia wilsoniana foram exportados com êxito. Entretanto devemos exportar ideias e imagens que fomentem a liberdade individual, a responsabilidade política e o respeito da propriedade privada. Deve ser iniciada uma campanha para capturar a elite intelectual latino-americana através da rádio, da televisão, dos livros, dos artigos e folhetos, além de doações, bolsas de estudo e prémios. Consideração e reconhecimento é o que mais ambicionam os intelectuais que podem ser atraídos por tal programa. Os esforços dos EUA devem reflectir os verdadeiros sentimentos do povo norte-americano e não o estreito espectro de Nova Iorque e Hollywood: se não for genuína a imagem fracassará. (...).

g) economia, comércio e política de investimentos

proposição 1

Os Estados Unidos devem promover uma política orientada para o capitalismo privado, para o livre comércio e para o investimento directo e estrangeiro em empresas produtivas na América Latina.

O capitalismo ainda está dirigido para a produção. O socialismo para a distribuição.



O problema imediato na América Latina é a produção, não a distribuição; para dar é preciso ter algo que dar. Dos dois tipos de capitalismo que existem — privado e estatal — o privado tem sido claramente mais produtivo. Em consequência, os EUA devem promover a empresa privada mediante a associação das Américas Inglesa e Latina. (...)

#### proposição 2

Para facilitar o comércio interamericano, os EUA não só procurarão uma relação mais estreita com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e com o Sistema Económico Latino-Americano (SELA) mas também solicitarão o estatuto de associados nessas duas organizações. A participação plena dos EUA na ALALC e no SELA será facilitada pelo estabelecimento de um mercado latino-americano autónomo de capitais.

#### proposição 3

A política económica externa dos EUA procurará influir sobre os bancos transnacionais na cooperação com os EUA no controlo da inflação, na sustentação de esquemas de autofinanciamento dos sectores produtivos, estimulando o desenvolvimento energético, hidro-eléctrico, nuclear e do gás e financiando projectos como o da electrificação rural.

#### proposição 4

Os Estados Unidos apoiarão reformas institucionais dos bancos transnacionais e as dotações directas do Congresso ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para programas de desenvolvimento específico, como o da Venezuela em 1975, e o Congresso tomará em conta a criação de um fundo monetário da América Latina para desenvolver capacidade de formação de capital autónomo na América Latina com fins produtivos.

Todas as empresas transnacionais são instrumentos importantes, comprometidos com o desenvolvimento económico. Mas, os bancos multilaterais de desenvolvimento são essenciais a toda a política dos EUA dirigida a estimular a autonomia e a cooperação entre os países americanos. O Banco Mundial oferece uma grande soma de dinheiro a muitos países. Mas não se dedica prioritariamente à América Latina. O Congresso continuará a utilizar, a sua influência para pedir urgência ao Banco Mundial no

## SANTA FÉ CONFIDENCIAL

sentido de estimular os países hispano-americanos que procuram a sua autonomia e a cooperação com os EUA. (...)

#### proposição 5

Os EUA contribuirão para preservar os sectores médios da indústria latino-americana da sua destruição pelas corporações transnacionais.

(...) Essas indústrias podem competir num mercado aberto se não forem estrangeiras ou afogadas pelo «dumping» das corporações transnacionais com aspirações monopolísticas. A integração da Amazônia e do Pacto Andino, em Dezembro de 1979, bem como o fortalecimento do SELA, indica a consciência latino-americana sobre o problema. Os EUA ao cooperar com a ALALC e o SELA na redução de tarifas e uma vigilância sobre as corporações transnacionais norte-americanas na região, podem contribuir para a salvação desse grupo de médias indústrias.

#### quarta parte

### Direitos Humanos e Pluralismo Ideológico

#### proposição 1

Os EUA deixarão de classificar os seus aliados com base no seu actual e desigual programa de direitos humanos.

Um vigoroso programa de direitos humanos, aplicado equivalentemente, é uma arma admirável da América Latina contra a União Soviética, os seus satélites e seguidores. Curiosamente, a administração Carter pensou seriamente em aplicar a doutrina dos direitos humanos contra a Cuba castrista, a Nicarágua sandinista e outros satélites soviéticos no hemisfério ocidental. A Argentina, o Brasil, o Chile, El Salvador, a Guatemala, a Nicarágua de Somoza, todos velhos aliados nossos, por outro lado, viram-se fustigados.

#### proposição 2

Os EUA aplicarão a doutrina do pluralismo ideológico em todo o espectro político e não precisamente nos regimes internacionais de esquerda. (...)

#### quinta parte

### Relações Interamericanas

a) relações especiais com países-chave: Brasil, México e Cuba

#### proposição 1

Os EUA devem dedicar uma atenção especial a três países: Brasil, México e Cuba em virtude da sua particular importância no hemisfério ocidental. (...)

#### proposição 2

Os EUA deverão anunciar publicamente uma política com vista a estimular, apropriada e racionalmente, a aquisição e o uso de uma tecnologia avançada pelo Brasil, que inclua o uso pacífico da energia nuclear. Os EUA devem-se abster de qualquer comentário público sobre os direitos humanos no Brasil e ao mesmo tempo devem revogar as normas impostas pelo Congresso, que exigem informações sobre as condições dos direitos humanos nos países aliados e amigos.

O próximo Presidente dos EUA concretizará um velho convite ao Presidente do Brasil para uma reunião de trabalho em Washington, para estabelecer conversações que incluam comércio, divisas e energia. Além disso, os EUA estimularão activamente a aproximação argentino-brasileira, o que abrirá novas possibilidades para um desenvolvimento económico acelerado do Cone Sul, desenvolvimento que ajudará a estimular o crescimento de países periféricos dessa região: Bolívia, Paraguai e Uruguai.

BRASIL: O Brasil é o gigante da América do Sul. A sua população (120 milhões); o seu território (maior que dos EUA continental); o seu poder económico (200 mil milhões de dólares de PNB); e os seus fabulosos recursos naturais tornam-no uma formidável potência regional. Até ao final do século o Brasil converter-se-á numa das maiores potências mundiais.

Felizmente, tanto por diferentes circunstâncias como pela aplicação de uma política racional, os EUA quase sempre disfrutaram de boas relações com o Brasil num contraste agudo com as nossas frequentes — relações tumultuosas com as repúblicas de língua espanhola. O Brasil, por exemplo, foi o único país do hemisfério que, juntamente com os EUA e o Canadá, contribuiu substancialmente com sangue e dinheiro para a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial.



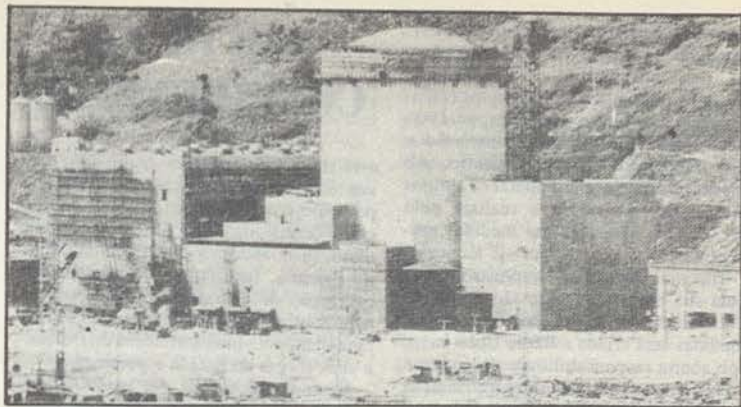
Em 1976, durante o último ano da administração Ford, as relações brasileiro-norte-americanas atingiram o seu ponto mais alto. Uma «relação especial» de trabalho foi concretizada num memorando de acordo assinado pelos ministros de Negócios Estrangeiros dos dois países. Esse memorando prometia a realização de consultas entre os dois países, sobre todos os temas que pudessem preocupar qualquer um deles.

A administração Carter, não obstante, terminou rapidamente essa relação especial, e fez fortes pressões sobre a Alemanha Ocidental para cancelar o Acordo de Energia Nuclear com o Brasil, sem que a Casa Branca se incomodasse em comunicar previamente esse facto ao Brasil.

A administração Carter fracassou nos seus torpes esforços para impedir a proliferação nuclear na América do Sul. Para o Brasil, significava que Washington desenvolvia uma injustificável interferência nos seus assuntos internos. Pior ainda, pensou-se que os EUA tentavam negar aos países em desenvolvimento uma tecnologia avançada, suspeita sustentada com afincos pelos funcionários brasileiros.

A insensibilidade dos EUA para com os acordos sobre a Energia Nuclear foi igualada, se não ultrapassada, pelas críticas públicas da administração Carter ao comportamento do Brasil em torno da questão dos direitos humanos apesar de, segundo o critério da administração, ser o panorama nesse país, em fins dos anos 70, um dos melhores da região. Além disso, Carter complementou o erro da sua administração adoptando uma atitude intransigente em relação ao governo Geisel, durante a sua visita oficial ao Brasil, em 1977, o que foi agravado com as amistosas conversações que manteve com «activistas dos direitos humanos». Numa das escalas dessa viagem, Carter aumentou o aborrecimento do Brasil ao abraçar-se com a ditadura militar da Nigéria que não permite uma comparação com o Brasil em matéria de direitos humanos.

Essas políticas paralelas de não proliferação nuclear e de direitos humanos envenenaram as relações com os nossos tradicionais amigos e aliados, num momento da história em que o Brasil começa a desenvolver o seu potencial. Num futuro próximo, as relações podem ser concertadas mas não completamente restabelecidas. Os brasileiros fizeram-nos saber, bem claramente, que as velhas relações jamais poderão ser totalmente restauradas, se a futura administração continuar a fazer o mesmo que a actual, ou seja, a destruir os velhos princípios, literalmente, nas suas costas.



«... a administração Carter fracassou nos seus torpes esforços para impedir a proliferação nuclear na América do Sul». Na foto, a central nuclear brasileira de Angra 1.

Levando em conta os nossos recentes e frustrados esforços para manipular o Brasil, menosprezando a melhoria das relações norte-americano-brasileiras e a preservação dos interesses norte-americanos, a nova administração deve tomar a iniciativa para melhorar as relações com esse país-chave.

#### proposição 3

Os EUA deverão iniciar, imediatamente, conversações de alto nível tendo por base os temas da energia, imigração e comércio. A embaixada especial para assuntos mexicanos será abolida, e o embaixador dos EUA na cidade do México será o chefe da delegação nas negociações. Os EUA deverão manter aberto o seu mercado aos produtos mexicanos. O objectivo não é a formação de um maior mercado comum norte-americano, mas sim manter aberto o mercado dos EUA para os bens mexicanos, particularmente para os das indústrias que empreguem uma alta percentagem de mão-de-obra.

Os EUA e o México deverão procurar uma solução para o fluxo de trabalhadores indocumentados que procuram entrar nos EUA. O objectivo é prover empregos temporários a um número limitado de cidadãos mexicanos. O estrito cumprimento dessa quota será vigiado por autoridades de ambos os países.

Os EUA e o México deverão subscrever acordos para o fornecimento, a longo prazo, de gás e petróleo; a meta dos EUA é importar mais ou menos uns dois milhões de barris diários de petróleo, durante os primeiros anos da década de 80. Tal acordo deverá beneficiar ambos os países. Além de incrementarem a importação de petróleo mexicano, os EUA duplicarão as suas importações, incrementando a compra a outros fornecedo-

res do hemisfério ocidental, libertando-se assim, para 1985, da dependência do Golfo Pérsico. (...)

#### proposição 4

Os EUA devem lançar uma nova política positiva para todas as Caraíbas e que inclua a América Central. Essa política proverá uma ajuda multifacetada a todos os países amigos que se encontrem sob o ataque de minorias armadas que recebam assistência de forças estrangeiras hostis. O programa deve unir os elementos mais fecundos da doutrina Truman e da Aliança para o Progresso.

Ao mesmo tempo, os EUA reafirmarão o princípio central da doutrina Monroe: o de que nenhuma potência estrangeira hostil será autorizada a manter bases ou alianças militares ou políticas na região. Uma doutrina Monroe revitalizada será multilateral, ponto de vista que há muito é sustentado pelos países-chave da América Latina.

Os EUA não podem continuar a aceitar que Cuba seja um estado vassalo da URSS. A subversão cubana deve ser qualificada como tal e combatida. O preço que Havana deve pagar por tais actividades não pode ser pequeno. Os EUA só podem restaurar a sua credibilidade realizando acções imediatas. Os primeiros passos devem ser francamente punitivos. Os diplomatas cubanos devem abandonar Washington. O reconhecimento aéreo deve recomeçar. Os dólares do turismo norte-americano devem ser cortados. O acordo piscatório de 1977, altamente vantajoso para a frota pesqueira cubana, deve ser revisto.

Os EUA devem oferecer a Cuba uma alternativa clara. Primeiro, deve ser absolutamente claro para Cuba que se



continuar no mesmo caminho serão empreendidos outros passos apropriados.

(...) Cuba e a URSS devem ser consideradas até certo ponto responsáveis pelo êxito da política de subversão e desestabilização neste hemisfério. Ao mesmo tempo devemos apoiar os amigos que restam na região e realizar pelo menos uma vez, algumas medidas preventivas.

Havana deve ser responsabilizada pela sua política de agressão contra os Estados irmãos da América. Entre outras medidas será criada a Rádio Cuba Livre sob aberta responsabilidade do governo dos EUA, a qual transmitirá informação objectiva ao povo cubano que, entre outras coisas, evidencie o alto custo da sacriliga aliança entre Havana e Moscovo. Se a propaganda falhar deve ser lançada uma guerra de libertação contra Castro.

A segunda alternativa será estimular os cubanos para que realizem uma mudança radical na sua política externa. Se bem que seja impossível que os EUA possam desligar os cubanos da URSS, faremos saber claramente que os EUA serão generosos se for liquidada a aliança soviético-cubana. (...)

#### b) relações hemisféricas

##### proposição

Tomando em conta a comunidade de problemas com que se enfrentarão ambas as Américas nas próximas duas décadas, os Estados americanos estabelecerão um comité de desenvolvimento da energia aberto a todos os países do hemisfério e que se dedicará a fomentar a cooperação do desenvolvimento racional dos recursos de gás e petróleo através do hemisfério; deverão ser revitalizados a Junta Interamericana de Defesa, o Comando continental interamericano e o Tratado do Rio, bem como fortalecida a OEA, transferindo a sua secretaria para o Panamá.

(...) Temos à mão um instrumento para a multilateralização: a OEA. A principal queixa contra a OEA é que serve unicamente aos interesses dos EUA. Isto nem sempre foi verdade, mas a redistribuição das funções da OEA ao longo do hemisfério pode ajudar a eliminar essa suspeita. Além do mais, propomos que o Estado-Maior da OEA seja transferido de Washington para o Panamá lá para o fim do século.

O Panamá foi a sede do primeiro encontro interamericano, em 1826, convocado por Simón Bolívar. O Panamá, que

## SANTA FÉ CONFIDENCIAL

está situado no centro do hemisfério e a sua economia é baseada em serviços, pode alojar um secretariado interamericano dentro de dois decénios. Além disso, instalando o secretariado da OEA no Panamá, facilitar-se-á a interamericanização do Canal e será reforçada a economia do Panamá pela presença adicional da Junta Interamericana de Defesa e suas forças de defesa e protecção.

É ainda necessário dar estabilidade económica ao hemisfério. Nenhum país da região está imune ao colapso económico. A economia dos EUA tem uma grande influência sobre as economias dos países da América Latina, que por sua vez — principalmente no caso, dos países maiores — têm um impacto cada vez maior nos EUA. Essa tendência continuará até ao final do século. Assim, cada parte da América tornar-se-á dependente do resto pelo comércio e pelo investimento. A política dos EUA, por outro lado, não reflecte inteiramente esse facto. (...)

##### proposição 2

O Canadá deve ser levado a assumir maiores responsabilidades na defesa e no desenvolvimento americanos, estendendo a sua influência às antigas coló-

nias inglesas das Índias Ocidentais e em torno das Caraíbas. (...)

##### síntese final

As Américas encontram-se sob ataque interno e externo. A América Latina como parte integral da comunidade ocidental está sendo contaminada por satélites apoiados e mantidos pela URSS. A diminuição da presença dos EUA nas Caraíbas e na América Central — cruzamento de rotas marítimas e centro de refinação de petróleo, é contínua. Entretanto, os países latino-americanos que se mantêm independentes começam a duvidar da boa vontade e dos propósitos dos EUA, e esforçam-se desesperadamente para salvar a sua própria situação estratégica e económica.

Os EUA abrem as suas feridas. Uma acção decisiva como a ocupação da República Dominicana em 1965 foi desvalorizada por uma reacção inversa, como no caso dos Tratados Torrijos-Carter em 1978, e por arranjos precipitados como o que aconteceu em Maio de 1980, quando se cancelaram os exercícios mar-ár «Solid Shield-80» por causa do protesto do Presidente do Panamá pela presença provocadora das forças dos EUA nas Caraíbas.

O Comité de Santa Fé afirma que os esforços dos EUA na conciliação com os soviéticos e os seus títeres latino-americanos são simplesmente uma máscara e uma adaptação à agressão.



No documento de Santa Fé, a China de Deng-Xio Ping surge como um potencial aliado nunca esquecido



O Comitê de Santa Fé, além do mais, insiste para que os EUA tomem a iniciativa estratégica e diplomática para revitalizar o Tratado do Rio e a OEA, re proclamando a doutrina Monroe; estabelecendo laços com os países-chave e ajudando as nações independentes a sobreviver à subversão.

Por outro lado, o Comitê de Santa Fé propõe que os EUA iniciem uma campanha econômica e ideológica para o desenvolvimento de um plano energético, aliviando o peso da dívida externa da América Latina, estimulando a formação de capital latino-americano, dando assistência à indústria e à agricultura da região através do comércio e da tecnologia; e, sobretudo, dando um apoio ideológico aos instrumentos da política externa através de programas educativos dirigidos a ganhar a mente da humanidade. Porque a fé como apoio da política é essencial à vitória.

Na guerra não há substitutos para a vitória e os EUA estão comprometidos na Terceira Guerra Mundial. As duas primeiras fases, contenção e distensão, foram atingidas pelo duplo envolvimento soviético: o cerco à República Popular da China e o estrangulamento das nações industrializadas ocidentais através do corte das suas provisões de petróleo e minerais. O Sudeste da Ásia e a América Latina são as áreas actuais da agressão.

A América Latina é vital para os Estados Unidos: a projecção do poder global dos EUA sempre se apoiou sobre umas Caraíbas cooperantes e uma América do Sul que nos apoie. Para os EUA o isolamento é impossível. A contenção da União Soviética não é suficiente. A distensão está morta.

Só os EUA podem, como um sócio, proteger as nações independentes da América Latina da conquista comunista

e ajudar a preservar a cultura hispano-americana da sua esterilização pelo materialismo marxista internacional. Os EUA devem tomar as rédeas. Não só estão em perigo as relações dos EUA com a América Latina, como a sobrevivência do nosso país está em jogo.

*Comitê de Santa Fé  
Maio de 1980*

*L. Francis Bouchez  
Roger W. Fontaine  
David C. Jordan  
Gordon Summer  
Lewis Tabs, editor  
prefácio de Ronald F. Docksai  
para o Conselho de Segurança  
Interamericana Inc.  
305 Fourth Street, NE  
Washington, DC. 20002*



# CACHAPUZ

1928 • MAIS DE MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA DE FABRICO • 1981

INTERNATIONAL  
TROPHY FOR QUALITY  
MADRID 1979  
MADRID 1980



O MAIOR FABRICANTE E EXPORTADOR PORTUGUÊS DE  
**EQUIPAMENTOS PARA PESAGEM**

EXPORTADOR PARA  
AS REPÚBLICAS DE

- CUBA
- ANGOLA
- MOÇAMBIQUE

**JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA.**  
TELEF. 22468/25347 - TELEX 32125 CAXPUZ P  
APARTADO 12 - 4701 BRAGA CODEX - PORTUGAL

BÁSCULAS E BALANÇAS DE  
TODOS OS TIPOS PARA

- INDÚSTRIA
- AGRICULTURA
- PECUÁRIA
- PESCAS
- COMÉRCIO
- MINAS





## As contradições do belicismo

*Uma parte sensível do eleitorado norte-americano que apoiou a política agressiva de Reagan começa a sofrer os efeitos das suas medidas económicas: redução de salários, desemprego, recessão...*

Luís Maira \*

**A**S bases teóricas da nova geopolítica belicista dos EUA podem ser encontradas na revista *Commentary* que é uma espécie de Bíblia da ultradireita norte-americana e leitura obrigatória de todos os conselheiros de Ronald Reagan. A defesa mais clara desta nova atitude diplomática surgiu há alguns meses num artigo escrito por Norman Pothole sob o título «O Perigo Crescente». Em síntese, o autor e os ultraconservadores norte-americanos imaginam um retorno ao que chamam de «tempos áureos em que os EUA exerciam uma hegemonia mundial incontestada e que ninguém se arriscava a desafiar-la».

Era o período do pós-guerra, quando, depois da derrota nazi, os americanos ditaram as condições económicas para a reconstrução e moldaram a política do mundo capitalista em função dos seus interesses. Segundo Norman Pothole, a hegemonia norte-americana entrou em crise nos anos 60 e 70, basicamente por culpa do que ele chama de «lideranças débeis, que não souberam exercer o poder imperial». Em vez de admitir, como quase todo o

mundo admite, que a crise de hegemonia é estrutural, reflexo de uma debilidade também estrutural da economia norte-americana que vai perdendo posições para os europeus, japoneses e países socialistas, os ultradireitistas agarram-se a um problema subjectivo e baseiam tudo no simples exercício da autoridade. Pensam que só isto garantiria a recuperação.

Eles fazem também uma violenta crítica a todas as administrações antes de Reagan, sejam elas democratas ou republicanas. Daí o seu antagonismo a Kissinger e à estratégia do desanuviamento. Afirmam que os EUA foram voluntariamente renunciando aos seus domínios internacionais, no Sudeste Asiático, África e América Latina. E para sair desta situação defendem a solução simplista de «mudar o tom de voz».

\* ex-deputado democrata-cristão no Chile e actual pesquisador de política internacional do CIDE (Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento do México). Este texto é baseado em lições, conferências e numa entrevista dada a *cadernos do terceiro mundo*

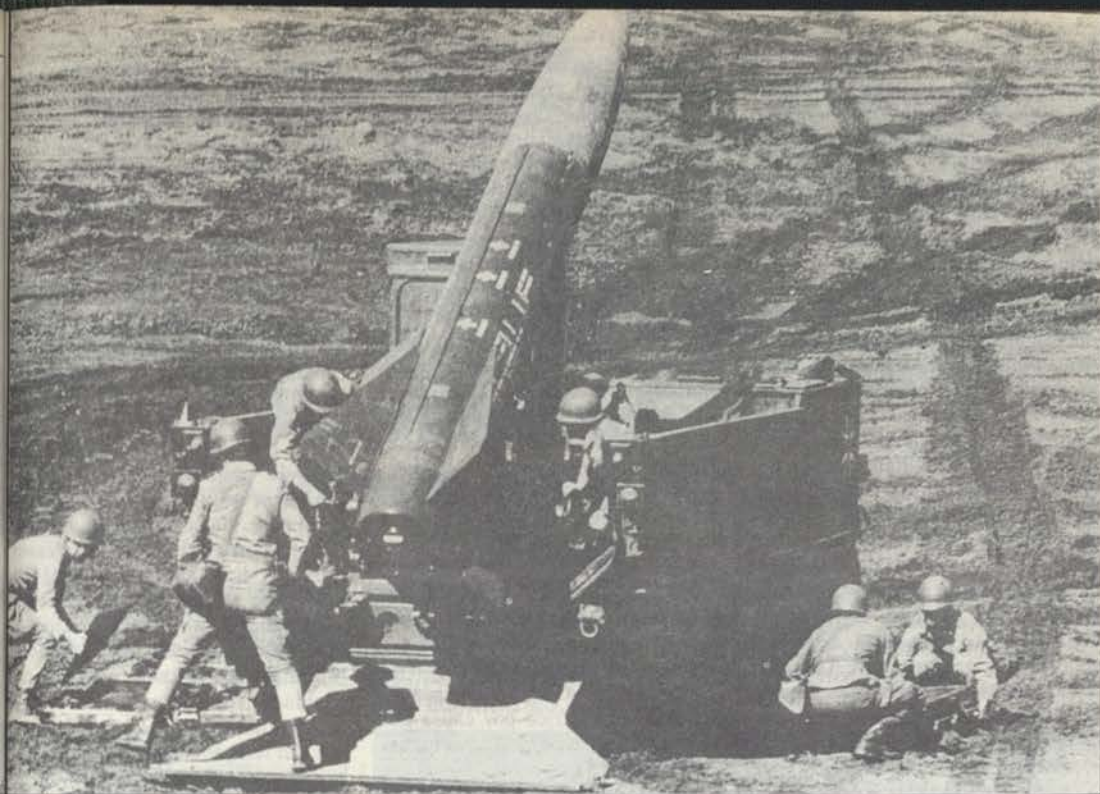
Isto é: falar grosso tentando infundir o medo à escala mundial. Para atingir este objectivo fundem a diplomacia com a política militar armamentista e passam a tratar os aliados ocidentais e as nações socialistas a partir de uma pretensa posição de força.

Na sua expressão mais simples — a exacerbação do nacionalismo e das ameaças de força — esta nova orientação teve algum apoio popular durante a campanha eleitoral e logo após a posse de Reagan. Mas na sua formulação mais teórica, trata-se de uma geopolítica elitista, formada principalmente pelos altos funcionários da administração, dirigentes militares e uma reduzida faixa de políticos ultraconservadores. Estes grupos não fizeram nenhum esforço e nem tiveram êxito na tentativa de tornar a nova mentalidade belicista mais coerente e aceitável perante a população norte-americana.

**As eleições podem mudar muita coisa**

Até agora, a oposição ao projecto





Rampa de lançamento «Lance» para a bomba de neutrões

de Ronald Reagan não tem sido a nível interno suficientemente forte para a alterar. Mas o belicismo republicano só terá condições de prosperar se apresentar à opinião pública uma sucessão linear de êxitos, o que parece bastante difícil. Na verdade poderíamos dizer que se trata de uma geopolítica sem base material, uma vez que os europeus, os japoneses e os países socialistas tomaram conhecimento dela, mas não a aceitaram. Poderíamos falar mesmo de um irrealismo político de Reagan, porque ele quer ir além da capacidade real de mudar os factos no resto do mundo.

A agressividade de aliados norte-americanos como Israel e África do Sul tem sido tolerada até pela oposição democrata porque se situa no quadro da reafirmação do orgulho nacional depois dos fracassos no Irão, Afeganistão e África. Mas a curto prazo, já no próximo ano, esta situação deve mudar com as eleições para a Câmara de Representantes,

acabando provavelmente a lua-de-mel de Reagan com os democratas. Talvez não por questões de princípio, mas pela necessidade de tomar posições diferentes para conquistar eleitores. E já se pode notar alguns sintomas desta mudança na recente manifestação em Washington contra a política económica do governo Reagan. A central sindical conservadora AFL-CIO aderiu à manifestação onde, pela primeira vez em muitos anos, ela deixou a posição pro-governamental para protestar juntamente com os sectores mais militantes da esquerda norte-americana.

Muitos dos que apoiaram a política agressiva de Reagan durante a campanha eleitoral sentem-se agora ameaçados pela política económica interna, com redução de salários, desemprego e recessão. Quando o bolso dos norte-americanos começa a ser atingido, muitos deles começam também a questionar a política externa. Abre-se então um espaço de contestação que até agora não

existia e que certamente terá os seus reflexos na política externa. Assim, pode-se acreditar que a lua-de-mel de Reagan acabará bem cedo.

#### Política económica anti-social

No plano económico, o chamado complexo militar-industrial teve um papel preponderante no surgimento desta geopolítica belicista. Além de financiar centros de estudo como o da Universidade de Georgetown, que formularam a estratégia global de Reagan, este sector está directamente envolvido na rearticulação de um ramo industrial que havia sido prejudicado pela chamada «teoria da Trilateral». A Trilateral queria envolver os países socialistas numa tentativa de reconquistar mercados através da penetração de bens de consumo e de empréstimos bancários nos países de Leste. E neste projecto estavam envolvidas as empresas transnacionais de sectores como eletrónica, serviços, alimentação, comunicações, bancos,



transportes, etc. Os adeptos da Trilateral predominaram na era Carter, em prejuízo das indústrias bélicas e de outros sectores como a siderurgia, que entraram em crise. E são estes sectores que de momento dão a principal base económica ao projecto belicista visto serem directamente beneficiados.

Apesar do facto amplamente conhecido de que a economia norte-americana atravessa uma fase crítica, com inflação, défice e queda da produtividade, os estrategos da nova geopolítica de Reagan afirmam que a crise do capitalismo pode ser superada com gastos militares. E tomam como exemplo o que ocorreu logo após a II Guerra Mundial, e posteriormente na Coreia. É uma forma de garantir o aumento do emprego, ignorando o facto de que esta corrida armamentista exige um preço monstruoso e que está bem de acordo com a natureza cruel do sistema. Ignoram também que depois de cada corrida às armas ocorrem recessões como a posterior à guerra do Vietname.

O que torna a situação nos EUA ainda mais grave nos tempos actuais é que além de tentar reanimar a economia com gastos militares, os assessores de Reagan querem eliminar os benefícios sociais, ao contrário do que foi feito nas vezes anteriores. Isto certamente tornará bem menor o apoio popular que a administração actual terá, em contraste com o que aconteceu depois da II Guerra, depois da Coreia, quando os gastos militares não reduziram os benefícios sociais e com isso se garantiu a passividade dos trabalhadores, que de qualquer maneira foram ajudados na sua economia doméstica.

Além disso, aplicando um monetarismo clássico, Reagan está a reduzir as despesas públicas, o que entra em contradição com o propósito de aliviar a crise através do desenvolvimento da indústria armamentista. Esta é uma contradição básica no sistema actual e que, a curto prazo, (talvez no ano que vem) começará a provocar dificuldades enormes à actual administração. É neste contexto que volta a ter importância o projecto da Trilateral. No momento ele é um projecto alterna-

tivo, defendido pelas transnacionais e pelo sector civil da economia norte-americana. Os adeptos da Trilateral não estão directamente envolvidos na indústria bélica, e pretendem usar o desanuviamento na tentativa de corromper os regimes socialistas procurando reconvertê-los ao capitalismo. Este sector está muito interessado no que ocorre actualmente na Polónia, e se tiver algum êxito lá, é quase certo que a sua influência crescerá sobre a administração Reagan. À Trilateral, a que está ligado também o grande capital financeiro e bancário, não interessa a guerra.

### As projecções internacionais

No que se refere às prioridades imediatas da nova geopolítica norte-americana, o Golfo Árabe e a África estão num primeiro plano incontestável. O Golfo por causa do petróleo, e a África por causa dos minerais. Mas a própria administração reconhece que nestes lugares os Estados Unidos não podem fazer muita coisa a curto prazo. Há dificuldades enormes. O apoio a Israel não pode ser incondicional porque implica a perda dos aliados árabes. Na África, mais ou menos a mesma coisa acontece em relação à África do Sul. Mas de qualquer maneira tanto em Telavive como em Pretória, os sionistas e racistas mais radicais sentem-se confortados e apoiados para as aventuras guerreiras. Só que estas dificilmente ultrapassarão certos limites. Na Ásia, a situação é pior ainda para Reagan, porque os outros países da região não aceitarão tranquilamente a repetição do fenómeno Vietname.

Já o mesmo não se pode dizer da América Latina. É neste continente que a estratégia belicista será aplicada com todo o seu peso. É aí que Reagan pretende falar «grosso», ditando unilateralmente as regras das relações inter-americanas. A política de contenção ideológica terá prioridade absoluta nos casos de Cuba, Nicarágua, El Salvador, Granada e Guatemala. Não é de acreditar, no entanto, que Reagan envie tropas em grande quantidade para El

Salvador. Os norte-americanos são agora mais cuidadosos depois do que ocorreu no Vietname, sem que isto queira dizer que serão mais cuidadosos. Pelo contrário, é bem possível que os EUA procurem uma forma de acção militar multinacional em El Salvador.

Este tipo de intervenção militar não obedece no entanto à estratégia da escalada militar posta em prática no Vietname. Seria uma intervenção rápida, total e maciça. Esta é uma possibilidade bem concreta, mas necessário levar em conta que uma acção deste tipo vai requerer um grau de unidade interna no *establishment* militar que não existe actualmente. Na falta de unanimidade, Reagan corre o risco de um fracasso militar e diplomático irremediável, coisa que ele dificilmente aceitará em condições normais. O presidente norte-americano não prima pelo seu brilho intelectual nem pela sua capacidade estratégica, mas está longe de ser um estúpido.

Com relação à bomba de neutrões e aos projectos de mísseis *MX*, ou do superbombardeiro *B-1*, trata-se de recursos para tentar mostrar força, consequentemente procurar ditar as regras da política mundial. É uma consequência do raciocínio simplista de que «se eu sou mais forte, posso mandar nos outros». Teoricamente isto poderia funcionar, mas na prática há poderosos elementos contra esta utopia belicista. Não só a Europa inteira não quer a guerra, como também uma boa parcela do povo norte-americano não aceitará pagar o preço de uma eventual locutura da administração Reagan. Além disso, existem factores internos nos EUA que podem minar o impacto desta agressividade bélica, debilitando na base um projecto de reafirmação do orgulho nacional. Este é o caso da questão económica. Não podendo reactivar o capitalismo interno através da corrida armamentista devido às contradições do seu projecto económico, é pouco provável que Reagan se sinta suficientemente forte para apostar nucleares de consequências imprevisíveis. Daí a debilidade estrutural de um regime que se acha onnipotente.





## Europeus querem o direito de dizer não

Marco Denegri

*A política ultrabelicista da administração norte-americana foi o detonador do movimento pacifista que alastra por toda a Europa. E mesmo os dirigentes europeus, habitualmente moderados face à agressividade da Casa Branca, tiveram de protestar quando Ronald Reagan previu a hipótese de uma confrontação nuclear limitada ao «teatro» europeu*



Manifestações pacifistas, imagens que se repetem por toda a Europa Ocidental. Paris, Barcelona...

**H**Á pouco mais de dois meses, os dirigentes políticos europeus não conseguiam disfarçar sinais de tensão sempre que era abordado o tema da bomba de neutrões. Uns mais, outros menos, eles reconheciam as dificuldades para convencer a opinião pública a aceitar a nova arma do arsenal Reagan. Nas últimas semanas,

no entanto, começaram a surgir sinais de uma cautelosa descontração. A mudança de atitude foi encarada por vários analistas como um sintoma de que a administração norte-americana estaria a estudar um abrandamento na sua posição belicista em relação à URSS.

Segundo as mesmas fontes, o recuo de Ronald Reagan estaria

sendo provocado pelas reacções negativas de vários dirigentes europeus que se sentiram relegados para um plano secundário nas questões estratégicas, e à extensão do movimento pacifista no Velho Mundo. Ambos os factores estão ligados e constituem uma limitação objectiva aos planos do Departamento de Estado, apesar da hegemonia dos EUA





... Amsterdão (em cima). Em Espanha, a campanha contra a entrada na NATO acompanha o movimento anti-belicista

na Aliança Atlântica.

Os governos europeus mostraram-se chocados desde o começo com a atitude de Reagan que evitou consultas prévias aos seus aliados, mesmo em questões de segurança internacional, como foi o caso da bomba de neutrões. Os protestos dos governos europeus evidenciaram o desejo de serem consultados previamente. Houve também uma pressão surda para que a Casa Branca retome o diálogo com o Kremlin e não abandone o desanuviamento. Estas reacções oficiais na Europa resultaram basicamente da mobilização da opinião pública, alarmada com a possibilidade de que os seus governantes tomassem uma atitude submissa em relação aos EUA no caso de um aumento da tensão internacional.

Em vários países europeus, o pacifismo e o espírito de independên-

cia nacional estão implícitos nos programas dos grandes partidos de massas, como acontece na esquerda da Itália, Espanha e Grécia, bem como nos países escandinavos. Estes partidos têm forte influência sobre os respectivos governos.

Noutros países, estas posições não são levadas em conta a nível oficial pois são exclusivas da oposição, como acontece na Inglaterra. O governo conservador inglês é rigidamente pró-Reagan, enquanto o seu rival, o Partido Trabalhista, critica severamente esta orientação.

Ainda no contexto europeu, o grande paradoxo é a França, onde o presidente socialista François Mitterrand aderiu ao armamentismo e à dureza frente à URSS. Este facto, aliado às dificuldades do Partido Comunista para conter a linha presidencial (o PCF é minoritário na coligação governamental), tem impe-

tido a expansão do movimento pacifista francês.

O caso mais notável ocorreu na Alemanha Federal. Na RFA as correntes partidárias não representam ideais pacifistas. A poderosa oposição democrata-erista assumiu integralmente a estratégia da Casa Branca e encurrala o governo social-democrata de Helmut Schmidt acusando-o de debilidade frente à URSS, enquanto a esquerda do SPD (partido maioritário) pressiona no sentido contrário.

Esta situação provocou vacilações de Schmidt e evidenciou a sua incapacidade de elaborar uma política que interprete o espírito de independência do povo alemão. A falta de canais partidários e governamentais deu lugar na RFA ao movimento pacifista mais vigoroso em toda a Europa. É que o povo alemão tem ainda na memória o trágico resultado de duas guerras mundiais, e sabe que se houver uma terceira, ele será o primeiro a ser aniquilado. Na Alemanha Ocidental está hoje concentrado o maior arsenal bélico de todos os países capitalistas, fora dos Estados Unidos.

Este sentimento pôde ser testemunhado pelo próprio Secretário de Estado Alexander Haig durante sua visita à Alemanha Federal em Setembro. Nas manifestações contra Haig, a juventude do partido social-democrata (SPD) teve um papel destacado contrariando totalmente a orientação da cúpula partidária.

A política ultradireitista de Reagan, constitui uma ameaça à segurança europeia ao pretender um reforço da hegemonia ocidental e do detrimento das aspirações nacionais. Esta é a opinião predominante nos meios socialistas e liberais da Europa e a causa directa do ressurgimento do pacifismo no Velho Mundo. Estas reacções, bem como o desejo de alguns países de não aceitar a instalação de bases atómicas nos seus territórios, não é considerada suficiente para mudar a política de Reagan. Mas já conseguiram pelo menos obrigar o presidente norte-americano a consultar os seus colegas europeus antes de tomar uma nova decisão belicista em relação à URSS.





## O ressurgimento do pacifismo

*A oposição europeia à bomba de neutrões não é apenas uma questão de sobrevivência física. É também um problema económico*



Manifestação em Copenhaga, Dinamarca

**S**E existe uma coisa capaz de unir milhões de europeus em torno de um objetivo comum, essa coisa parece ser o desejo de não se verem envolvidos numa guerra nuclear contra a sua vontade. O movimento pacifista europeu estava semi-adormecido desde 1977, mas acordou surpreendentemente logo depois do presidente Ronald Reagan ter anunciado a intenção de fabricar as bombas de neutrões. O espectro da guerra despertou desde os anarquistas e hippies, até aos desempregados e grupos religiosos. E de repente, todos saíram para as ruas tentando impedir que o Velho Mundo se transforme no campo de batalha de uma guerra onde os europeus serão os vencidos certos.

A demonstração mais concludente da vitalidade do movimento pacifista na Europa teve lugar em Outubro quando num fim-de-semana, centenas de milhares de pessoas desfilaram pelas ruas de Londres, Roma, Bruxelas, Paris e Oslo numa vaga de manifestações sem precedentes nas últimas décadas. Em Londres e Bruxelas os sentimentos de repúdio pelo armamentismo tiveram como «observadores» *in loco* dois membros da administração Reagan: Gaspar Weinberger, secretário da Defesa e Walter Stossel, subsecretário

para os Assuntos Políticos. Este último, confrontado com a gigantesca manifestação da capital belga declarou aos jornalistas que «os protestos antinucleares na Europa Ocidental têm de ser tomados a sério e não podem ser refutados simplesmente como sendo inspirados pela agitação comunista».

Na Noruega e Dinamarca, o movimento pacifista é liderado pelo grupo Mulheres pela Paz, que reúne quase meio milhão de adeptos, e pela organização Não às Armas Nucleares. Os dois grupos fizeram uma caminhada até Paris protestando contra a corrida armamentista. A influência destes dois movimentos é forte e os respectivos governos são partidários da desnuclearização da Escandinávia. Ambos os governos, apesar de serem membros da NATO, não querem armazenar armas atómicas em tempo de paz e admiem que nem na hipótese de uma guerra estariam dispostos a recorrer ao armamento nuclear.

Na Grécia, o partido socialista PASOK vencedor folgado das eleições de 18 de Outubro, liderado pelo agora primeiro-ministro Andreas Papandreu, sempre, foi defensor de uma desvinculação do seu país da NATO. Aliás, as manifestações realizadas em Setembro na capital grega contribuíram bastante para o reforço do PASOK,



a ponto de terem forçado o governo de direita da altura a mudar a ênfase da aliança militar com os EUA para uma posição mais moderada.

Um forte sentimento anti-militarista e anti-NATO está a ganhar corpo também na Espanha e na Itália. O PC italiano apoia a permanência dos laços com a Organização do Tratado do Atlântico Norte, mas sob pressão das bases está a aumentar as críticas contra a instalação de bases de mísseis *Cruise* na Itália. Na Sicília, as cooperativas de agricultores declararam-se em pé-de-guerra contra a transformação das pastagens em reserva militar da NATO.

Na Bélgica, a Igreja católica tomou a liderança do movimento pacifista, através do movimento Pax Christi, responsável pela montagem do Serviço Internacional de Informações para a Paz. No parlamento belga, o Partido Socialista Flamengo, que tem um quinto dos lugares, quer proibir a montagem de bases de mísseis portadores de ogivas atómicas. As organizações religiosas também são activas na Holanda, onde o grupo Conselho Ecuménico pela Paz passou a actuar junto com o movimento comunista «Contra a Bomba N», na coordenação de mais de 400 organizações pacifistas em todo o país.

Na Alemanha Ocidental, o movimento contra as armas nucleares reúne desde os ecologistas até militares do activo. É o caso do general Gert Bastian, comandante da 12.ª Divisão Panzer baseada na cidade de Wursburg que numa entrevista à publicação mensal *Konkret* qualificou de loucura a instalação de armas nucleares na Alemanha. Este general chegou a afirmar que «não pode concordar com a transformação da RFA na Cuba da Europa». Os ecologistas da Alemanha Ocidental, embora com escassa representação no Parlamento, foram os organizadores de várias marchas pacifistas que chegaram a reunir mais de 250 mil pessoas. O movimento antinuclear ganhou também adeptos dentro do Partido Social Democrata, no poder, obrigando o chefe do governo Helmut Schmidt a admitir que está em minoria dentro do seu partido.

### ... também uma questão económica

Mas o ressurgimento do pacifismo foi mais notável na Inglaterra, onde a oposição às armas nucleares ganhou um poderoso aliado: os três milhões de trabalhadores sem emprego. O governo conservador da senhora Margaret Thatcher apoia integralmente a política armamentista de Ronald Reagan, mas o Partido Trabalhista, na oposição, deixou claro que se voltar ao poder proibirá as bases nucleares na Grã-Bretanha. Os britânicos fornecem, desde 1958, a liderança intelectual aos movimentos europeus contra as armas nucleares. Primeiro foi o filósofo Bertrand

Russel. Agora é E. P. Thompson, dirigente do grupo END (Europeus pelo Desarmamento Nuclear). Thompson é irónico no julgamento da equipa de assessores de Reagan: «São quase todos gente muito perigosa. Têm mentes tipicamente europeias de distribuição de correspondência, um conhecimento mínimo dos problemas europeus sempre muito ocupados para lerem o que a Europa diz, e que só tem tempo para olhar superficialmente duas ou três páginas dos relatórios, enquanto quanto vão de uma reunião para outra. Esta gente precisa da guerra fria, necessita intensificá-la».

No momento, os pacifistas europeus estão a tentar ganhar o apoio da França cujo governo socialista paradoxalmente se mostra um defensor do armamentismo e da confrontação com a URSS. É um resquício da política de orgulho nacional herdada de De Gaulle. Os vizinhos da França, e entre eles E. P. Thompson é talvez a porta-voz mais incisivo, acham que sem os franceses, o movimento pacifista europeu perde unidade e força. Foram, ironicamente, os agricultores de Larzac, que romperam a omissão francesa na questão nuclear. Responsáveis por um longo movimento que conseguiu impedir a instalação de bases subterrâneas de mísseis perto de herdades de ovelhas, voltam agora à carga prometendo outro boicote.

Mas é talvez a professora sueca Alva Myrdal, uma das principais teóricas do pacifismo europeu, quem melhor define o estado de espírito de uma boa parte dos habitantes do Velho Mundo: «Nós, europeus, já pagámos muito caro por duas guerras mundiais que nós próprios deflagrámos por causa de estúpidas ambições de hegemonia. Não queremos agora participar numa terceira tragédia, em que vamos morrer para que os norte-americanos e os soviéticos saibam quem é o mais forte».

Para André Jallon, articulista do jornal *Le Monde Diplomatique*, a oposição europeia à bomba de neutrões não é apenas uma questão de sobrevivência física. É também um problema económico. Citando especialistas franceses e holandeses, ele garante que um clima de tensão militar ou de confrontação bélica com a URSS coloca os europeus sob a tutela económica de Washington. Intensificando a «guerra fria», Reagan estaria a mudar as regras do jogo financeiro, enfraquecendo o poderio das economias europeias que conseguiram desafogar os seus problemas com a intensificação do comércio com os países do campo socialista. O desanuiamento interessa economicamente ao capitalismo europeu, mas os republicanos de Reagan, segundo Jallon, não gostam disso, pois querem ser os senhores absolutos da economia mundial, sem tolerar competidores de qualquer espécie. Por isso, para eles, entre outras coisas, a guerra seria um excelente negócio.





## O síndrome do Vietname

*Os jovens revoltados contra o serviço militar, os movimentos antibelicistas e o crescente descontentamento do povo norte-americano com os rumos da administração Reagan mostram que a experiência da guerra do Vietname não foi esquecida*

Beatriz Bissio

**E**XISTE uma tendência incentivada pelos meios de comunicação em identificar a política dos Estados Unidos com o pensamento e as definições do povo norte-americano. A imagem de uma «democracia exemplar» que nega aos «bárbaros» do Terceiro Mundo (e aos próprios europeus) pretendem nos fazer esquecer alguns dados nada desprezíveis, como por exemplo, que o presidente Reagan foi eleito por 26% do corpo eleitoral norte-americano.

Certos factos, como as manifestações pacifistas e os desfiles contra a política económica, que levaram centenas de milhares de cidadãos estadunidenses às ruas de Washington e Nova Iorque, são elementos que falam por si mesmos: existe descontentamento e inquietação nos Estados Unidos. Há certos sectores — ainda é difícil avaliar a sua importância — que não aceitam o belicismo apregoado pelo seu presidente, nem a sua análise da situação internacional e, chegado o momento, podem passar da crítica passiva a uma atitude militante.

Nos últimos tempos, têm-se registado nos foros internacionais uma presença nova de cidadãos norte-americanos que expressam publicamente o seu desacordo com a política do governo. Alguns são solidários com as vítimas da posição imperialista de Washington e defendem as reivindicações do Terceiro Mundo e da sua vanguarda, o Movimento dos Não-Alinhados.

É o caso de Karon Talbot, membro do Secretariado do Conselho Mundial da Paz, e de Lennox S. Hinds, representante nas Nações Unidas da Associação Internacional de Advogados Democráticos. Tivemos re-





centemente oportunidade de conversar com eles. Ambos se referiram a uma nova realidade que está a surgir nos Estados Unidos: a presença do povo na rua e o que poderíamos chamar de «síndrome do Vietname» — isto é, a reacção espontânea do cidadão norte-americano, e, especialmente dos jovens, a uma eventual participação dos Estados Unidos numa nova guerra de agressão. «O Vietname foi uma experiência muito profunda e marcante para o povo dos Estados Unidos, e não foi em vão», afirma Karon, ela própria uma militante política que deu os primeiros passos nos movimentos pacifistas contrários à guerra do Vietname.

Karon Talbot afirma que há actualmente um considerável número de movimentos populares progressistas, e cuja tendência é para crescer. «E há muitas pessoas que ainda sem estarem enquadradas num movimento estão atemorizadas, ou no mínimo, insatisfeitas com a política de Reagan». Para ela, na manifestação de Washington que levou recentemente mais de cem mil pessoas às ruas com a palavra-de-ordem — «EUA fora de El Salvador» (*USA get out from El Salvador*), ficou claro o potencial que tem o movimento. As manifestações não se deram apenas em Washington. Também chegaram às pequenas comunidades. «As pessoas estão a rebelar-se e uma percentagem significativamente alta de jovens nega-se a prestar o serviço militar».

Karon Talbot é hoje uma dirigente do Conselho Mundial da Paz, residindo temporariamente em Helsínquia, devido à sua militância na instituição. A política agressiva de Reagan — na sua opinião — está, no fundo, a mostrar o temor da classe dominante nos Estados Unidos, particularmente face à atitude dos jovens, cada vez mais renitentes em aceitar o serviço militar. O governo desencadeou uma campanha para exercer pressão sobre eles. Exortou os pais, amigos, vizinhos e conhecidos de cada jovem dissidente em potencial para que os levassem a enquadrar-se dentro do *establishment*. «Mas, mesmo com toda essa pressão, a situação parece-se cada vez mais com aquela criada pela guerra do Vietname», diz Karon. «Os jovens não querem ser carne para canhão, nem em El Salvador, nem no Irão, nem em nenhum outro lugar».

### O papel dos trabalhadores

O projecto belicista de Reagan baseia-se numa política que prescinde de todos os benefícios sociais das classes mais desfavorecidas para desviar esses fundos para o orçamento militar. Como era de calcular, essa política não pode ser aplicada sem gerar um descontentamento social, com consequências dificilmente previsíveis. Estamos a assistir actualmente às primeiras reacções perante os cortes orçamentais, protagonizadas principalmente pelos membros das minorias de língua espanhola e os negros, as classes marginalizadas da sociedade norte-americana.

«Há um importante avanço na consciência dos trabalhadores contra a política económica do governo Reagan», afirma Karon Talbot. «De facto, as manifestações do mês de Setembro foram programadas e coordenadas pelos sindicatos, pelos trabalhadores. O governo já não pode dissimular que os cortes dos benefícios sociais foram feitos para reforçar o orçamento militar. Esta é a questão-chave. Trata-se de uma política tremendamente desumana, anti-social. E os trabalhadores não a aceitam. E não se trata de combater a inflação: o orçamento militar é altamente inflacionário, pelos impostos, pelo que estas medidas incidem no desemprego. Os dirigentes sindicais já compreenderam claramente a situação».

«Poder-se-ia argumentar que Reagan foi investido nos seus poderes em eleições livres há apenas um ano, e que não fez outra coisa senão implementar o prometido na campanha eleitoral. O sistema de poder tentou insistir nessa imagem de que Reagan tem um mandato. Não quero minimizar o apoio que ele possa ter, mas Reagan não é um presidente eleito por voto maioritário nem um presidente popular dentro dos Estados Unidos. Possivelmente não é essa a imagem que se tem na exterior, onde talvez ainda se aceite isso do 'mandato popular'. Mas somente por desconhecimento, e, em parte, por toda a propaganda dos meios de comunicação norte-americanos, essa farsa ainda não foi desmascarada».

«Quando houve a agressão à Líbia por exemplo — refere Karon — o homem comum perguntava-se: porquê tanta insanidade? Porquê esse fanatismo? Que procuramos ao invadir as águas territoriais líbias? que justifica esta agressão? E afortunadamente muitos associaram imediatamente essa agressão com a provocação do golfo de Tonkin. O povo norte-americano não se esqueceu do Vietname. Foi uma experiência marcante e profunda. Não será fácil para nenhuma administração norte-americana — e Reagan não será excepção — levar o povo dos Estados Unidos a outra guerra. Porém, a pregação belicista da administração republicana é perigosa e ainda mais agora que decidem construir a bomba de neutrões e aumentar o arsenal atómico, com um sentido de competição permanente com os países socialistas.»

«A questão é ajudar o povo dos Estados Unidos a desenvolver esse potencial que há dentro da cidadania. Devemos-nos unir e fazer-nos ouvir em relação a todas estas questões. Temos que evitar a crise. Neste sentido também temos que ajudar os povos da Europa a se oporem a esta política. Nas guerras eles sofrem as consequências no seu próprio território.»

### Racismo e militarismo

Ao analisar os cortes nos benefícios sociais, Karon Talbot afirma que prevaleceram dois sentimentos: o militarismo e o racismo. «O orçamento militar foi aumentado às custas dos mais carentes, Reagan discriminou as classes sociais que despreza, deixando



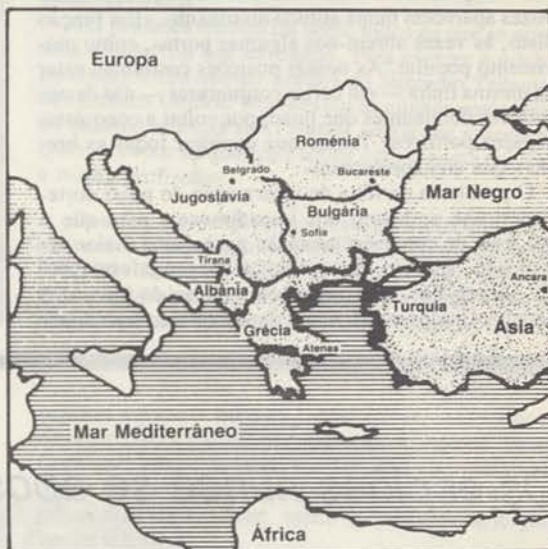
claro os objectivos finais da sua proposta. Quem está a sentir mais as consequências da sua política são a comunidade negra e as minorias de língua espanhola, que estão nos escalões sociais mais baixos. Essas classes não contam para o projecto Reagan, que se baseia numa mistura de racismo e militarismo. E aí estão os ingredientes de um neofascismo. Reagan e os

seus seguidores parecem gozar com a exacerbação da morte.»

### Contradições no seio do poder

A classe dominante dos Estados Unidos tem contradições. Para Karon Talbot os que estão hoje no

## A paz pode eclodir nas Balcãs



Tradicionalmente a região balcânica tem sido uma das mais conflituosas do mundo, por causa do verdadeiro mosaico de povos, línguas, religiões e ideologias existentes na área. Agora, depois das tensões do passado, surgem as boas notícias: a paz pode eclodir nos Balcãs.

Uma observação superficial do mapa indicaria que isto é impossível. Na região coexistem o Pacto de Varsóvia (do qual são membros a Bulgária e a Roménia), a NATO (Grécia e Turquia), um membro do grupo dos Não Alinhados (Jugoslávia) e finalmente a Albânia, provavelmente o único país do mundo que não tem nenhum aliado a nível internacional. Os quatro governos socialistas defendem variantes diferentes do marxismo: a Bulgária é pró-soviética; a Jugoslávia adota um modelo autogestionário; a Roménia inclina-se para posições terceiro-mundistas; e a Albânia aderiu ao estalinismo radical. Todos estes países têm alguns pontos em comum, mas são frequentes as polémicas entre eles, como no recente caso entre a Albânia e a Jugoslávia.

No lado capitalista, as distâncias não são menores: o regime ultra-direitista dos generais turcos forma um contraste violento com o governo socialista do recém-eleito primeiro-ministro grego Andreas Papandreu. Além disso, os dois países têm um diferendo diplomá-

tico grave na questão da ilha de Chipre, onde Atenas e Ancara já chegaram a um passo da guerra, em mais de uma ocasião.

Mas a chegada ao poder do PASOK, com o seu programa contrário à NATO (ou pelo menos contra a permanência de bases norte-americanas na Grécia) abre novas perspectivas de paz. Dois dias após a posse de Papandreu, o presidente búlgaro Todor Jivkov propôs a realização de uma reunião de cúpula dos países balcânicos em 1982, com o objectivo de estudar uma possível desnuclearização da área, mediante um tratado semelhante ao assinado pelos países latino-americanos em Tlatelolco. Ganha assim nova vida uma ideia lançada em 1957 pela Roménia, considerada agora como viável, depois da Grécia ter anunciado a sua disposição de se livrar das ogivas nucleares norte-americanas instaladas no seu território. Segundo fontes da própria NATO não há informações sobre a existência de ogivas nucleares do Pacto de Varsóvia na Bulgária e Roménia. Por outro lado, nem a Jugoslávia nem a Albânia estão em condições de fabricar artefactos nucleares. Seria necessário apenas que a NATO retirasse os seus mísseis da Turquia (ou pelo menos da parte europeia do país) para transmitir uma boa notícia aos aterrorizados europeus: A paz eclodiu nas Balcãs.



poder não representam todos os sectores da classe dominante. Importantes correntes ficaram marginalizadas. «Esses grupos estão preocupados porque vêem cair por terra tudo o que haviam construído com esforço, como a reaproximação com a União Soviética e os acordos SALT» (entre os nomes desta corrente Karon inclui o de Cyrus Vance como um dos mais representativos).

Na imprensa e demais meios de comunicação estas vozes aparecem numa atitude dissonante. «Em função disto, às vezes abrem-nos algumas portas, como movimento popular. As nossas posições costumam estar na mesma linha — em certas conjunturas — das destes sectores dominantes que lutam por voltar a conquistar espaços políticos. Temos que explorar todas as brechas que nos apresentam».

O problema da falta de informação do povo norte-americano seria um dos impedimentos para que o processo de consciencialização ganhe uma maior velocidade. Quando começaram a chegar informações do Afeganistão, a esmagadora maioria do povo dos Estados Unidos nunca havia sequer ouvido mencionar

esse país. O mesmo aconteceu com a Líbia mais recentemente. «Uma boa percentagem de cidadãos norte-americanos não sabia se o país ficava na Ásia ou na África. O povo norte-americano está desinformado. Salvo as exceções do *Washington Post* e do *New York Times* que não atingem senão uma elite, na imprensa há um completo desprezo pelo exterior.

«Há ainda muita confusão. O povo norte-americano já não tem o cérebro 'tão lavado', diríamos, com alguns anos atrás. Há um movimento nitidamente progressista e outros que podem ser chamados de anti-imperialistas. Mas, infelizmente, os sindicatos ainda não assumiram um papel muito activo. Falta uma verdadeira vanguarda da classe trabalhadora.»

Estaria aí o eixo da questão? A potencialidade contestatária do povo dos Estados Unidos não afloraria em atitudes mais sólidas porque ainda não há uma vanguarda organizada? «Esta é também a razão pela



Phillip Agee

## Os espiões nunca se aposentam

□ Inúmeros agentes aposentados da CIA, descontentes com a política de direitos humanos do anterior presidente norte-americano, contribuíram decisivamente para a vitória de Ronald Reagan nas últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos. A derrota de Jimmy Carter não foi apenas uma vitória da «maioria moral» e de outros grupos conservadores norte-americanos, mas também um triunfo cuidadosamente preparado por espiões norte-americanos que se opunham à política externa seguida pelo presidente Carter. Esta a conclusão de Fred Landis, num bem fundamentado artigo publicado recentemente pela revista *Covert Action*.

De acordo com a *Covert Action*, uma publicação dirigida pelo ex-agente da CIA Phillip Agee, «um grupo de antigos executivos e agentes da Agência Central de Informações, muitos dos quais tinham sido demitidos durante investigações do Congresso durante a década de 70, acusados de actividades ilegais de espionagem, fazem parte do núcleo central da equipa de Reagan para a política externa, informações e defesa».

Segundo a publicação, os ex-agentes organizaram-se em três instituições com sede em Washington: a Associação de Antigos Oficiais de Informações (AFIO), o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS) e a *Heritage Foundation*.

Naquilo que Fred Landis qualifica como «uma opera-

ção clássica de acção política e guerra psicológica, estes ex-agentes dedicaram-se a sabotar a política externa de Carter, e a mobilizar contra ela diferentes forças políticas, como parte de uma estratégia que tinha por objectivo, entre outras coisas, exercer pressões contra os senadores liberais Church, Bayh e McGovern que haviam denunciado os crimes da CIA. Com esta sua actividade, aqueles ex-agentes procuravam igualmente fazer expulsar do Pentágono, bem como dos serviços secretos, todos os oficiais que haviam transmitido aos políticos essas acções ilegais (particularmente a campanha de desestabilização do Presidente Allende, no Chile).

Como parte desta campanha denunciada por Landis, foi falsificada uma carta supostamente dirigida pelo senador Edward Kennedy ao Ayatollah Khomeiny, da mesma forma que foram adulteradas fotografias de supostas instalações soviéticas de comunicação, em Cuba. O plano incluiu também rumores para desprestigiar David Aaron, um dos assessores de Carter em segurança nacional, como agente secreto soviético, e acusações de que Billy Carter, irmão do Presidente, era uma espécie de agente do terrorismo internacional por ter recebido dinheiro da Líbia. Muitas informações foram «passadas» a jornais influentes para criar uma atmosfera de crise sobre quatro supostas «ameaças soviéticas»: um plano russo para uma Terceira Guerra



qual não surgiu um terceiro partido político nos Estados Unidos, uma opção real face aos democratas e republicanos».

«Os dirigentes da classe trabalhadora ainda fazem o jogo do regime que, perante qualquer eventualidade de mobilização operária, começa a brandir a bandeira do 'perigo soviético'. Enquanto o regime tiver condições de neutralizar a classe trabalhadora com o *slogan* do anticomunismo, não poderemos efectivar uma oposição forte ao plano belicista ou à política externa intervencionista. Já se evidenciam excepções muito nomosas na direcção da classe trabalhadora, através de organizações que vão adquirindo um papel relevante.»

Um exemplo a ser levado em conta, indicador das novas realidades, seria o trabalho desenvolvido pelo Conselho Mundial da Paz, nos Estados Unidos. O movimento tem ramificações em todo o país, em cada uma das principais cidades, e existe uma estrutura que organiza a nível nacional. «Agora trabalhamos para unir os cidadãos que nos Estados Unidos e no resto do mundo trabalham na mesma direcção».

## Democracia? Só «for export»

O dr. Lennox S. Hinds coincidiu nas suas opiniões com Karon Talbot acerca da ascensão do movimento popular nos Estados Unidos. Hinds, fala em nome da Associação Internacional de Advogados Democráticos e as suas opiniões traduzem pontos de vista bastante generalizados no seio da comunidade negra dos Estados Unidos.

«Há pressões tremendas sobre todos os que se atrevem a falar. Eu sou advogado. Para exercer a minha profissão tenho que ter licença do Supremo Tribunal dos Estados Unidos. Mas devido às minhas posições e ao racismo aí imperante, tentam retirar-me a licença. Querem evitar de qualquer forma que eu possa exercer a minha profissão».

«Desafiei o presidente dos Estados Unidos quando ele enviou a expedição ao Irão. Fiz críticas públicas. Fui então ameaçado de ser condenado a 10 anos de prisão e fui obrigado a pagar 50 mil dólares. Agora, porque me 'atrevi' a viajar à Líbia e defender o povo

Mundial; o apoio soviético ao terrorismo; infiltração de agentes da CIA e a penetração soviética nos meios de comunicação dos Estados Unidos».

Ao mesmo tempo, num livro intitulado *The Spike* (A rede), Robert Moss e Arnaud de Borchgrave, dois jornalistas ligados aos serviços de informações, denunciavam supostas táticas de desinformação empregadas pelos soviéticos. O facto é que as mesmas técnicas foram utilizadas pelo grupo de ex-agentes contra Carter. Na opinião de Landis procurava-se claramente precaverem-se contra futuras críticas sobre a desinformação que estes dois jornalistas praticavam.

Robert Moss foi chefe das operações de desinformação no Chile entre 1970 e 1973, afirma a *Covert Action*. Actualmente Moss é editor das publicações da Heritage Foundation. Michael Ledeen, editor das publicações da CSIS, foi agente de desinformação na Itália em 1976.

Em Outubro de 1979, o xá Reza Pahlavi recebeu autorização para entrar nos Estados Unidos, e em protesto, a embaixada dos EUA em Teerão foi ocupada. Posteriormente, foi revelado que os agentes da CIA no Irão tinham advertido Washington sobre as consequências negativas que teria a concessão de asilo ao ex-monarca iraniano. Se Henry Kissinger, Richard Nixon e David Rockefeller anteciparam intencionalmente ou não um resultado deste tipo, ao pressionar Carter para que aceitasse o xá, e assim desprestigiar o então presidente norte-americano, ainda é um facto sujeito a muitas especulações. Mas não há dúvidas de que nessa altura Robert Moss iniciou uma campanha de imprensa contra Carter, num artigo publicado na revista *Foreign Policy*, no qual acusava Carter e o Congresso pela situação no Irão. «Um ano mais tarde —

escreve Landis — quando Carter tentou solucionar a situação com a fracassada operação de resgate, Miles Copeland, amigo de Moss e antigo chefe do «Salão de Jogo» da CIA, deixou filtrar antecipadamente para o jornal *Washington Star*, todos os detalhes da acção contra o Irão.

Michael Ledeen, por seu lado, foi encarregado de caracterizar Billy Carter como agente líbio, enquanto Moss se encarregava de espalhar nos corredores do Congresso e da Administração, que David Aaron era um agente soviético. Nesta operação, Moss foi ajudado por Mark Schneider, David Sullivan, Angelo Codevilla e William Schneider. O *New York Times* chegou a comentar que «as falsas acusações contra Aaron foram espalhadas em Washington por membros da equipa republicana num aparente esforço para desprestigiar a Administração Carter». O objectivo foi alcançado e depois das eleições Mark Schneider passou a integrar a equipa de transmissão nomeada por Reagan para preparar a política de defesa da CIA. David Sullivan recebeu missão idêntica no que se refere ao controlo de armamentos. Os três dependiam na época de Richard Allen, actual assessor de segurança nacional de Reagan e um dos fundadores do CSIS.

«Assim — conclui Landis — propagandistas veteranos da CIA conseguiram não só desacreditar a política externa de Carter, como também fazer reviver a Guerra Fria através da filtragem de informações, artigos na imprensa, propaganda mal intencionada, falsificações e histórias de terror. Numa administração repleta de especialistas em desinformação, estas técnicas continuam a desempenhar um papel importante na tentativa de enganar o povo norte-americano».



desse país contra a agressão da VI Esquadra, ameaçam tirar-me o passaporte, além de exercerem pressões de outro tipo. Outros compatriotas, que também levantam a sua voz no exterior e que fizeram denúncias, que o sistema considera lesivas aos seus interesses e para a Segurança Nacional, são submetidos às mesmas pressões. Os métodos variam mas o fim é o mesmo.»



Cerca de 250 mil pessoas protestaram contra a política econômica da administração Reagan em recente manifestação, quando do «Solidarity Day» (O Dia da Solidariedade)

«Tudo é feito com o objectivo de acabar com a dissidência. Muitas pessoas no meu país são acusadas criminalmente por terem tido uma militância de oposição, pelo seu trabalho político. Essa é a verdade. Como advogado defendi muitos presos políticos acusados — falsamente — e detidos pelas suas ideias. Mas disso não se fala. Nos Estados Unidos há repressão política e ideologia, apesar de se falar todo o tempo em democracia. Há também repressão racial.»

Consultado sobre a organização popular, que segundo a sua opinião se estaria intensificando, afirmou Hinds: «Estamos mobilizando em diferentes níveis. Há companheiros que estão a organizar a resistência aos cortes orçamentais, actuando nas bases

partidárias (constituency). Outros tentam conscientizar os cidadãos sobre as consequências do programa bélico. Trabalhamos também junto dos meios que se opõem à política externa do regime, em particular em relação à África do Sul. Trabalha-se nos sindicatos, entre os estudantes, nos grupos religiosos».

## O papel do Terceiro Mundo

Caberia ao Terceiro Mundo algum papel solidário com a luta dos sectores norte-americanos progressistas e anti-imperialistas?

Para o dirigente negro há da parte do Terceiro Mundo um papel importante a cumprir: «Ajudar-nos a internacionalizar as nossas denúncias sobre a situação no interior dos Estados Unidos. Se isto fosse possível seria bastante mais difícil ao sistema 'vender' no exterior essa imagem da democracia. Necessitamos de ajuda para informar correctamente sobre a situação da classe trabalhadora, da comunidade negra, dos sectores marginalizados. É importante o que se consiga a nível dos meios de comunicação de massas». Dentro dos Estados Unidos não temos acesso aos grandes jornais nem aos meios de comunicação em geral. Para eles não interessamos como notícia. Porém, estamos desenvolvendo os nossos próprios meios. Já existem estações de rádio e pequenos jornais da classe trabalhadora e da comunidade negra. Trabalhamos com jornalistas negros chicanos, porto-riquenhos e das outras minorias. Eles têm sensibilidade para transmitir a nossa realidade.»

«Representamos quarenta milhões de oprimidos dos Estados Unidos e temos contactos com o movimento revolucionário do Terceiro Mundo. Esses povos estão-nos mostrando o caminho.»

Enfrentaram o imperialismo e estão a vencer. Por isso os Estados Unidos têm medo. Temem que esse quarenta milhões de oprimidos internos estabeleçam contactos orgânicos com o movimento revolucionário do Terceiro Mundo para enfrentar o imperialismo de forma coordenada. «Essa seria, uma fórmula explosiva. Mas, se se concretizou antes não teria sido porque a classe operária norte-americana, ou parte dela, fora beneficiada pela política do sistema, que lhe permitiu atingir um padrão de vida superior ao da classe trabalhadora de outras sociedades?»

«A classe operária norte-americana foi mal orientada pelos sindicatos» A direcção sindical é aliada do sistema. Eles aliam-se à classe dominante e falham nas reivindicações como classe». Porém, para Lennox Hinds a situação começa a mudar. Estar-se-ia a gerar uma grande contradição sob o governo Reagan.

Um dos elementos que teria influenciado na mudança seria a atitude da administração Reagan durante a greve dos controladores de voo, que «abriu muito os olhos da classe trabalhadora norte-americana». Com a crise criada pela atitude intransigente de Reagan, «os dirigentes sindicais que se haviam associado ao capitalismo já não têm a mesma autoridade».





## As novas regras económicas da confrontação bélica

*Característica principal daquilo a que os jornalistas norte-americanos apelidam de «reaganomia»: limitação e supressão de créditos concedidos através do Banco Mundial*

Carlos A. Afonso \*



A política económica do governo Reagan gera inclusive o protesto dos seus parceiros mais ricos. Na foto, os dirigentes dos 7 países mais industrializados do Ocidente

**Q**UASE diariamente, nas últimas semanas, têm surgido na imprensa internacional informações sobre as recentes medidas propostas ou postas em prática pelo governo Reagan para tentar lograr o impossível: reduzir os gastos estatais, aumentar o ritmo de investimentos e produtividade do

sector privado e, ao mesmo tempo, acelerar significativamente a produção de armamentos sofisticados para «conter os russos». Numa economia

\* Carlos A. Afonso é economista e coordenador de análise de dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas (IBASE). Rio de Janeiro.

capitalista avançada, e especialmente no contexto de uma crise de realização do capital como a presente situação de recessão, o volume de gastos do Estado (o maior comprador nessas economias) influi directamente na dinâmica económica, de modo que uma redução drástica de gastos normalmente é incompatível



vel com uma política de estímulo à reprodução do capital.

Isso é particularmente relevante na presente conjuntura de recessão com inflação, quando o desemprego nos EUA teima em não baixar dos 7% e parece caminhar para a marca europeia de 10 a 12%, e quando quase todos os países capitalistas centrais enfrentam uma inflação acima de 10%.

Esse aspecto da relação dos gastos estatais com a reprodução capitalista é essencial para uma interpretação daquilo que os jornalistas norte-americanos chamam de «reaganomia» (o planeamento económico segundo o governo Reagan).

A julgar pelo teor da maior parte das informações da imprensa, Reagan pensa reduzir os custos do aparelho estatal, eliminando todos os *itens* considerados pelos seus planeadores como «não essenciais». No caso, e fazendo justiça aos princípios conservadores que o elegeram, o governo Reagan considera «não essenciais» muitos dos gastos de bem-estar social, ajuda aos desempregados, etc., etc. A nível internacional, todos os programas de ajuda em que os EUA participam são potenciais candidatos ao corte orçamental.

### Compromisso não cumprido

Devemos assinalar que restrições ao volume de gastos em ajuda a países do Terceiro Mundo não é uma exclusividade do governo Reagan. Historicamente, todos os países centrais têm-se eximido a um compromisso que assumiram perante as Nações Unidas, de doar pelo menos 0,7% de seu Produto Nacional Bruto às nações subdesenvolvidas. Mais de dez anos depois de assumido esse compromisso, as tendências indicam mais para a redução da ajuda do que para se chegar perto dos 0,7% prometidos. A média dos países industrializados membros da OCDE

(Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico) em 1978 foi de 0,35% do PNB.

Mesmo assim, dos países-membros da OCDE (que abriga os países capitalistas mais avançados), os EUA teriam a menor percentagem do PNB em termos de doações oficiais para o desenvolvimento do Terceiro Mundo. A ajuda oficial dos EUA, para desenvolvimento, por exemplo, caiu de 0,5% do PNB em 1960 para 0,23% em 1978.

É caso de perguntar que diferenças reais existem entre a política do governo Reagan e as dos governos anteriores em relação ao desenvolvimento internacional. Como podemos observar no caso recente da proposta de eliminação de créditos subsidiados do BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento também chamado Banco Mundial) a certos países, as diferenças são mais de ênfase do que de linhas mestras.

É importante destacar que o que a «reaganomia» propõe não são necessariamente cortes nos gastos estatais, mas sim uma redistribuição dos gastos; uma percentagem muito pequena em certos *itens* seria efectivamente cortada para reduzir o déficit orçamental e, possivelmente, reduzir o ritmo da inflação. Por outro lado, modificações na política tributária (tornando-a mais regressiva com a diminuição de impostos directos que incidem sobre sectores de elevado rendimento) permitiriam desviar recursos para estimular certos sectores da economia; estes recursos seriam desviados provavelmente para os mesmos sectores se fossem arrecadados primeiro pelo Estado e se a proposta de Reagan fosse integralmente aceite pelo Congresso.

### Créditos de exportação

A nível internacional, o governo Reagan propõe não só uma aplicação mais rigorosa dos princípios do

Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) de apoio ao crescimento capitalista (princípios estes, tais como o de *graduation*, que sempre foram parte da ortodoxia económica dessas duas instituições gêmeas, como propõe também um aumento drástico dos juros dos chamados «créditos de exportação», que são concedidos por bancos estatais em condições favoráveis para estimular as exportações dos países europeus e do Japão.

A proposta de Reagan é a de que os juros desses créditos sejam aumentados em até 4% — o que tornaria a taxa de juros dos créditos de exportação da Europa e Japão aproximadamente iguais às do *Export-Import Bank* dos EUA.

Neste contexto, podemos entender melhor a origem da proposta «reaganómica» de pôr termo aos créditos subsidiados do Banco Mundial (que seriam mantidos apenas em casos marginais, de países em extrema condição de pobreza e que, de qualquer modo, não são os principais utentes das linhas de crédito do Banco).

Os créditos do BIRD para os países chamados «em fase de graduação» são usados para apoio a programas de crescimento económico, cuja meta final é aumentar as exportações (sejam quais forem as consequências para as populações desses países). Um exemplo recente no caso do Brasil é a aprovação, em princípio, de um crédito do BIRD de 350 milhões de dólares para o controverso Programa Grande Carajás cujo objectivo inicial é a exportação de 35 milhões de toneladas de minério de ferro. O Programa, que envolve investimentos totais no valor de 62 mil milhões de dólares, na sua concepção actual, requer aplicações gigantescas de capital transnacional para que se cumpram os exíguos prazos de realização planeados. O Programa inclui dezenas de projectos de exploração e produção mineral e agro-pecuária quase



exclusivamente para exportação.

### Carajás: erros técnicos e políticos

Um recente estudo realizado por especialistas do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas (IBASE) mostra que, se fosse necessário dar prioridade ao desenvolvimento de Carajás neste momento, o mesmo poderia ser realizado quase inteiramente com recursos locais, bastando para isso dilatar os prazos de realização. Mais ainda, o estudo do IBASE revela que há graves erros técnicos no Programa proposto pelo governo brasileiro, a começar pela própria proposta de investir tanto na exportação de minério de ferro, que tem uma cotação baixa e, dadas as condições de crise crescente da produção mundial de aço, a tendência é para uma baixa ainda mais acentuada a médio prazo. Finalmente, tudo indica que os problemas sérios do subdesenvolvimento brasileiro não poderão ser resolvidos com o Carajás, e que um grande passo para a melhoria significativa das condições de vida da população poderia ser dado se recursos equivalentes fossem investidos em projectos mais voltados para a satisfação auto-suficiente das necessidades básicas brasileiras. O Censo Demográfico brasileiro de 1980 mostra que, depois de mais de uma década e meia de política económica de exportação a qualquer preço e de estimular ao máximo a transnacionalização da economia, a concentração do rendimento ou da riqueza tende a acentuar-se cada vez mais.

Todas estas considerações pare-



O projecto Carajás, no interior da selva amazónica

cem ter sido postas de lado pelo Banco para favorecer o estreito critério de exportar ao máximo no prazo mínimo, qualquer que seja o custo para o país e para o seu povo.

São tradicionalmente considerados «graduados» ou «em fase de graduação» pelo BIRD os países do Terceiro Mundo que já desenvolveram um certo nível de infra-estrutura física, de modernização do aparelho estatal, como também uma base industrial suficiente para satisfazer as condições do *take-off* ou desenvolvimento auto-sustentado da teoria neoclássica, da qual o Banco é fiel seguidor. Um mecanismo em uso nesses países (entre os quais se encontram o México, o Brasil, a Argentina, a Venezuela e outros) é obter créditos subsidiados do BIRD para obras infra-estruturais de apoio e usar recursos estatais internos para subsidiar exportações. Portanto, pelo menos indirectamente, os cré-

ditos do BIRD (e de outras agências de «ajuda» bilateral) estariam a ser na verdade utilizados como uma forma de «créditos de exportação», no caso de países como o Brasil, o México, e outros que extariam prestes a «graduar-se».

As restrições impostas ao Banco Mundial pelos EUA (que é o principal fornecedor de recursos ao BIRD), num momento em que o Banco precisa de mais recursos para continuar a emprestar (chegando mesmo a recorrer a créditos de bancos privados) explica-se assim por um endurecimento da política norte-americana de resistir à competição «desleal» de outros países exportadores no mercado internacional. Os EUA confrontam-se assim com todos os seus principais aliados, na luta pela manutenção de uma hegemonia económica e política em declínio. □

cadernos do  
**terceiro  
mundo**

Assinaturas: Portugal — anual (12 números) esc. 500\$00; semestral (6 números) esc. 300\$00. Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S Tomé e Príncipe (12 números, via aérea) US\$18. Restantes países (12 números, via aérea) US\$22.

Calçada do Combro, 10-1.º, 1200 Lisboa Tel. 320650





# uma vida de boy

## Ferdinand Oyono

... história impressionante ocorrida nos primeiros anos que antecederam a independência.

O livro de um boy (criado) que nos desvenda a hipocrisia da vida dos brancos para com os habitantes do país colonizado.

Um novo romance de um célebre escritor dos Caméruons, Ferdinand Oyono, autor de "Um Negro e a Medalha" já publicado pela Caminho.

na estrada do futuro **editorial CAMINHO**



Cuba

## A guerra contra a agressão bacteriológica



*Uma misteriosa sucessão de pragas agrícolas e doenças contagiosas inexistentes no país, provoca a mobilização dos cubanos contra uma possível nova agressão dos EUA*

Pablo Piacentini

**D**ESDE que o presidente Ronald Reagan assumiu o governo dos Estados Unidos em Janeiro deste ano, as relações entre a superpotência e Cuba pioraram continuamente, até se encontrarem no seu pior nível desde o incidente de Playa Girón, em Abril de 1961. Vive-se hoje um estado de

extrema tensão que, das Caraíbas, se projecta à América Central, e cujas consequências, no caso de uma eclosão, podem afectar a paz mundial.

Cuba está mobilizada na prevenção de um eventual ataque norte-americano, enquanto a sua população se incorporou num verdeiro

exército sanitário que combate as estranhas e graves pragas que surgiram recentemente. O governo de Havana tem a certeza de que as pragas são parte de uma guerra bacteriológica desencadeada pelos organismos de espionagem dos Estados Unidos, mas por não dispor de provas tangíveis não pôde apresentar o



caso, formalmente, às instâncias internacionais.

Esta situação não foi procurada por Cuba. Antes é consequência directa da política ultradura de Ronald Reagan, e acaba por surgir então a comparação entre este e o governo anterior. Durante a administração Carter as relações bilaterais passaram por uma fase de relativa distensão. Considerou-se a possibilidade de ir normalizando as relações diplomáticas e algumas das práticas mais agressivas, como voos de aviões espiões norte-americanos sobre território cubano foram suspensas. A distensão cessou no fim do governo Carter e a ascensão de Reagan assinalou uma escalada que definiu Cuba como um dos alvos principais. Como candidato, o actual presidente havia anunciado que estava disposto a impor um bloqueio militar à ilha e formulou um programa preñado de ameaças.

### Cerco total

Para a equipa da Casa Branca o chamado «expansionismo soviético-cubano» é, em termos geopolíticos, o inimigo número um. Segundo esta concepção, o aumento e o uso da força — incluída a força militar — são os meios apropriados para impedir que no cenário internacional surjam novas mudanças contrárias à hegemonia capitalista ocidental e favorável à libertação (não necessariamente de definição socialista ou pró-soviética).

O secretário de Estado norte-americano, general Alexander Haig, o mais explícito nesta posição, diria, no mês de Setembro, que teria que «eliminar a origem do problema». «A origem está em Cuba», afirmou. E acrescentou que se deveria pôr a ilha em condições tais que não possa «enviar tropas para outros países».

A frase envolve uma ameaça que ultrapassa em muito a realidade do bloqueio e sugere mesmo acções directas que debilitem a ilha de tal maneira, que fique impossibilitada de propiciar cooperação militar a

outras nações, como o faz com Angola e a Etiópia.

Ainda em Setembro, a administração norte-americana, depois de as tropas da África do Sul terem invadido Angola, deu uma demonstração prática da sua concepção, negando-se a condenar o regime racista de Pretória no Conselho de Segurança das Nações Unidas e dando, portanto, uma aprovação indirecta à agressão. A presença de tropas cubanas em apoio às Forças Armadas de Angola (FAPLA) e às actividades da SWAPO em busca de que seja reconhecida a autodeterminação da Namíbia — ocupada ilegalmente pela África do Sul — constituiu para a Casa Branca a justificativa da invasão de uma nação independente.

Outro foco de alta tensão é a América Central. O governo Reagan acusou Cuba de estar a apoiar militarmente os insurrectos de El Salvador sem que apresentasse um só indício que sustentasse esta afirmação.

A 3 de Setembro, num documento oficial, o governo cubano desmentiu as acusações norte-americanas, declarando que nem uma só arma e nem um só soldado foram enviados para El Salvador, e convidou o general Haig a apresentar uma só prova da sua acusação. As autoridades norte-americanas não responderam ao desafio de Havana.

Na mesma declaração, o governo cubano revelou algumas das medidas que adoptou como prevenção do ataque que teme: «Cuba recebeu em 1980 consideráveis quantidades de armas — isso não é nenhum segredo — mas são armas para nos defendermos dos proclamados planos agressivos dos Estados Unidos contra o nosso país. Quando dizemos que estamos decididos a defender a nossa pátria até à última gota de sangue, falamos a sério. Mais de meio milhão de homens e mulheres ingressaram nas milícias de tropas territoriais e todos eles se encontram já treinados e armados. Recebemos essas armas da URSS para essas novas unidades e para as tropas regulares das nossas Forças Armadas. Nem uma só dessas armas saiu de

Cuba para a América Central. São armas exclusivamente para a nossa defesa».

Um dado que chama a atenção sobre o enquadramento do meio milhão de milicianos é o facto de ele ter sido realizado em poucos meses numa operação executada em ritmo de preparação bélica. E dia a dia o governo cubano adverte o seu povo que deve estar pronto para enfrentar um poderoso adversário, que em qualquer momento e de qualquer lugar o pode vir a atacar. Nas ruas de Havana pode-se comprovar que os comités de defesa se reúnem, de casa em casa, com uma intensidade excepcional.

Na realidade, existe em Cuba a certeza de que a agressão já começou, na forma de uma profusa guerra bacteriológica, e que a programação da CIA inclui um próximo conflito militar localizado.

A guerra bacteriológica, a partir dos dados possuídos por Havana, remonta aos primeiros anos da revolução liderada por Fidel Castro, foi incrementada há dois anos e é elevada à sua máxima expressão pelo governo Reagan. As primeiras pragas, foram a «ferrugem» da cana, que afectou a produção de açúcar e o «mofo azul» que atacou a colheita de tabaco. Produtos que constituem as principais matérias de exportação cubana.

A «ferrugem» danificou em 1980 um terço das plantações de cana e reduziu sensivelmente a produção de açúcar. O «mofo azul» afectou a colheita de tabaco em 25% em 1979 e quase 90% em 1980.

Em princípios de 1980 expandiu-se a febre suína africana, obrigando a matanças maciças de porcos, cuja carne constitui um dos alimentos básicos dos ilhéus.

Em meados de Junho deste ano surgiu o «dengue» (\*) hemorrágico trazido pelo mosquito *aedes aegypti*. A 24 de Julho, sete semanas depois, o mal atingia 273 404 pessoas, das quais 113 viriam a morrer. Os enormes esforços realizados conseguiram controlar a praga que

(\*) Doença também conhecida por «febre-dos-três-dias».





O assassinato de Fidel Castro parece continuar a fazer parte dos planos da CIA

no final de Agosto, se encontrava em vias de desaparecimento. O momento de maior intensidade produziu-se a 6 de Julho, quando se registaram 11 721 casos. A 7 de Setembro surgiram apenas 66 casos.

A 9 de Setembro, quando ainda não haviam passado quatro meses do aparecimento do «dengue», uma declaração do governo anunciava a presença de uma nova epidemia: a conjuntivite hemorrágica. Nos pri-

meiros dias foram afectadas 1815 pessoas e da leitura do comunicado deduzia-se que as autoridades sanitárias ainda não tinham conhecimento dos remédios apropriados nem contavam com elementos para formular ao público um diagnóstico sobre as consequências deste mal.

#### Uma inexplicável série de pragas

Todas estas pragas tiveram facto-

res em comum: surgiram de modo inexplicável e propagaram-se de maneira fulminante. Nem o «dengue» hemorrágico nem a conjuntivite hemorrágica eram enfermidades conhecidas em Cuba. Sobre a conjuntivite, o Gabinete Sanitário Pan-americano informou que esta epidemia se registava pela primeira vez numa região das Américas e que assolava simultaneamente o Suriname, as Honduras e a costa norte da Colômbia (com os quais, segundo sublinhou o governo de Havana, «Cuba não tem nenhum intercâmbio de pessoal»).

Outro aspecto a destacar é a própria sequência dos estranhos fenómenos: primeiro foram castigados os vegetais e os animais que formam o suporte da economia do país, para depois ser atingida a população.

Nos documentos oficiais norte-americanos apresentados por Havana, lê-se que, tanto o «dengue» como a febre suína e o «mofo azul», figuram entre os agentes de guerra bacteriológica fabricados nos Estados Unidos (citaram um texto da Subcomissão de Desarmamento do Senado norte-americano, datado de 29 de Agosto de 1960).

O uso da guerra química e bacteriológica não é novo. Os Estados Unidos já empregaram este mesmo recurso em larga escala durante a guerra do Vietname. Os cubanos estão certos de que o governo norte-americano é o causador destas pragas, pois os vírus podem ser facilmente introduzidos, usando aviões, por exemplo, sendo muito difícil obter provas de tais operações.

O que se provou foi o aumento da extrema hostilidade contra Cuba. Os adversários de Castro aprimoram-se e recrutam activistas contra o regime socialista dentro do território norte-americano. A 4 de Julho passado um grupo de cinco contra-revolucionários desembarcou e infiltrou-se na província cubana de Matanzas. Foram capturados e, segundo anunciou Havana, propunham-se, entre outros atentados, assassinar Fidel Castro.

Pouco depois, a 23 de Julho, uma agência norte-americana informava





Todas as pragas (como a «ferrugem» da cana) surgiram de modo inexplicável e propagaram-se de maneira fulminante. Muitas delas figuram entre os agentes de guerra bacteriológica fabricados nos EUA

de Miami: «Quarenta comandos que acabam de se infiltrar em Cuba tentarão matar o presidente Fidel Castro neste fim-de-semana, no decorrer das festividades do aniversário da Revolução Comunista, declarou

hoje o advogado de um grupo de exilados cubanos».

«Se não puderem matar Castro, os comandos pelo menos perturbarão a manifestação em Las Tunas, a Este

de Cuba», disse o advogado Elliot Rubin em conferências de imprensa. O Bureau da Organização de Exilados Alpha-66 declarou recentemente que «cinco comandos capturados há duas semanas a Este de Havana, pertencem aos seus quadros».

A impunidade dos activistas anticomunistas nos Estados Unidos é completa, já que podem montar e anunciar publicamente atentados contra o presidente cubano sem que as autoridades lhes oponham o menor obstáculo. Autoridades que se mostraram, no entanto, muito activas para impedir, mal surgiu o «dengue», que se vendesse a Cuba os medicamentos de fabricação norte-americana necessários para deter a epidemia.

Em Cuba não só existe a convicção de que é a CIA a introdutora das misteriosas pragas, como se esperam que novas, e quem sabe, mais poderosas armas secretas venham a ser utilizadas contra a população, não sendo de afastar, no campo militar, uma provocação ou mesmo uma agressão directa. Daí que Cuba, a apenas 90 milhas dos Estados Unidos e com uma base norte-americana no seu solo — Guantánamo — esteja em pé-de-guerra para se defender da superpotência.



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva dos «Cadernos do Terceiro Mundo» para todo o território angolano.

Empresa Distribuidora Livreira  
Caixa Postal 1245  
Luanda — República Popular de Angola



## Chegou a independência mas não falta a liberdade



*O novo Estado latino-americano rompe os laços coloniais com a Grã-Bretanha mas começa a sua vida independente em pé-de-gueira*

Roberto Bardini

**N**A noite de 20 de Setembro de 1981 — exactamente às zero horas do dia 21 — no meio de um solene silêncio, foi arriada a bandeira inglesa que durante quase três séculos ondudou sobre Belize, e em seu lugar foi içado o pavilhão belizense. Logo após, 25 salvas de canhão saudaram a inde-

pendência e o povo explodiu em vivas. Lágrimas de emoção deslizaram pelas faces do primeiro-ministro George Price, de 62 anos. Finalmente, a última colónia da América continental converteu-se num Estado livre e soberano, o 45.º membro da Comunidade Britânica (*Commonwealth*), a sétima repú-

blica centro-americana.

Extravasou então a loucura na cidade de Belize, de 10 mil habitantes: o povo encheu as ruas num gigantesco carnaval caraíbenho, ao ritmo do *reggae* jamaicano, enquanto soavam buzinas de centenas de automóveis. Milhares de luzes coloridas, produzidas por fogos de artifi-



cio, iluminavam o céu escuro do mar das Caraíbas. Dezenas de faixas asseguravam: «Hoje a independência, amanhã a libertação».

Em Belmopan, a capital, e nas principais povoações do pequeno país acontecia a mesma coisa. Desde 15 de Setembro que se desenrolavam festivais artísticos, cerimónias oficiais, comícios populares, durante as 24 horas do dia, com a participação de grupos de baile, mariachis mexicanos, conjuntos musicais de Cuba, Nicarágua, Panamá, Honduras, El Salvador, Trindade, Jamaica, Guiana, e até uma equipa de pára-quedistas acrobatas vindos da Califórnia.

Nos últimos dias haviam chegado ao aeroporto internacional do Belize aviões vindos de diversos pontos do planeta. Convidados especiais, políticos, delegações e enviados especiais da imprensa dos principais jornais do mundo, agências de notícias, rádio, cinema e televisão, totalizando centenas de pessoas, chegavam ininterruptamente. As instalações, os veículos e o pessoal da alfândega e migração, foram praticamente insuficientes para receber os representantes das 17 nações europeias, 7 da Ásia, 3 da África, 21 da Comunidade Britânica, 12 da América Latina — 60 países no total —, mais de 18 organizações internacionais e movimentos de libertação nacional. Curiosamente, nesse mesmo aeroporto, há muito pouco tempo, foram filmadas algumas cenas do filme «Os cães de guerra», baseado na novela de Frederick Forsyth, uma defesa dos mercenários que lutam contra as repúblicas livres da África.

A 19 de Setembro havia-se realizado, no quartel-general das tropas do Reino Unido, próximo à cidade de Belize, a última cerimónia montada pelo governador britânico em honra ao príncipe Michael de Kent, primo da rainha Isabel e o 17.º na hierarquia monárquica inglesa, que

foi homenageado como representante da Coroa. Durante a cerimónia, desfilou o Primeiro Batalhão Escocês, *The Gordon Highlanders* — criado em 1794 — ao ritmo de gaitas-de-foles e tambores: era realmente estranho ver e escutar-se, em plenas Caraíbas, a banda militar de um batalhão cujo principal tambor e três das suas escoltas tinham sobre os ombros peles de tigre de Bengala, incluindo a cabeça da fera. A presença do príncipe de Kent e o desfile do Primeiro Batalhão Escocês representavam um melancólico símbolo da antiga expansão do Império Britânico. Dois dias depois, o passado colonial ficava para trás.

### Nasce uma nova nação

«Belize é uma nação caraibenha e centro-americana que trabalha e vive uma revolução pacífica, construtiva e progressista, que constitui um povo e uma nação com todos os seus atributos: uma Constituição, instituições e um processo democrático que tem em mira a justiça social», afirmou o primeiro-ministro George Price durante a cerimónia principal da independência, realizada em Belmopan, a 21 de Setembro. O discurso de Price foi diplomático, porém enérgico. Reivindicou em duros termos os direitos do povo belizense, condenou qualquer tentativa de agressão externa e foi respeitoso em relação à Grã-Bretanha, país ao qual se mostrou agradecido por «se despedirem sem violência».

Quatro dias mais tarde, a ex-colónia inglesa converteu-se no 156.º membro da Organização das Nações Unidas, com 144 votos a favor e um contra, o da Guatemala. Nesse momento, vários governos — entre os quais se destacavam o México, URSS, Dinamarca, Cuba, Nicarágua, Japão, China, Líbia e Espanha — já haviam reconhecido a existência do novo Estado. No dia

seguinte, o Movimento dos Países Não-Alinhados admitiu Belize — que contava com um *status* especial dentro do organismo — como o 97.º membro com plenos direitos. Por outro lado, o Concelho Político da Organização dos Estados Americanos (OEA) — depois de um curto debate e uma votação onde o único voto negativo foi o do representante guatemalteco — convidou Belize a participar como observador na próxima Assembléia Geral que se efectuará em princípios de Dezembro em Santa Lúcia.

Anteriormente, a 19 de Setembro, um grupo de parlamentares que representavam 18 países, reunidos em Havana, haviam saudado a iminente emancipação de Belize. Delegados do Congo, Argélia, Cuba, Gana, Coreia Democrática, Guiana, Índia, Indonésia, Malásia, México, Moçambique, Zâmbia, Zimbábue, Panamá, Vietname, Iémen Democrático, Jugoslávia e Nicarágua, emitiram um comunicado dirigido ao primeiro-ministro George Price onde lhe transmitiam «uma calorosa saudação», ao mesmo tempo que manifestavam satisfação por assistirem «ao nascimento de um novo Estado caraibenho, latino-americano e não-alinhado».

A sucessão de reconhecimentos e admissões não fazia mais do que confirmar a resolução da XXXV Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada em Novembro de 1980, no sentido de que 1981 fosse o ano da independência definitiva de Belize. Naquela ocasião, os únicos países que se abstiveram de votar foram Marrocos, Israel, Bolívia, Uruguai, Paraguai, El Salvador e Honduras.

### A Guatemala muda de posição

Quando, a 11 de Março de 1981, representantes da Inglaterra, Guatemala e Belize assinaram em Londres as «Bases de Entendimento» — um documento de 16 pontos que antecedia um acordo «de honra e





George Price, primeiro-ministro do Belize

definitivo» —, tudo levava a crer que era posto termo a 122 anos de litígio anglo-guatemalteco sobre o território belizense. Os observadores ficaram surpreendidos com as palavras do presidente guatemalteco, general Romeo Lucas Garcia, que afirmou, na ocasião, que o problema de Belize «deve ser visto de forma realista e objectiva, e à luz das circunstâncias actuais do mundo, que luta para que se acabe com o colonialismo». O assessor do Ministério dos Negócios Estrangeiros guatemalteco, Roberto Herrera Argüen, assegurou por seu lado que as circunstâncias têm que ser mudadas, e hoje em dia a livre determinação dos povos é fundamental.

Não obstante, ao ser conhecida a decisão britânico-belizense de concretizar a independência, as autoridades da Guatemala mudaram de posição. No início de Julho, Lucas Garcia reiterou as suas pretensões

territoriais numa mensagem dirigida ao Congresso: «Se as propostas que se façam não seguirem estritamente o espírito e a letra das Bases de Entendimento, e se se tentar regatear ou diminuir o seu sentido, estamos preparados para dar por terminada esta negociação e rechaçar tudo aquilo que estimemos seja inconveniente ao interesse nacional». O ditador guatemalteco foi mais longe ao advertir: «Se ocorresse uma independência unilateral, assinalamos peremptoriamente a ilegitimidade do acto e declaramos que não reconheceremos esse novo Estado, e que para nós não serão fronteiras as linhas que nos separam».

Por sua vez, em fins de Julho, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Guatemala, Rafael Castillo Valdez, deu uma entrevista à imprensa onde qualificou a questão como «um tremendo caso» e reiterou que o seu país não reconheceria a independência «unilateralmente outorgada»

pela Inglaterra ao Belize. O ministro expressou que «todos os problemas do subcontinente provêm na sua maioria das invasões inglesas», e acrescentou que «quando os ingleses se retirarem poderão ser procuradas soluções tanto para os problemas de Belize como da América Central».

Em círculos extra-oficiais, considerou-se que a repentina mudança de atitude do regime guatemalteco obedecia a outras razões. Em primeiro lugar, à viragem feita por George Price — devida a fortes pressões políticas internas — em relação à outorgação à Guatemala dos recifes Ranguana e Zapotillo para uso militar, assim como o livre acesso ao Atlântico através do território belizense. «Não vamos hipotecar a nossa soberania», assegurou Price. O outro factor foi a negativa guatemalteca — reconhecida pelo ministro Castillo Valdez — em firmar um tratado de não-agressão com o Belize.

À medida que se aproximava a data da independência, a posição dos porta-vozes oficiais da Guatemala endurecia consideravelmente. O general René Mendoza, ministro da Defesa, garantiu que o Belize se converteria em «um território comunista» e em «plataforma do marxismo». Cabe mencionar que, em 1974, Mendoza — então coronel e ajudante presidencial do general Kjell Laugerud García — declarou:

«Não é que sejamos teimosos ou pouco razoáveis. (...) Quanto ao problema de absorver a população estrangeira, a solução será que, pelo menos, os negros deverão ser deportados. Eles não são cidadãos guatemaltecos, mas descendentes daqueles que invadiram o território da Guatemala. Enviá-los-emos simplesmente para a terra dos seus antepassados».

A questão chegou ao seu ponto mais crítico no começo de Setembro, quando o regime militar guate-



malteco rompeu relações consulares com a Grã-Bretanha e notificou oficialmente o cônsul inglês de que deveria abandonar o país. Através de um comunicado à imprensa, o governo da Guatemala informou que «não serão permitidos relacionamento ou comércio de nenhum tipo, de pessoas ou de bens com Belize, e dar-se-á tratamento de fronteiras absolutamente fechadas às linhas guarnecidas por forças militares britânicas». Dessa forma, ficou proibido todo o tráfego de ou para Belize, e nem se aceitava que embarcações marítimas ou aéreas fizessem escala ou cabotagem no pequeno país e em seguida passassem para a Guatemala.

Parecia que o governo guatemalteco, à medida que perdia apoio e ficava internacionalmente isolado, provocava a sua própria marginalização.

#### Garantia militar para uma independência segura

Um dos principais problemas surgidos antes de 21 de Setembro, era o relativo à garantia militar de assegurar uma independência diante das ameaças de invasão guatemalteca (Belize conta actualmente com uma Força Defensiva Voluntária integrada por 1.500 homens e mulheres, sob o comando de um general inglês).

Representantes do governo de Belize, em várias ocasiões, manifestaram a **cadernos do terceiro mundo** que eram partidários da criação de uma «força multinacional de defesa», integrada pelo Canadá, Panamá, México e países da Comunidade Britânica de Nações, especialmente os das Caraíbas, embora reconhecessem que este projecto exigiria certo tempo por ser um conceito novo na área das relações internacionais.

«A força multinacional de defesa torna-se cada vez mais necessária pelas ameaças da Guatemala»,



O presidente guatemalteco, general Lucas García não esconde as pretensões territoriais sobre o novo Estado

afirmou George Price em conferência de Imprensa realizada um dia antes da proclamação da independência, enquanto o exército guatemalteco fixava cinco mil homens ao longo da fronteira. O líder belizense manifestou: «Trabalhámos durante 20 anos e agora só nos resta a independência, mas desconfiamos da posição do governo da Guatemala, embora isso não aconteça em relação ao povo guatemalteco, que res-

peita a autodeterminação de Belize».

As tropas inglesas permanecerão no pequeno país caribenho o tempo que for necessário para garantir a sua segurança. «Não cremos que o exército guatemalteco ataque o território belizense. Mas, se o fizerem, o nosso dever é defender a ferro e fogo este país», declarou o comandante do destacamento de infantaria de selva acantonado na fronteira com a Guatemala. As forças inglesas contam com mísseis terra-ar, carros Scimitar (que desenvolvem uma velocidade de 60 milhas por hora e são de grande manobrabilidade nesse tipo de terreno), morteiros e peças de artilharia sem recuo, além dos aviões Harrier, de descolagem vertical. Cada soldado britânico está equipado com armas automáticas AR-16 e armas pessoais anticarros (light antitank weapon) e avalia-se que — pelo seu armamento e adiestramento — equivale a 3 soldados guatemaltecos.

## A constituição

□ Três semanas antes de ser proclamada a independência, o governo e a oposição do Belize aprovaram por unanimidade uma Constituição monárquica de 107 artigos. A rainha Isabel da Inglaterra será a chefe-de-Estado, representada no território por um governador-geral (um belizense designado pela rainha depois de consultado o primeiro-ministro do Belize), e o país pertencerá à Comunidade Britânica (Commonwealth).

A Constituição reconhece a supremacia de Deus e fixa «as fronteiras tradicionais do território». Por outro lado, dedica inúmeros itens aos direitos humanos e às liberdades cívicas, estabelecendo claramente o direito à liberdade pessoal e à propriedade privada, protecção diante de tratamentos vexatórios, liberdade de empresa, de culto, de expressão e de associação. Não permite discriminações de raça, lugar de origem, critérios políticos, cor, credo ou sexo.

O documento regulamenta o funcionamento de uma Assembleia Legislativa que consta de uma Câmara de Representantes (18 membros eleitos por sufrágio universal) e um Senado (8 pessoas nomeadas pelo governador-geral), da mesma forma que o Poder Judiciário.

A Constituição conserva as figuras do primeiro-ministro e do chefe da oposição como principais eixos da política activa.



Desta forma, o Belize atinge a sua independência protegido pelo exército que durante anos foi ocupante colonial. Mas outra realidade ganha também dimensão, expressa claramente pelo primeiro-ministro George Price: «Agora, quando o povo está com a liberdade de tomar as suas decisões e de escolher os seus caminhos, empreenderemos, com dúvidas, vacilações, coragem e força, o nosso destino».

#### Dados básicos

Belize possui uma superfície de 22.962 quilómetros quadrados, incluindo 425 de ilhas. A sua extensão territorial é um pouco maior que a de El Salvador, o dobro da de Jamaica e quatro vezes a de Trindade e Tobago. Mede 280 quilómetros na sua parte mais larga e perto de 80 na mais estreita. Tem 161 quilómetros de fronteira com o México e 223 com a Guatemala.

A capital é Belmopan (4 mil habitantes), construída no centro geográfico do país entre 1967 e 1970, mas Belize City (10 mil habitantes) continua a ser o principal centro comercial.

A população foi calculada em 1979 em 160 mil pessoas. Mais de metade dos belizenses são mestiços, um terço são negros e o resto de origem maia, árabe, chinesa ou indiana, com as misturas raciais derivadas dessas uniões. Também existem os «carafbas negros» ou **garifunes** (fusão de indígenas das ilhas e africanos procedentes da ilha de São Vicente, no mar das Caraíbas). O idioma oficial é o inglês, mas a terça parte da população fala o espanhol.

Sob uma perspectiva global (tomados em conta os aspectos políticos, económicos, sociais, culturais e raciais), Belize tem muito mais em comum com os países de língua inglesa das Caraíbas do que com os seus vizinhos da Guatemala ou de qualquer outro país centro-americano.

Aspecto de Belize City, o mais importante centro comercial do país



Noventa e dois por cento da população sabe ler e escrever. A pequena nação conta com 1.792 professores, 204 escolas primárias, 23 secundárias, 2 de educação pré-universitária e um instituto tecnológico. A sua população estudantil é de 35 mil crianças no primário e 6 mil no secundário. Circulam 3 jornais importantes. Há 560 aparelhos de rádio e 207 automóveis para cada mil habitantes.

Existem apenas dois partidos: o **People's United Party** (Partido Unido do Povo), actualmente no governo, e o **United Democratic Party** (Partido Democrático Unido), uma coligação de três agrupamentos de direita. No final do ano passado foi criada a Sociedade Anticomunista, que reúne comerciantes e homens de negócios de ambos os

partidos, vinculada — segundo foi denunciado — ao Exército Secreto Anticomunista (ESA), da Guatemala. Outro agrupamento opositor de direita é o Movimento de Acção de Belize (MAB).

O Partido Unido do Povo foi criado em 1950 e o seu líder é George Price, que, pela terceira vez consecutiva, exerce o cargo de primeiro-ministro.

O principal suporte económico do país é a agricultura. Belize produz e exporta cana-de-açúcar, madeira, bananas, cocos, citrinos, arroz, milho e carne. A sua plataforma marítima possui uma grande riqueza piscatória.

Nos últimos tempos correu a versão de que o seu subsolo armazenava grandes quantidades de petróleo. □



# Uma história colonial de 343 anos

*De Isabel I a Isabel II, mais de três séculos de colonização britânica*



**E**M 1638, corsários ingleses provenientes das Antilhas interessaram-se pela imensa riqueza madeireira que existia no território hoje conhecido como Belize e estabeleceram-se na região que denominaram Baía das Honduras (e daí, posteriormente, o nome de Honduras Britânicas).

Segundo tudo indica, o nome de Belize deriva do sobrenome do flibusteiro escocês Peter Wallace, suposto lugar — tenente do pirata Sir

Walter Raleigh. Com distorções do seu nome (Wallix ou Válix, inicialmente) foram baptizados um rio e um povoado nas suas margens, que posteriormente teria derivado em Balize e finalmente em Belize, que é como os ingleses e os próprios belizenses chamam hoje ao país. Outras fontes indicam que o nome proviria de um vocábulo maia que significa «terras lamacentas».

A principal actividade dos corsários era o corte e a exploração de

madeira de Campeche e de caoba. O coronel António de Alcedo comenta no seu **Dicionário Histórico-Geográfico de las Índias Occidentales o América** (Madrid, 1787): «Quando os marinheiros da Jamaica se vêem perseguidos por dívidas ou por delitos, embarcam para a Baía de Honduras (...). A sua ocupação aí é cortar madeira (...). Muitas vezes juntam montes antes do tempo, e se os deixam sós, ninguém se atreve a tocá-los. Este trá-



fico transformou-se numa rapina de piratas e numa espelunca de ladrões. E os malfeitores da Martinica, Jamaica e Curaçau costumam buscar gente na Baía, que eram atrevidos, habituados à fadiga e bons marinheiros».

### Os espanhóis nunca ocuparam o território

Nunca existiu uma colónia espanhola na realidade, ou uma ocupação efectiva do território actualmente configurado pelo Belize, apesar deste ter sido incorporado às capitánias gerais da Guatemala e de Yucatán. Durante os séculos XVI e XVII, alguns colonizadores espanhóis — na sua maioria religiosos — fizeram visitas ocasionais, mas nunca chegaram a dominar os habitantes originais, os maias, cuja civilização começara a declinar alguns anos antes.

No fim do século XVII e durante todo o século XVIII, os residentes ingleses das feitorias madeireiras foram repetidamente atacados pelas tropas espanholas e, em algumas ocasiões, abandonaram a zona. Pode-se afirmar que o papel dos espanhóis consistiu em efectuar ataques armados e a retirar em seguida, sem ocupar efectivamente o território.

### Tratados vantajosos para a Grã-Bretanha

As coroas espanhola e britânica firmaram vários acordos em relação à área de litígio. O Tratado de Paris (1763), por exemplo, estabelecia que «Sua Majestade Católica não permitirá que os vassalos de Sua Majestade Britânica ou seus trabalhadores sejam inquietados ou molestados na sua ocupação de cortar, carregar e transportar a madeira de mata ou de Campeche». O Tratado de Versalhes (1783) fixava os limites geográficos dos estabelecimentos madeireiros «no distrito que se compreende entre os rios Wallix ou Belize e Fundo». A Convenção de Londres (1786) ampliou o acordo anterior: os ingleses beneficiaram de

As fronteiras culturais do antigo Império Maia, onde o actual Belize se inseria



mais terras e da ocupação do recife San Jorge e puderam, além disso, «estabelecer regulamentos policiais para manter a boa ordem e a tranquilidade».

A cada guerra desencadeada no velho continente, sucedia-se um armistício e um novo acordo sobre as possessões coloniais. Em nenhuma ocasião a Espanha exerceu um poder real sobre a zona. Mas, apesar de não ocupar ou administrar nenhuma região do território, em todos os tratados assinados entre o Reino Unido e a Coroa Católica, esta reconhecia os direitos da ocupação britânica e até os ampliava... reservando, porém, a soberania para a Espanha.

Os colonos britânicos, entretanto, aproveitaram as vantagens dos tratados. Organizaram-se com leis in-

ternas sob a direcção de funcionários eleitos em assembleias populares, e não só não reconheciam as autoridades espanholas, como, em certas ocasiões, desafiaram o mandato da Inglaterra. Em 1786, um enviado da Coroa britânica queixava-se diante do governador da Jamaica que esse estado de coisas não mudaria «enquanto não se mudar a presente forma 'democrática' de governo».

### A batalha do recife San Jorge: a Espanha retira-se precipitadamente

A 10 de Setembro de 1798 teve lugar a batalha do recife San Jorge: a frota espanhola, preparada durante um ano e meio em Havana e Yucatán com a intenção de «expulsar para





A reivindicação territorial guatemalteca no tempo de Arbenz tinha um carácter anti-colonialista

sempre os ingleses», foi derrotada e posta em fuga. Os espanhóis não regressaram nunca mais (a partir de então, o 10 de Setembro é o dia nacional do Belize). A situação manteve-se calma até 1821, ano da independência centro-americana.

A partir da emancipação de 1821, as novas autoridades guatemaltecas começaram a reclamar o Belize como parte do seu território e iniciaram diligências diplomáticas junto de Londres, mas sem resultado: os ingleses limitaram-se a ignorar a nova República. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, que disputavam entre si o domínio económico na América Central, assinaram o tratado de Clayton-Bulwer (1850) e o de Dallas-Clarence (1856), perante os quais a União reconhecia o domínio britânico; em troca, os norte-americanos ficavam com as mãos livres em relação à Nicarágua e punham os seus olhos no Panamá, que nessa época era um departamento da Colômbia.

Em 1859, por iniciativa guatemalteca, foi assinado com a Inglaterra um tratado de limites que definiu as fronteiras do Belize tal como o são na actualidade. O convénio significava, na prática, um reconhecimento da soberania que, de facto, o Reino Unido exercera. A origem do convénio — que teve um papel importantíssimo na história do litígio anglo-guatemalteco — é eloquente. A partir de 1856 o flibusteiro norte-

-americano William Walker ameaçava, da Nicarágua, tornar-se o ditador do istmo centro-americano. De acordo com o historiador guatemalteco Francis Gall («Belize, terra nossa», Ministério da Educação Pública, Guatemala, 1962), um jornal de Nova Iorque publicara na época:

«Correu-nos tudo bem com a Louisiana, Florida, Texas e Califórnia, e estamos dispostos a convir com o general Cass que Tio Sam pode engolir o México e a América Central, tendo Cuba e as ilhas da Índia Ocidental como sobremesa, sem indigestão».

Era a época da «Doutrina Monroe»: «A América para os americanos». Governava a Guatemala o ditador «vitalício» Rafael Carrera. Diante do perigo das hostes mercenárias de William Walker, as autoridades guatemaltecas decidiram solicitar a protecção armada da Inglaterra em troca do reconhecimento oficial de sua permanência em Belize.

#### O Tratado de 1859: «A conveniência de aceitar os factos consumados»

Em Julho de 1857, o representante da Guatemala em Londres entregou ao governo britânico o projecto do futuro tratado. Incluía uma nota que, entre outros conceitos, afirmava:

«O governo da Guatemala renuncia desde já à discussão de princípios que estes pontos suscitem, declara-se convencido da sua própria conveniência em aceitar os factos consumados; sente-se honrado e satisfeito em ser vizinho de uma nação tão poderosa e ilustre, alegra-se em reconhecer a comunidade de interesses que resulte da vizinhança entre a Inglaterra e a Guatemala, e congratula-se que por tão plausíveis motivos possa tirar vantagens».

Em 30 de Abril de 1859, Sir Charles Lennox Wyke, representante plenipotenciário de coroa britânica, e o guatemalteco Pedro de Aycinena, secretário dos Negócios Estrangeiros, assinaram o tratado.

Ambos os governos comprometeram-se a «estabelecer a comunicação mais fácil (seja através de uma rodovia ou utilizando os rios, ou ambas as coisas ao mesmo tempo) entre o lugar mais conveniente da costa atlântica próximo do domínio do Belize e a capital da Guatemala».

A «comunicação mais fácil» ficou estabelecido, era uma rodovia cujo custo, calculado por Pedro de Aycinena em 80 mil libras esterlinas, seria financiado por ambas as partes. Quando foi feito um estudo sobre o terreno, o orçamento foi estimado entre 146 e 150 mil libras esterlinas e, segundo se soube mais tarde, a Guatemala não contava sequer com metade das 80 mil libras calculadas anteriormente. Assim, por não cumprimento de ambas as partes (e não somente pela Inglaterra, como pretende a história oficial guatemalteca), a construção da estrada nunca foi realizada. Foram efectuados vários acordos sem nenhum resultado concreto e a questão caiu no esquecimento. Finalmente, em 1931, ambos os governos ratificaram as fronteiras tal como foram estabelecidas no tratado de 1859.

#### A Guatemala volta ao ataque

Mas a calma duraria pouco. Quando o ditador Jorge Ubico as-



## As armadilhas do turismo

*Uma indústria que factura um bilhão de dólares anuais enfrenta o dilema: valorizar a paisagem e os hábitos locais ou transformar-se numa cópia norte-americana em menor escala*

Colin Campbell



cendeu ao poder, a Guatemala desarquivou o caso em 1939, proclamando que os termos do acordo Aycinena-Wike tinham caducado por «não cumprimento» da Inglaterra e que o Belize lhe pertencia. Mais tarde, os governos de Juan José Arévalo (1945-51), Carlos Castillo Armas (1954-57) e Enrique Peralta Azurdia (1963-66), incorporaram a questão do Belize nas respectivas constituições elaboradas sob seus mandatos, nas quais o Belize era incluído como parte do território guatemalteco.

A Guatemala, historicamente, nunca exerceu soberania sobre o pequeno país. É bem verdade que, nos tempos da revolução democrática e nacionalista de 1944, encabeçada por Arévalo e pelo coronel Jacobo Arbenz, a reivindicação territorial tinha um carácter anticolonialista e que o Belize estava presente, além disso, em todas as exigências das forças progressistas e anti-imperialistas centro-americanas. E também é verdade que nessa época muitos líderes belizesenses viam com simpatia a incorporação do território na Guatemala.

Mas a situação mudou consideravelmente com a queda de Arbenz, a instauração da ditadura de Castillo Armas e os posteriores regimes militares e, fundamentalmente, com a criação do Partido Único do Povo, que em 1964 — como corolário de uma luta constante — conseguiu o seu próprio governo. A reivindicação guatemalteca perdeu então o seu carácter anticolonial e, posteriormente, sobretudo na década de 70, converteu-se em aspiração expansionista que pretendia ignorar uma nova realidade: o nascimento de um povo com características políticas, culturais e raciais próprias, mais próximas dos países de língua inglesa das Caraíbas que dos da América Central. E essa aspiração injusta, extemporânea e anti-histórica foi o que levou a Guatemala ao isolamento internacional total e que possibilitou, de certa forma, o apoio quase unânime da comunidade internacional a favor da independência do Belize. □

«**M**AR, sol e areia», palavras mágicas que hoje quase se tornaram a imagem de marca da indústria turística das Caraíbas — que hoje factura mil milhões de dólares/ano — e de certa forma simbolizam também a atitude esquizofrénica das populações locais em relação àquilo que, em muitos países da região, já foi o mais importante meio de obtenção de divisas estrangeiras.

Porém, com a consciencialização cada vez maior dos povos das Caraíbas, muita gente começa a olhar para o turismo com outros olhos, reconhecendo o seu efeito desmoralizador sobre as populações, dado o seu carácter explorador e culturalmente pejorativo. Meis há ainda quem o continue a encarar como a única forma de sair do círculo cada vez mais amplo da pobreza e miséria.

O turismo nas Caraíbas teve inf-



cio em fins do século XIX e começos do século XX, numa época em que os países da região estavam a pôr termo à escravidão e começavam a ser cada vez mais submetidos à influência norte-americana. Estava então ainda intimamente ligado à indústria da banana, uma vez que os navios que iam aí carregar o fruto traziam também visitantes. Isto levou à criação de uma infra-estrutura hoteleira, construída principalmente pelas grandes companhias dos Estados Unidos.

Na sua maior parte, os visitantes que vinham às Caraíbas eram europeus e norte-americanos ricos. Quase sempre racistas, muito contribuíram para reforçar a submissão das populações locais, resultante do passado colonial e da antiga situação de escravos. Os visitantes brancos eram, portanto, vistos como «bem-vindos» ou, talvez com maior frequência, como a personificação de um grande número de contradições sociais. Havia um quase antagonismo entre o turista e o «nativo», decorrente do enorme abismo social entre a riqueza e a pobreza. A esquizofrenia era evidente, uma vez que, a par com o antagonismo e coexistindo com ele, as populações locais tentavam imitar os turistas desde a forma de vestir até à linguagem.

O desejo era de «agradar» ao turista, imitando o estilo de vida norte-americano nos locais de veraneio — na decoração, instalações, comida e diversões.

A atitude de alguns governos, dispostos a virtualmente vender o património público a troco dos dólares do turismo, em nada contribuiu para amenizar essa situação. Nas Ilhas Virgens, por exemplo, grande parte do solo foi arrendado por um período de 99 anos às companhias estrangeiras que desejassem fomentar o turismo.

#### Alto grau de vulnerabilidade

Apesar de tudo, a indústria cresceu na maioria das ilhas, principalmente em virtude das condições oferecidas pelo clima tropical. Hoje em

dia, é quase óbvio dizer que o turismo é importante para as Caraíbas. É a fonte número um de divisas para os Barbados, Bahamas e grande parte das nações menos desenvolvidas, e é crucialmente importante para muitos dos países maiores, inclusive a Jamaica, Trindade e Porto Rico. Embora muitos deles não forneçam actualmente dados detalhados e actualizados no tocante à indústria, sabe-se que esta gerou, no ano passado, milhões de dólares de lucro e milhares de empregos.

#### A manipulação publicitária

Apesar de impressionantes estatísticas, a indústria do turismo padece de um alto grau de vulnerabilidade e incerteza. Está sujeita a factores sobre os quais os países dependentes não exercem controlo algum. O declínio das economias ocidentais nas décadas de 70 e 80 teve efeito desastroso para a indústria turística, que também se ressentiu da publicidade negativa no exterior.

Como nações em desenvolvimento, os países das Caraíbas têm todo o tipo de problemas, frequentemente apresentados de maneira adversa e distorcida nos Estados Unidos, que constitui o maior mercado para o turismo local.

Na Jamaica, por exemplo, o turismo sofreu uma queda em 1976, ano em que o país atravessou um estado de emergência. Houve um decréscimo de 22,9% no número de visitantes em trânsito dos Estados Unidos para a Jamaica. Rude golpe, uma vez que os Estados Unidos são responsáveis por 70% dos passageiros em trânsito. O número de passageiros das companhias marítimas diminuiu também em 5,9%. O motivo foi a publicidade desfavorável em relação à Jamaica. Os visitantes potenciais — influenciados pela campanha dirigida — não se sentiam seguros quanto às condições que predominavam na ilha e, portanto, preferiam não incluí-la nos seus roteiros. Essa publicidade adversa fez parte dos esforços da CIA (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos) para desestabilizar o governo Manley da Jamaica. O

objectivo era que fosse derrotado — como o foi — nas eleições gerais previstas para o fim daquele ano.

Para a Jamaica, essa atitude foi entendida como uma clara advertência. O mercado norte-americano, tão próximo e tão importante, impunha aos governos locais das Caraíbas a criação de um clima favorável ao imperialismo dos Estados Unidos. Era o preço exigido para evitar que a indústria do turismo fosse destruída. É lógico que, quando esse tipo de pressões se exerce, é todo o desenvolvimento político independente das Caraíbas que se vê afectado. É muito mais difícil adoptar uma política condizente com as aspirações do povo quando se está dependente do mercado de turismo dos Estados Unidos. Cuba, por exemplo, antes da revolução, constituía o paraíso de todas as chagas sociais associadas ao turismo: prostituição, jogo e corrupção. Após a revolução, quando tudo isso foi eradicado e a ilha podia oferecer ao turista um produto mais responsável e são, acabaram as visitas de norte-americanos em consequência do bloqueio imposto pelos Estados Unidos ao governo de Fidel Castro.

As ilhas vizinhas, como a Jamaica, vieram a beneficiar deste bloqueio norte-americano a Cuba, e, na década de 60, viram aumentar os investimentos norte-americanos na indústria hoteleira local. As Bahamas também beneficiariam, chegando ao ponto de institucionalizarem o jogo a fim de oferecerem aos turistas «um produto competitivo», o que viria, no entanto, a provocar efeitos negativos sobre todos os aspectos locais da indústria.

#### Os dólares entram e voltam aos EUA

Assim, em fins da década de 60, embora recebendo investimentos de capital, as Caraíbas amoldavam-se àquilo que os Estados Unidos desejavam. Tudo se destinava a satisfazer aquilo que os norte-americanos em férias queriam ver e fazer, e não a expor os valores locais, a cultura e a hospitalidade da região. Os hotéis foram americanizados a um ponto



em que, de cada dólar gasto pelos visitantes, 34 centavos voltavam aos Estados Unidos em pagamento de alimentos e outros serviços.

A utilização de serviços locais não era encorajada, embora fosse evidentemente mais lógica e adequada ao desenvolvimento da indústria. Pior ainda, a maioria dos hotéis era propriedade de multinacionais norte-americanas, incluindo Hilton, Sheraton, Hyatt e Intercontinental.

Essas companhias, naturalmente, desejavam receber um lucro compensador sobre o capital investido, e os serviços administrativos tinham de ser remunerados. No final de contas, talvez mais de metade de cada dólar do turismo voltava aos Estados Unidos. Os países das Caraíbas recebiam apenas modestas taxas, e os trabalhadores locais, quase todos empregados como mão-de-obra não qualificada, auferiam salários insignificantes.

#### Novas orientações políticas

Na década de 70, o turismo na região tomou novo impulso. Os países maiores eram agora quase todos independentes, e alguns deles procuraram oferecer um produto diferente, sob uma nova orientação política com ênfase na auto-suficiência. A Jamaica foi o principal exemplo desse novo estado de coisas.

Houve também tentativas de dar à indústria um carácter mais local. Em 1977, com o lançamento do programa «Descubra a Jamaica», 131.000 jamaicanos passaram as suas férias em locais de turismo que antes eram domínio exclusivo de estrangeiros. Esse programa teve um duplo efeito. Em meados da década de 70, a recessão norte-americana atingiu a indústria de maneira brutal, e os investidores estrangeiros começaram a abandonar o país. O governo foi forçado a agir rapidamente, comprando os hotéis para evitar que a indústria entrasse em colapso. Dessa forma, o programa «Descubra a Jamaica» teve também o condão de enviar hóspedes para hotéis que, de outra



Cidade de Willemstad, na ilha de Curaçau

forma, teriam permanecido vazios.

Essa política foi reforçada pelo plano quinquenal de 1978-82, do qual um dos objectivos era proporcionar aos jamaicanos diversões no seu próprio país. Outra meta do plano era expandir o rendimento do turismo de 134 milhões de dólares para 276 milhões.

A reacção norte-americana a essas novas directrizes foi desfavorável, e teve início o programa de desestabilização. Foi necessário lançar rápidos apelos aos mercados escandinavos e da Europa Ocidental a fim de preencher a lacuna. Isso trouxe efeitos colaterais benignos para outros territórios das Caraíbas, uma vez que um maior número de europeus passou a visitar a região, e o baixo preço dos pacotes de turismo tornava-os acessíveis e populares. A experiência da década de 70 — ou seja, o declínio da economia ocidental e as técnicas de desestabilização — mostraram até que ponto era inconveniente para a região basear o seu desenvolvimento na indústria do turismo.

#### Guinada à direita

Na década de 80, as Caraíbas de-  
frontam-se ainda com o problema de determinar qual o tipo de estratégia turística que mais lhe convém, como desenvolver a indústria em termos condizentes com os os objectivos

nacionais, oferecendo oportunidades sociais e económicas à população local.

Com o regresso ao poder de um certo número de partidos políticos conservadores e de direita, (como no caso da Jamaica) o problema parece agravar-se. Esses partidos têm implementado uma política que põe as Caraíbas de joelhos diante do poderio norte-americano.

Mini-planos Marshall contendo receitas específicas para o turismo e maior desmoralização cultural, têm sido apresentados e defendidos. Criaram-se comités presidenciais especiais, com a participação do poderoso chefe do Hotel Hilton, no momento em que o novo governo da Jamaica, liderado por Edward Seaga, afirma que a sua solução para a indústria é vender o hotel que o governo anterior comprou em nome do povo, na década de 70.

Mas, qualquer que seja o futuro, certas coisas são desde já evidentes. A esperança da indústria do turismo não está na redução da participação e aquisição locais, e sim na «indigenização» e na orientação da indústria para mercados fora dos Estados Unidos. Os governos da região devem decidir qual a sua prioridade mais importante. Promover o desenvolvimento dos seus países e ganhar dólares a qualquer custo — mesmo à custa do povo — são duas metas incompatíveis. □



## Cresce o apoio internacional

*Na sua viagem a países da África e da Europa, o presidente José Eduardo dos Santos pôde avaliar a extensão da solidariedade com o povo angolano e da repulsa aos agressores racistas da África do Sul*

Luís Rodrigues dos Santos

**A** invasão sul-africana a Angola safu do noticiário, mas isso não significa que a guerra esteja terminada. Ao sistema transnacional da comunicação não interessa informar sobre a agressão do regime racista da África do Sul pois não seria fácil ocultar a responsabilidade do governo Reagan e de alguns dos seus aliados europeus nessa aventura. Os comunicados do ministério angolano da Defesa têm mantido uma informação constante sobre a situação. O titular dessa pasta, coronel Pedalé, denunciou recentemente as reiteradas ofensivas sul-africanas, empregando não apenas infantaria mas também blindados e cavalaria, sempre precedidas de bombardeamentos aéreos e de artilharia. Na província do Cunene, a martirizada cidadê de Ngiva, tem sido um objectivo permanente dos ataques inimigos.

As destruições, não apenas de alvos militares mas de toda a infra-estrutura económica da região, mostram que os racistas sul-africanos tencionam fazer das províncias fronteiriças uma terra arrasada. Pela segunda vez, a imensa ponte sobre o rio Cunene, ao sul, foi destruída pelos bombardeamentos, depois dos mesmos sul-africanos a terem arrasado em 1975, quando tentavam impedir a independência de Angola. A sua reconstrução cus-

tou quase um milhão e meio de dólares.

O número de pessoas deslocadas das suas habitações pela guerra cresce sem cessar. Perto de 150 mil estão a ser assistidas e necessitam de tudo. Além disso, cerca de meio milhão de habitantes do sul foram afectados pela seca, ampliando a gravidade dos problemas. Uma missão da ONU, enviada ao sul de Angola, estimou em mais de 12 milhões de dólares os recursos que esse país necessita com urgência para atender a esses problemas.

### No campo diplomático

Mas, se no campo de batalha o novo exército angolano luta sem cessar pela reconquista das áreas ocupadas pelos racistas, demonstrando alta capacidade operacional e bravura, se o povo em geral realiza novos sacrifícios para manter o ritmo de desenvolvimento do país e alimentar a frente de luta, Angola lança-se, numa contra-ofensiva diplomática que se desenvolve com êxito. E dizemos contra-ofensiva, pois coube a Pretória e aos seus aliados ocidentais a iniciativa da ofensiva, deturpando as razões da guerra e dando, do conflito, uma visão muito distante da verdade.

O povo angolano tem contado nesta dura guerra com a solidariedade internacional, particularmente do campo socialista, da África e dos sectores progressistas do mundo árabe (*ver último número do cadernos do terceiro mundo*). O que se passa na África nesse campo, desde a última agressão sul-africana, é expressivo de um novo tempo.

Logo que se conheceu a extensão do ataque racista, uma intensa actividade diplomática agitou as chancelarias afro-árabes, na busca de meios de apoiar Angola. Moçambique, Argélia, Líbia, Tanzânia, e Nigéria apressaram-se a oferecer apoio militar, ponto de vista também adoptado pelos países da Linha da Frente, na recente reunião de Lagos. O presidente em exercício da Organização da Unidade Africana, o chefe de Estado do Quênia, Arap Moi, exortou as nações africanas a apoiarem militarmente Angola, pois a «agressão contra um Estado africano deve ser considerada como uma agressão a todos».

Angola não usou ainda do seu direito, reconhecido inclusive pela Carta das Nações Unidas, de reivindicar esse apoio, mas o facto em si mesmo é significativo, pois alguns dos países que defenderam essa posição tinham posições vacilantes e eram até há pouco tempo muito propensos a um diálogo com



Pretória. Isso traduz o avanço da unidade e da consciência do que é a luta contra o regime sul-africano.

### O apoio internacional

Nas Nações Unidas, Angola recebeu um apoio quase unânime e ao nível dos Países Não-Alinhados tem sido constante a reiteração dessa solidariedade.

Enfim, Angola conta com um apoio internacional muito amplo. Mesmo nos Estados Unidos, onde o governo de Reagan é o laboratório e o cérebro operacional da agressão sul-africana começa a estruturar-se um movimento de repulsa a essa política e de apoio ao povo angolano.

Recentemente, realizou-se em Nova Iorque, uma conferência que reuniu operários, comunidades religiosas, negros e latino-americanos, de apoio à luta dos povos da África Austral e de repulsa pelo *apartheid*. A assembleia, que durou três dias, teve lugar na igreja de Riverside e o presidente da mesma, Lennox Hinds, disse ser aquele «o primeiro passo para organizar ao longo de todo o país a resistência contra a política externa de Reagan e os seus efeitos na África Austral».

Esse sentimento de solidariedade foi constatado agora pelo presidente do MPLA — Partido do Trabalho e do governo de Angola, José Eduardo dos Santos, numa visita a vários países da Europa e da África. O périplo político-diplomático do chefe de Estado angolano foi saudado nesses países como um facto relevante, destinado a consolidar as relações entre os mesmos e a esclarecer, em definitivo, o que representam as agressões racistas a Angola.

Seja na Hungria, na República Democrática Alemã, na Bulgária, na Checoslováquia, o presidente José Eduardo dos Santos foi enfático em assinalar a identidade de princípios e acções na luta pela edificação do socialismo. Na Líbia, o presidente angolano formulou declarações muito importantes sobre a situação africana e os deveres da soli-



José Eduardo dos Santos recebido por François Mitterrand no Ellseu, quando da recente visita do presidente angolano a França

dariedade internacional na luta contra o racismo.

### Não bastam as intenções

«É necessário — disse o presidente José Eduardo dos Santos — que os povos africanos se unam para combater o *apartheid*. Mas não bastam as intenções. É necessária agora a acção, tanto no plano militar como no plano político e diplomático». «O governo norte-americano deve assumir as suas responsabilidades no continente africano e o que se deve apoiar na África não é o regime de Pretória. Os dias do regime da África do Sul estão contados. Os povos da África Austral que lutam pela sua libertação triunfarão» acenou o estadista angolano.

Muito significativa foi a visita do presidente José Eduardo dos Santos a Paris, onde pôs em relevo as «posições muito positivas da França em relação ao problema da libertação dos povos».

O governo Reagan está a instigar um velho projecto colonialista de instalar no sul de Angola uma espécie de Estado-tampão (ver último número de cadernos do terceiro mundo), dominado pelos grupos fantoches da UNITA e que teria o objectivo de isolar política e militarmente a Namíbia e o seu movimento de libertação e de ser um factor permanente de desestabiliza-

ção do governo revolucionário de Angola.

É evidente que Angola e nenhum Estado africano soberano podem aceitar essa implantação, mesmo ao preço da resistência armada, como ocorre presentemente na fronteira sul angolana.

O presidente José Eduardo dos Santos conhece bem, pela experiência do seu país, o preço dessa luta. Por isso mesmo o seu apelo ao governo do presidente Mitterrand para que exerça «a sua influência para favorecer uma solução adequada da grave situação reinante na África Austral, como consequência do *apartheid* e do conflito namíbio», encontrou eco não só na França mas também internacionalmente.

«Esta situação — concluiu o presidente angolano — obriga-nos à confrontação armada, porém essa confrontação é desastrosa não só para os países africanos implicados como para os países que têm investimentos nessa região. Somos favoráveis a todos os gestos que permitam uma solução pacífica», acenou.

Quase simultaneamente Sam Nujoma, presidente da SWAPO, proclamou em Nova Iorque: «A administração Reagan é o inimigo número um do povo namíbio, devido à sua colaboração com o regime racista de Pretória». □

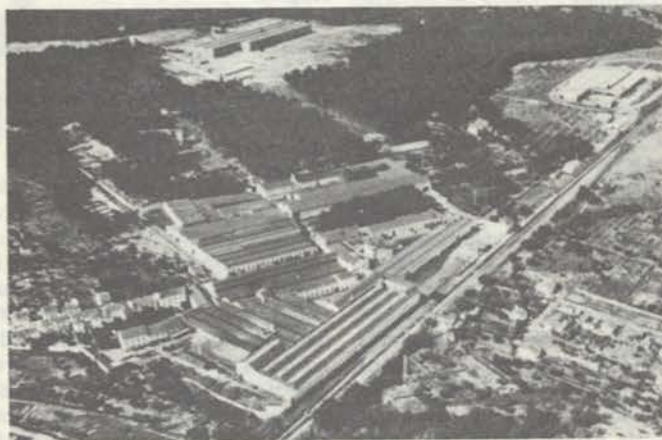


# MDF

METALÚRGICA DUARTE FERREIRA, S.A.R.L.



## está em Angola



Metalúrgica Duarte Ferreira, SARL, com sede em Tramagal, fornece máquinas agrícolas à República Popular de Angola e colabora no "Projecto Cometa" (reboques, semi-reboques, cisternas)



Metalúrgica Duarte Ferreira (Angola), SARL, com sede em Luanda, recentemente desintervencionada, prepara o seu relançamento



## A herança de Senghor

*O principal líder opositorista do Senegal mostra como o regime actual imitou Maquievel para continuar no poder*

Micaela Ramada



**A** INVASÃO da Gâmbia e a sua «unificação» (ver **cadernos do terceiro mundo** n.º 36, Agosto de 1981) com o Senegal, imposta de cima para baixo, atraíram novamente a atenção internacional sobre a política de Dakar. Senghor rodeou o Senegal de uma auréola social-democrata, definiu-se pelo socialismo e deixou um sucessor formado na sua escola. Não é

fácil conciliar esses postulados com a ocupação militar de um país vizinho para esmagar um levantamento de jovens oficiais nacionalistas com amplo apoio popular.

Mas cada dia fica mais claro que a denúncia da fachada democrática que esconderia uma espécie de ditadura institucionalizada não eram simples elucubrações de grupos

opositores a Senghor. E a partida inesperada do velho líder e poeta senegalês explica-se, assim, como uma medida destinada a evitar um previsível fracasso político.

A oposição senegalesa, submetida durante longos anos a todo o tipo de armadilhas legais e eleitorais, mesmo com essas condições adversas, demonstrou o seu vigor nas eleições de 1978, quando so-



mente a fraude e a legislação cheia de casuismos deram a vitória a Senghor. Nessa ocasião o líder individualmente mais votado foi Abdulaye Wade, secretário-geral do Partido Democrático Senegalês (PDS), um intelectual que desenvolveu intenso trabalho junto da população camponesa do país.

Quando Senghor decidiu deixar a presidência a Abdoul Diouf, Wade acusou Senghor de «dar um golpe de Estado constitucional», e comparou a situação à de Marrocos: «Lá o rei entrega o trono ao seu filho, e aqui Senghor entrega a presidência ao seu filho espiritual», afirmou Wade.

### Um processo em etapas

Numa longa conversa com **cadernos do terceiro mundo**, Wade analisou a política do seu país desde os primeiros tempos posteriores à independência, ocorrida em 1960. Naquele momento (1960-1965), foi adoptada uma Constituição pluripartidária. Porém, pouco tempo depois, Senghor dissolveu os partidos de oposição. Wade estabelece um segundo período na vida institucional do país que iria de 1965 a 1974, período este em que havia um partido único, apesar de que, constitucionalmente, houvesse a possibilidade da existência de vários partidos.

Em 1974, por motivos de ordem interna e externa, Senghor abre um terceiro período, autorizando a reorganização partidária. «O governo atravessa uma situação difícil, o Senegal havia sido o último país africano a romper relações com Israel e tinha muito má reputação no continente». «Internamente, com 95 por cento de muçulmanos, a situação tampouco lhe era favorável», afirma Wade.

Durante uma viagem a Portugal, Senghor reconhece pela primeira vez que estaria disposto a permitir a reorganização dos partidos, inclusive dos marxistas. «porque não poderiam prosperar num país muçulmano». Nessa época Wade era membro da Equipa de Especialistas Económicos da Organização da Unidade Africana (OUA), exercendo as suas funções na Somália.

Alentado pela promessa de Senghor, que o presidente senegalês reiterou numa reunião da OUA, começa a questionar a sua própria ausência do país. Decide então regressar e criar um novo partido. «Senghor considerava-me um grande intelectual, mas não acreditava que eu tivesse a capacidade de ir trabalhar junto dos camponeses».

A primeira decisão de Abdulaye Wade — conhecido no seu país pelo apelido de «Laye Bazin» — foi começar pelo trabalho junto dos camponeses e fixa-se no interior do país. Era o ano de 1974. Naquele época, já passados 14 anos sobre a data da independência, os camponeses continuavam a viver do cultivo do amendoim, vendendo toda a colheita ao governo através do Gabinete Nacional de Comercialização, criado com a finalidade de «ajudar a implantar o socialismo». «Mas o preço pago pelo amendoim mantinha-se nos níveis anteriores a 1960, apesar do aumento sofrido no preço internacional».

«Esta exploração permitiu o desenvolvimento urbano do país, embora os camponeses continuem a viver nas mesmas condições que no século XIX», assinala Wade. «Se, por causa das chuvas, ou de qualquer outro problema climático, os camponeses não podiam devolver ao governo o equivalente em grão daquilo que haviam recebido, eram presos. Começamos a denunciar esta situação pelo rádio e essa medida foi suprimida».

Outra das reivindicações camponesas que Wade conseguiu arrancar ao governo foi cessar o sistema de pagamento em vales para as compras em vez de dinheiro. Depois de insistentes denúncias a medida foi suspensa.

No meio desta campanha, chegam as eleições de 1978, para a câmara e para a presidência. Apesar da evidente popularidade do Partido Democrático Senegalês, Senghor confiava que ganharia as eleições com tranquilidade. Mas, em função da avalassadora campanha do PDS, o presidente viu-se obrigado a desenvolver uma campanha presidencial mais activa. «Pouco antes das eleições Senghor chamou-me para

perguntar o que eu pensava. 'Você está derrotado', foi a minha resposta. E Senghor comprometeu-se a aceitar os resultados. 'Se o povo não me quer, saio', foram as palavras de Senghor».

### Derrota e negociação

As eleições deram, «apesar de todas as fraudes», 48 por cento de votos para o PDS. Senghor tinha de aceitar uma segunda volta. Wade é novamente chamado pelo presidente para conversações. A proposta de Senghor era dar apenas 25 deputados ao PDS numa câmara de 100. «Fiz então apelos ao Tribunal Internacional de Justiça e a Kurt Waldheim. Tínhamos apoio popular, mas necessitávamos de uma sólida organização partidária, porque o nosso partido estava a começar, com quatro anos de vida». Wade sentiu que a correlação de forças estava a favor do governo, que poderia utilizar toda a sua máquina para defraudar ainda mais uma eventual segunda volta. «Depois de muitas reflexões aceitámos que não houvesse uma segunda volta. Mas o governo, em vez de nos dar 25 por cento dos votos, como havíamos combinado, reconheceu-nos 20 por cento (dos 48 por cento reais), o que depois, pelas leis eleitorais, traduziu-se em 18 deputados».

Além disso Senghor podia defraudar os resultados, mas conhecia bem a verdadeira situação. «Convencido de que o movimento popular era irreversível, Senghor compreende que não pode pensar em apresentar-se para outras eleições, e começa a planejar a sua saída».

Mas antes de se retirar, Senghor decide «limpar o terreno». Assim, para bloquear a evolução do PDS, estabelece por lei que poderão existir apenas três correntes políticas: a socialista, a liberal-democrática e a marxista. A lei estabelece também que o partido mais antigo escolherá em primeiro lugar qual das correntes pretende adoptar. O partido do governo, chamado União Progressista Senegalesa (UPS), escolhe a corrente socialista e muda o nome para Partido Socialista.

«Os comunistas escolhem a cor-



rente marxista e assim, quando chega a minha altura de escolher, só restava a opção liberal-democrática», afirma Wade. «Alguns sectores do partido julgavam que era a hora de se passar a outros métodos de luta. Mas eu convenci-os que tínhamos de aceitar. A lei obrigou-nos a modificar o primeiro artigo dos nossos estatutos, que definia o nosso partido como socialista. Agora tínhamos de dizer que adoptávamos a linha liberal-democrática. Se Maquiavel não tivesse existido, seria Senghor.

#### Mesa de Votos

Na «democracia» senegalesa, o artigo L-144 da lei eleitoral estabelece que o presidente da Mesa de Votos é o único que poderá exercer o controlo da votação. Como a polícia é reduzida, uns cinquenta militares saem dos quartéis no dia das eleições e ajudam os agentes. Estão todos à disposição do presidente da mesa, que admite observadores da oposição. «Mas quem protesta, vai preso», assinala o presidente do PDS.

«Outro artigo constitucional modelado segundo as necessidades do regime estabelece que, em caso de renúncia do presidente, o primeiro-ministro assumirá o cargo até completar o mandato. Quando Senghor renunciou, o poder passou automaticamente para o seu primeiro-ministro, Abdoul Diouf, até Fevereiro de 1983, quando haverá novas eleições», diz Wade, que qualifica o presidente actual como «um novo Maquiavel».

Segundo Wade, a pressão do partido do governo e a pressão popular juntaram-se ao interesse da França, que apoiou a partida de Senghor: «Giscard d'Estaing ajudou a apressar a renúncia».

Actualmente uma nova lei sobre organizações partidárias permitiu ao PDS voltar à sua verdadeira corrente ideológica. Com a reorganização, já surgiram onze partidos políticos. Entre eles foi autorizado a registar-se legalmente o Agrupamento Nacional Democrático, de Cheikh Anta Diop, que não tinha existência legal.



Abdoul Diouf, o sucessor escolhido por Senghor

«Os jovens radicais não estavam connosco. Apoiavam Diop pelas suas posições extremistas. Diziam que no dia em que o seu grupo fosse reconhecido, o nosso partido acabaria. As suas primeiras declarações públicas ao sair da ilegalidade deram num fiasco total. Diop afirmou que a crise energética seria superada com a substituição do petróleo por hidrogénio e que se devia desenvolver as línguas nativas. Essa foi toda a sua mensagem à nação». Wade assinala que o Agrupamento Nacional Democrático atravessa hoje uma crise, agravada pelo apoio de Diop à invasão senegalesa da Gâmbia. Para Wade, uma vez terminado o mito de Diop, que atraía parte da juventude, ninguém duvida no Senegal de que o Partido Democrático Senegalês é o mais importante do país. «Temos a maioria do Senegal do nosso lado», afirma.

#### A situação actual

Na opinião do presidente do Partido Democrático, há actualmente três pólos políticos no Senegal: o Partido Socialista de Abdoul Diouf, o PDS e as correntes marxistas. Os marxistas estão a colaborar com o PDS.

«Reivindicamos eleições verdadeiras. Agora ou em 1983, mas com uma nova legislação eleitoral», revela Wade.

A plataforma do PDS tem 5 pontos centrais: estabelecimento da democracia; alcançar a verdadeira independência nacional; exploração dos recursos naturais por capitais nacionais (80 por cento da indústria senegalesa está nas mãos de capitais estrangeiros); prioridade para a unidade africana; apoio incondicional a todos os movimentos de libertação.

O Partido Democrático Senegalês foi, depois da Frente de Libertação da Argélia, o segundo grupo político que reconheceu a Frente Polisario, coerente com esse último postulado.

Para Wade a situação do Senegal é crítica: «O país está endividado até ao pescoço. O parlamento pede vinte anos para pagar a dívida, mas isso equivale a uma moratória. De uma produção de um milhão de toneladas de amendoim passámos a duzentas mil toneladas. As empresas estão a fechar as portas e o desemprego aumenta cada dia.

Que pensa o exército?

O dirigente do Partido Democrático calcula que, apesar dos militares não estarem politizados, não é provável que haja um golpe de Estado. «Não há tradição de golpe no Senegal», disse.

«O exército respeitará o resultado eleitoral se nós ganharmos. Temos muitos simpatizantes na Gendarmaria».

Quando Wade acusou Senghor de dar um «golpe constitucional» ao entregar o poder a Diouf, o governo acusou-o de «fomentar um golpe de Estado». Diouf apressou-se a dizer aue não se deveria misturar os militares na política porque poderia aparecer «um tenente Rawlings». Referia-se à situação de Gana, onde o tenente Rawlings deu um golpe de Estado, derrubou o regime corrupto do general Akuffo, fuzilou todos os implicados em casos de corrupção, e convocou eleições livres.

Consultado sobre a intervenção do Senegal na Gâmbia e sobre a anexação daquele país, Abdulaye Wade respondeu que, desde 1977, quando houve eleições fraudulentas, a população da Gâmbia está frustrada, especialmente os jovens. Reconhece que os oficiais rebeldes cometeram erros (o mais grave, para Wade, foi afirmarem que implantariam a ditadura do proletariado). Mas afirma que, apesar de tudo, o golpe teve apoio popular. Condena a intervenção do Senegal e pensa que, se a união dos países é um sentimento majoritário na população senegalesa e gâmbiana, isto não pode ser imposto de cima para baixo, sem uma consulta popular sobre as formas da unificação. □



# Oposição impõe condições

*O vice-presidente do maior partido da oposição, a Liga Awami, garante que a amnistia e o fim do estado de emergência permitem a normalização política do país*

Mohamed Salem

**D**EPOIS do assassinato do presidente Ziaur Rahman (ver *cadernos do terceiro mundo* n.º 34), a fórmula encontrada para levar o país a trilhar as vias do legalismo e evitar levantamentos militares ou novas tentativas de golpe de Estado foi nomear Abdus Sattar, um magistrado de 75 anos de idade, para a Presidência da República e convocar eleições num prazo de seis meses. O prazo está prestes a cumprir-se e as eleições foram marcadas para Novembro. Se as promessas forem cumpridas, o Bangladesh poderá entrar num período de governo civil em que os partidos gozam de livre funcionamento. No caso de as promessas de redemocratização não serem respeitadas, o futuro do país — que figura entre os mais pobres do planeta — apresenta-se bastante incerto.

Apesar de as eleições não constituírem em si mesmas uma solução de fundo para a crise institucional e estrutural do Bangladesh, um pleito eleitoral com base em garantias democráticas poderá, sem contestação, propiciar uma discussão proveitosa sobre as soluções para os problemas mais angustiantes.

Para que realmente o processo democrático no Bangladesh possa ser considerado como democrático, ele deve contar com a liberdade de expressão para os partidos, e dentre

eles — obviamente — a Liga Awami.

Fundada pelo «pai da Pátria», Mujibur Rahman, proclamador, em 1971, da República Popular do Bangladesh (Bengala Livre), a Liga Awami é considerada o principal agrupamento político do país. Actualmente, o seu presidente de honra é a senhora Hasina Wased, filha de Mujibur Rahman e única sobrevivente do massacre desencadeado contra a sua família pelos militares que empreenderam o golpe de Estado de 1973 que pôs termo à experiência populista do governo da Liga Awami.

Hasina Wased esteve exilada na Índia desde a morte de seu pai, mãe e irmãos e só aceitou regressar ao Bangladesh no princípio de 1981, quando o então presidente Ziaur Rahman parecia querer encaminhar o país para a redemocratização. Até ao seu regresso, a presidência da Liga Awami (desde 1977 a Fevereiro de 1981) foi exercida por Abdul Malek Ukil, actual vice-presidente da organização, destacado militante e combatente da luta pela independência e que já desempenhou durante a sua carreira vários cargos públicos: ministro da Saúde (1972), ministro do Interior (1973-74) e presidente do Parlamento (1974-75) durante o governo do presidente Mujibur Rahman.

Entrevistado por *cadernos do terceiro mundo*, Abdul Malek Ukil afirmou que, actualmente, a meta principal da Liga Awami é a suspensão da lei de emergência, a libertação dos presos políticos e a possibilidade de apelação perante o Supremo Tribunal de Justiça para aqueles que foram condenados durante a vigência da lei marcial. Quanto às eleições, Abdul Malek afirmou-nos que o seu agrupamento político aceita o pleito eleitoral na condição de que todos os candidatos tenham iguais possibilidades e que seja actualizada a lista de votantes; durante os anos de regime militar muitos jovens alcançaram a maioria. Nas últimas eleições havia 40 milhões de votantes inscritos (a população total do país é de 81 milhões).

De todas essas reivindicações, a mais difícil de ser posta em prática talvez seja a da igualdade de condições para todos os candidatos. O Bangladesh tem apenas 7% de população urbana. A maior parte dos habitantes (85%) são camponeses, espalhados por todo o país numas 68 mil aldeias. Os candidatos do oficialismo gozam de todas as facilidades de acesso aos meios de comunicação, particularmente na rádio e na televisão — importante pelo alto índice de analfabetismo (75%) — e dispõem ainda de pequenos aviões e helicópteros para se deslocarem pelo interior do país.

Realista e experiente, Malek não aspira sequer a gozar do privilégio da utilização dos aviões e helicópteros. «Mas exigimos, no mínimo, igualdade no uso da rádio, da televisão e dos quatro jornais do país, todos eles nas mãos do governo. Sem esse requisito negamo-nos a participar nas eleições, e com isso se desvirtuará completamente o projecto do governo, que é mudar a cara de um regime desgastado», afirma Malek.

### Tirar lições do passado

A Liga Awami defende o parla-



mentarismo para o Bangladesh. Na sua interpretação, a instabilidade política do país — que já lhe custou a vida de dois presidentes — deriva da concentração de poderes. O Presidente é simultaneamente chefe de Estado, chefe de governo e presidente de um partido.

«Temos que tirar lições do passado. Já pagámos um alto preço pela concentração do poder. Temos que transferir poderes para o Parlamento. Necessitamos de um Poder Legislativo com capacidade de julgar politicamente o Presidente (com capacidade de *impeachment*) e que possa ainda nomear os ministros. A supremacia do Parlamento é a supremacia do povo. O Poder Judicial tem também que ser independente, e não subserviente, como até agora, do Executivo. As penas de morte, por exemplo, teriam que ir ao Supremo Tribunal de Justiça para serem ou não ratificadas».

A Liga Awami é um partido basicamente nacionalista, e durante o seu governo o socialismo era uma meta estabelecida na Constituição.

«Possui boas relações com o mundo socialista, identifica-se com o Movimento Não-Alinhado e, internamente, estabeleceu uma aliança com o Partido Comunista (na clandestinidade) e com pequenos grupos marxistas. Durante os anos do seu governo foram nacionalizadas as grandes indústrias e os bancos.

Interrogado sobre uma eventual aliança eleitoral da oposição para concorrer com candidatos únicos ao pleito eleitoral, Malek afirmou que trabalhar em conjunto tem caminhar muito bem nos últimos três anos, e que há possibilidades de se chegar a uma posição de unidade em relação aos candidatos. Os grupos libertistas e alguns agrupamentos marxistas não fazem parte da aliança.

Para o vice-presidente da Liga Awami, uma das características mais importantes do seu partido é a obrigatoriedade do trabalho de massas para todo o militante. «Os membros do partido devem desenvolver um trabalho de massas, seja qual for a sua responsabilidade in-



Ziaur Rahman, o ex-presidente assassinado

terna e o tempo que lhe possam dedicar.»

A Liga Awami tem uma organização de camponeses e outras de mulheres, juventude e estudantes, e tem representantes legais nos sindicatos. As principais definições do partido são: 1) secularismo (muito importante num país onde o peso da religião muçulmana imprime características próprias à vida política); 2) nacionalismo; 3) socialismo; 4) democracia. («Mas democracia popular, não a democracia dos exploradores», afirma Malek).

### O Exército e as eleições

Consultado sobre a reacção do Exército às exigências eleitorais da Liga Awami e diante da eventualidade de uma vitória da oposição, Abdul Malek afirmou: «Na minha opinião pessoal, não haveria razão para que os militares convocassem eleições e depois não respeitassem os resultados. Já temos dois presidentes assassinados. Eles respeitarão o mandato popular, isto é, adotarão uma atitude de neutralidade. Creio que sentem necessidade de voltar às suas funções normais, à defesa da soberania nacional.

Sabem que a estabilidade política é necessária para a ajuda externa.

Setenta por cento do programa de desenvolvimento do nosso país (plano quinquenal) depende da ajuda externa. Apenas 30% provém de capital nacional.»

Por outro lado, a situação do país é explosiva. O custo de vida aumentou 400% nos últimos anos (1975-80). Segundo dados do Banco Mundial, o Produto Nacional Bruto (*per capita*) não aumentou nos últimos anos. Os camponeses sem terra e sem casa passaram de 40% em 1975 a 60% em 1980. «No campo da educação as cifras são também alarmantes: permanece estático o número de alunos, o que na verdade significa um retrocesso, dado o aumento populacional. Por outro lado, o desemprego está a aumentar.»

«Nós estabelecemos no nosso programa — disse Malek — a educação primária gratuita e obrigatória (actualmente não é obrigatória) e a reforma agrária: toda a terra deverá ser cultivada, por indivíduos ou por cooperativas. As terras improdutivas serão expropriadas para serem postas a produzir. Os cultivos serão orientados através de subsídios. Daremos subsídios máximos para fertilizantes, sementes, irrigação e maquinarias.»

Sobre a política regional e as relações com os Estados vizinhos, aquele dirigente afirmou que o seu partido mantém boas relações com a Índia. «Não podemos ter más relações com um vizinho tão poderoso, mas estas baseiam-se no respeito mútuo. A Índia alimentou e deu protecção a 10 milhões de bengaleses que procuraram refúgio naquele território durante a guerra de libertação, tendo criado um imposto especial para poder enfrentar a situação. E esse é um dado que não podemos esquecer.»

Sobre outro grande Estado da região, a China, afirmou Malek: «Actualmente é muito difícil separar a política chinesa da norte-americana. A posição chinesa é muito clara quanto ao Kampuchea, Vietname e Paquistão; concluir que ela faz o jogo dos Estados Unidos vai um passo».



## A energia, eixo do conflito Norte-Sul

*Os países do Terceiro Mundo sabem que existe tecnologia barata para resolver a crise. Só que ela está nas mãos das empresas transnacionais e custa mais caro que o petróleo*



Os países pobres têm muito sol, mas falta de dinheiro para o aproveitar. Na foto, um exemplo desse aproveitamento, a central térmica solar de Acaba, na Jordânia

**A**PÓS a celebração da Primeira Conferência Mundial sobre Energia, realizada pelas Nações Unidas, surgiram interpretações contraditórias sobre os resultados da reunião. Para alguns representantes do Terceiro Mundo, como o presidente do Grupo dos 77, a Conferência foi um êxito porque resultou na aprovação de «um documento histórico». Para outros, no entanto, ela foi um fracasso categórico, já que os Estados Unidos conseguiram impôr a sua vontade nos assuntos que lhes interessavam, sem ter empenhado a sua participação financeira nos projectos aprovados.

Como sempre acontece, a Conferência teve, na realidade, tanto aspectos positivos como negativos. Mas as omissões verificadas acaba-

ram por deixar uma margem muito escassa de optimismo. Senão vejamos:

— Em primeiro lugar, a Conferência não chegou a discutir a questão energética de uma forma global. Como não há acordo entre os países industrializados e os membros da OPEP sobre o petróleo e a cooperação com o Terceiro Mundo, as Nações Unidas não estão em condições para convocar uma conferência capaz de discutir sobre todos os aspectos da questão energética, incluindo o petróleo. Por esta razão, optou-se por um debate parcial, realizado durante a «Conferência sobre as fontes de energia novas e renováveis», em Agosto, em Nairobi. Parcial, porque estas fontes renováveis representam no momento ape-

nas 15 % da energia consumida no mundo inteiro.

— Em segundo lugar, os Estados Unidos e os países que o acompanham impediram que fosse aprovada a criação de uma filial do Banco Mundial dedicada especificamente à energia. É evidente que sem um organismo especializado e de carácter multilateral, não é possível financiar os projectos que a Conferência Mundial de Energia aprovou.

Como resultado destas posições antagónicas, chegou-se a uma solução de compromisso: foi criado um comité intergovernamental que se reunirá uma única vez em 1982 e que deverá apresentar um relatório ao Secretário-Geral da ONU. Não haverá portanto um organismo, mas



um uma nova instância para a concretização dos resultados da reunião de Nairobi.

O documento aprovado consiste num «Programa de Acção» que, tomando como base as novas fontes alternativas, enumera as fórmulas que deveriam ser postas em prática nas nações subdesenvolvidas para que elas passassem a depender menos dos suprimentos de petróleo. Trata-se de uma transição para a era do pós-petróleo. O facto de a comunidade mundial ter conseguido este tipo de consenso é evidentemente algo de grande importância.

Mas como não tem havido nenhum empenho concreto para o financiamento deste programa de transição, surgem dúvidas se as metas estabelecidas poderão ser atingidas. Afirmou-se no texto que serão necessários 54 mil milhões de dólares para o desenvolvimento de fontes alternativas no Terceiro Mundo, até ao fim do século. Mas não sabemos quando e quem dará as contribuições necessárias. Houve países que anunciaram contribuições adicionais neste sentido, mas a ausência de compromissos de outros países, especialmente dos Estados Unidos, deixa por enquanto o futuro deste ambicioso programa na base apenas das intenções.

Os esforços para que sejam conseguidas fontes alternativas ao petróleo já vêm sendo feitos há alguns anos, mas foram intensificados depois de os combustíveis à base de hidrocarbonetos terem vindo a aumentar de preço desde 1972. O encarecimento do petróleo fez com que as pesquisas sobre produtos substitutos passassem a ser rentáveis.

Os países industrializados e as empresas petrolíferas transnacionais lançaram-se então numa corrida para se apossarem dos substitutos do petróleo. Os governos adoptaram medidas para economizar as suas reservas, enquanto realizavam grandes investimentos no carvão e na energia nuclear.

Segundo os programas elaborados pelos governos membros da Agência Internacional de Energia



A lenha é ainda utilizada como fonte de energia básica para a cozinha e o aquecimento doméstico por quase metade da população mundial. Na foto, guerrilheiros saharais preparam chá e aquecem-se na noite do deserto

(AIE) — integrada por países industrializados capitalistas e contrários à OPEP — a produção de carvão deverá ser triplicada e a de energia nuclear deverá ser quintuplicada até ao final deste século.

Quanto às maiores empresas petrolíferas transnacionais, os seus lucros multiplicaram-se desde 1972, como consequência dos sucessivos aumentos dos combustíveis. Estas transnacionais são, de longe, o sector de negócios que maiores lucros apresentou nos últimos oito anos. Em 1979 elas conseguiram o seu melhor índice de vendas e lucros. Em 80 este índice foi ainda melhorado, com uma média de 25 % a mais nos lucros.

Uma parte desses excedentes multimilionários foi investida na compra de reservas carboníferas e no desenvolvimento das fontes alternativas mais rentáveis. No caso da energia solar, as companhias petrolíferas já controlam nos Estados Unidos mais de 80 % da produção de células fotovoltaicas, o meio mais vantajoso de transformar a luz solar em energia. Ao mesmo tempo, absorvem quase a totalidade das verbas (em 79, foram 500 milhões de dólares) que o Estado norte-ame-

ricano dedica à pesquisa e à tecnologia.

Esta enorme disponibilidade financeira está a fazer com que um pequeno grupo de empresas meramente petrolíferas se esteja a transformar em grandes transnacionais da energia. Este fenómeno reveste-se da maior importância. Durante todo este século, essas empresas petrolíferas mantiveram o Terceiro Mundo e o próprio Ocidente numa situação de dependência quase total em relação ao petróleo. Agora, ao aproximar-se o século XXI, elas possivelmente virão a tornar-se ainda mais fortes, controlando as principais e mais lucrativas actividades energéticas, ampliando o domínio das transnacionais sobre os países subdesenvolvidos.

O Terceiro Mundo, que não possui petróleo, consome hoje uma energia muito cara e numa quantidade muito inferior às suas reais necessidades. Um habitante do Primeiro Mundo consome em média dez vezes mais energia do que um do Terceiro Mundo. A Índia tem que utilizar um terço do valor de todas as suas exportações só para pagar o petróleo que importa. No caso do Brasil e da Turquia este total sobe



para 40 e 60 %, respectivamente.

Um dos indicadores mais claros dessa grave situação foi ilustrado da seguinte maneira pelas organizações não governamentais em Nairobi: hoje, necessita-se de 250 % mais de juta, 180 % mais de açúcar e 101 % mais de cobre que em 1975, para comprar um barril de petróleo.

O que foi dito anteriormente, juntamente com a curva ascendente das reservas petrolíferas, exige que os países do Terceiro Mundo passem a procurar os seus suprimentos em outras fontes além do petróleo, sob pena de ficarem sem energia num futuro muito próximo.

Esta ameaça já começa a aparecer em alguns países mais atrasados. Se levamos em conta que quase metade da população mundial usa a lenha como fonte de energia básica para a cozinha e o aquecimento doméstico e que 4/5 dos habitantes dos países pobres dependem totalmente da lenha e do carvão, pode-se verificar facilmente a importância enorme que a madeira adquire na economia destas nações.

E parece uma cruel ironia que neste mundo de constantes avanços tecnológicos, com recursos crescentes para ampliar o reflorestamento, a desertificação não pare de crescer. Os especialistas afirmam que ao ritmo actual um terço das florestas estará destruído em 20 anos, e que o total de pessoas que não têm lenha para cozinhar e aquecer-se, passará de 90 milhões para 140 no final do século.

Se encararmos este assunto a nível global, teremos uma pirâmide em cujo vértice se encontram os países capitalistas industrializados desperdiçando uma energia que representa 75 % das reservas mundiais, além de se apropriarem dos substitutos do petróleo e monopolizarem os recursos financeiros disponíveis. Na base da pirâmide encontra-se o Terceiro Mundo, com dificuldades crescentes para ter até mesmo acesso a fontes primárias de energia como a lenha, impossibilitado de pagar os altos preços do petróleo e tendo pela frente um futuro totalmente incerto.

Este quadro dramático não é, como frequentemente se pretende

fazer crer, uma fatalidade da natureza. Ele é o resultado directo da exploração capitalista e do intercâmbio desigual entre o Ocidente e o Terceiro Mundo. A verdade é que a Terra conta com recursos abundantes e bastaria distribuí-los com equidade para que os problemas de carência fossem resolvidos. Mas para que esta afirmação não seja apodada de lírica, vejamos outros dados.

O Terceiro Mundo utiliza menos de dez por cento do seu potencial hidroeléctrico, que é uma fonte renovável. Outro exemplo: o Terceiro Mundo é a zona mais rica do planeta em potencial de energia solar, uma energia que em vez de ser usada para o progresso está a provocar a desertificação. O sol é outra fonte não esgotável.

O assunto é, portanto, basicamente financeiro. Os países do Terceiro Mundo não têm à sua disposição os recursos financeiros necessários para investir na construção de barragens e no reflorestamento, para não falar de reactores nucleares e painéis solares. Por essa razão, a responsabilidade recai sobre os governos que dispõem de excedentes financeiros, mas que se recusam a colocá-los nos programas e projectos nacionais e internacionais destinados a superar o subdesenvolvimento.

São responsáveis com nome e sobrenome. Uns são os governos membros da OPEP, com grandes excedentes de petróleo, que, salvo raras excepções, negam contribuições à luta contra a pobreza. E não serve de desculpa que não haja um acordo na comunidade internacional entre eles e os países ricos. Se a cooperação multilateral é preferível à bilateral, quando a primeira não é possível, a vontade solidária real torna facilmente possível a utilização da segunda.

E é fácil comprovar que nem uma nem outra estão à altura das necessidades actuais do Terceiro Mundo. Maior ainda é a responsabilidade dos governos de países industrializados, excepto a minoria de nações que cumpre com as percentagens de ajuda estabelecidas pela ONU e que

se mostra disposta a contribuições adicionais, como aconteceu durante a conferência de Nairobi. A responsabilidade é maior não só porque são países ricos, mas também porque são os que têm a tecnologia e os especialistas apropriados.

Mas há ainda uma agravante na postura dos Estados Unidos. Assim como no geral, o governo do presidente Reagan favorece a expansão das empresas transnacionais em detrimento da cooperação multilateral, e no caso crítico da energia ele pretende reforçar o papel destas mesmas empresas. Trata-se de um despropósito, porque se de um lado existe a tecnologia barata ao alcance dos países pobres, de outro, esta tecnologia não é produzida pelas transnacionais simplesmente porque não dá lucros elevados. Por isso, somente à margem dessas empresas é que se poderia encontrar a solução para programas energéticos cruciais para o Terceiro Mundo.

E além disso, o reforço das empresas traria consigo uma maior concentração financeira, aumento de dependência e trocas desiguais. Justamente aquilo que o governo de Reagan está procurando, com o objectivo de que sejam garantidos os instrumentos de exploração e de dependência impostos aos países subdesenvolvidos.

Esse condicionamento foi um dos elementos que pesou na concessão de fundos ao programa de acção de Nairobi. Nos problemas do mundo moderno, e em particular na dramática questão da energia, esse pequeno grupo de empresas transnacionais empenha-se na manutenção dos *status quo* para maximizar os seus ganhos financeiros e obstruir soluções que não passem pelos seus próprios canais.

O presidente Reagan, partidário de um armamentismo que lhe garante uma superioridade esmagadora sobre o campo socialista no plano militar, erigiu-se num implacável defensor dos interesses transnacionais, dentro do seu projecto global de recuperar a hegemonia mundial para os Estados Unidos. Trata-se da insensatez mais perigosa desde o pós-guerra. Pablo Picentini



## Cimeira de Cancun: muita parra, pouca uva

*Mais do que resultados imediatos, a Cimeira produziu algumas perspectivas para o diálogo futuro*



A tão falada «cimeira» de Cancun, que durante dois dias, reuniu 22 chefes de Estado e de governo de oito Estados industrializados capitalistas, e de 14 em vias de desenvolvimento, saldou-se por um fracasso, se tivermos em conta os seus propósitos iniciais, ou por um semi-êxito, se encararmos as coisas do ponto de vista das possibilidades de diálogo que proporcionou.

Oficialmente denominada de reunião sobre Cooperação e Desenvolvimento, a «cimeira» ficou a ser conhecida pelo local — uma pequena ilha da costa sueste do México, nos Caraíbas — onde decorreu.

Esperava-se que da reunião saísse um acordo histórico, a partir do qual fosse possível encarar com optimismo a magna questão das relações Norte-Sul, isto é, a criação de con-

dições capazes de fazerem diminuir o fosso existente entre as nações em vias de desenvolvimento e os Estados industrializados.

A reunião, co-presidida pelo presidente mexicano, Lopez Portillo, e pelo primeiro-ministro do Canadá, Pierre Trudeau, terminou sem um acordo. O documento final, redigido pelos dois co-presidentes, representa, de certo modo, um consenso, mas não foi sujeito a qualquer



**Ainda está a tempo de adquirir os números anteriores do I VOLUME de "Africa"...**

## Africa<sup>7</sup>

LITERATURA-ARTE E CULTURA



## Africa<sup>8</sup>

LITERATURA-ARTE E CULTURA



## Africa<sup>9</sup>

LITERATURA-ARTE E CULTURA



**Se os não encontrar na sua livraria peça-os directamente a**  
**ÁFRICA EDITORA**  
**Av. Principal, Miraflores,**  
**Lote 117, Loja 6 - ALGÉS**  
**1495 Lisboa**

tipo de aprovação, sendo mais um texto segundo o critério dos seus relatores do que propriamente a fórmula de conclusões alcançadas pelos 22 participantes.

### Resultados, só aparentes

Segundo o documento, os participantes mostraram-se muito satisfeitos pelo facto de o diálogo Norte-Sul se ter reatado após três anos de estagnação. Os 22 participantes decidiram que se avançasse para o reatamento das negociações globais, no marco da ONU, sobre problemas de alimentos, comércio, energia, finanças e outros.

Neste último aspecto há um aparente progresso, pois os EUA e os seus aliados têm-se oposto sistematicamente a este tipo de negociações que lhes impedem o cerceamento da liberdade dos países economicamente débeis, que eles manobram a seu bel prazer nos organismos especializados, como, por exemplo, o FMI, o Banco Mundial e o GATT.

De acordo com o documento Portillo-Trudeau, a AG da ONU deverá convocar uma conferência sobre negociações globais na cooperação económica internacional para o desenvolvimento, conferência essa que deverá ter participação universal e ao mais alto nível político possível.

Mas de que servirá tudo isto, se, apesar da cautelosa moderação utilizada por Reagan, este e a sua aliada, Margaret Thatcher, deixaram bem claro em Cancun que não estão dispostos a avançar nesses terrenos? Com efeito, os documentos apresentados por escrito no início e no final da reunião pelo presidente dos EUA deixaram bem evidente que Washington colocará sempre os seus interesses estratégicos com prioridade sobre todos os outros problemas do diálogo Norte-Sul, enquanto a primeira-ministra britânica disse expressamente que não estava bem especificado o que devia entender-se por «negociações globais».

Um dos grandes animadores da realização desta conferência, o antigo chanceler oeste-alemão, Willy Brandt, mostrou-se decepcionado

com os seus resultados, salientando como aspectos positivos da «cimeira» de Cancun os seguintes: 1 — que as negociações globais se escrevam agora com maiúscula e que se tenha concordado em princípio com a sua realização no âmbito da ONU; 2 — que se tenha reconhecido a necessidade de promover a produção de alimentos nos países com capacidade para tanto e de reservar as exportações alimentares dos países industrializados para situações de emergência; 3 — que se tenha mostrado o desejo de iniciar um diálogo energético a nível mundial, com a participação dos países produtores de petróleo, e 4 — que se tenha recomendado a criação de uma filial do Banco Mundial consagrada ao problema.

### Dinheiro mal gasto

Por sua vez, a oposição mexicana considerou que os oito milhões de dólares e os 18 meses de trabalho intenso que esta reunião custou ao México foram despendidos quase em pura perda. A maioria dos dirigentes oposicionistas concordou em condenar os EUA, responsabilizando-os pela indefinição dos resultados, derivada da sua intransigência e atitude negativa face à problemática Norte-Sul.

O comentarista económico da IPS, Chakravarthi Raghavan, referia que «muitos observadores de Genebra estão convencidos de que a cimeira não alcançou nada de substancial para levar por diante as negociações globais, remetendo-as novamente à ONU (onde já se encontram) para discutir sobre problemas processuais e a agenda e para recomeçar, a partir do ponto morto onde ficaram desde o final da sessão especial de 1980». E o comentarista lembra que já em 1979 os EUA aceitaram o princípio das negociações globais sem que nada de concreto daí resultasse.

Em suma, após Cancun, podemos dizer como no final de tantas outras reuniões internacionais em torno das quais se geram grandes expectativas — muita parra, pouca uva. □



## Explosão demográfica: arma dos povos subdesenvolvidos

Uma das manobras que o imperialismo utiliza contra os países subdesenvolvidos, a fim de mantê-los subjugados, é, simultaneamente, o controlo dos nascimentos e a esterilização em massa das populações. Por este processo — muitas vezes feito sem conhecimento do povo, como acontece na Bolívia, e com o apoio dos governos locais — pensa ele espoletar a «bomba artesanal de grande potência» dos povos subdesenvolvidos: a explosão demográfica.

Neste artigo, o autor aponta as causas e as consequências do elevado índice de natalidade que se verifica nos países do Terceiro Mundo e desmitifica algumas ideias que servem de base à política do controlo maciço dos nascimentos.

De facto, com a libertação das forças produtivas e a sua utilização científica, o homem, factor fundamental, produz mais do que aquilo que consome. A pílula não mata a fome. Pelo contrário. Alimenta-a.

Hugo de Menezes \*



CONCEIÇÃO... 35 anos, aldeia Z... Procura-nos em Luanda. Tem marido desde os 18 anos, e há seis anos que não engravida. Grávida oito vezes. Quatro abortos (não provocados) e um recém-nascido, morto por tétano. Dois filhos morreram por diarreia (um aos oito meses; outro aos

dois anos). Resta-lhe um filho, que está nas FAPLA. O casal procura desesperadamente mais filhos. Conceição fez numerosos tratamentos na terra, sem qualquer resultado. Camponês como ela, o marido, de

\* Médico angolano, director do Hospital Josina Machel de Luanda

44 anos, atribui-lhe a causa desta desgraça que pesa sobre a família. Quer deixá-la no que é apoiado pelos familiares.

Contudo, a camarada Rosa, activista da OMA (Organização da Mulher Angolana), dissera-lhe que «a culpa podia muito bem ser dele»; que em cada dez casos como este,





três ou quatro são «por causa do homem, ainda que este pareça ser forte»; que viesse a Luanda consultar o médico.

E foi por isso que conhecemos a camarada Conceição; vinha de longe, da sua aldeia. Depois de alguns exames, tivemos que dizer-lhe que estava estéril, devido a numerosas infecções de que sofrera, e sem tratamento. Não poderá ter mais filhos. Nunca mais...

E sugerimos que o marido viesse também a Luanda, a fim de ser observado. Na verdade, a camarada Rosa podia ter uma parte de razão.

Madalena... 28 anos, camponesa. Sete vezes grávida. Seis filhos, dos quais morreram três, o último com dois meses, na semana anterior à consulta.

Tem uma insuficiência cardíaca. A sua saúde tornou-se ainda mais precária desde a última gravidez, que já foi difícil. Receia ter mais filhos. O marido foi por nós alertado dos riscos que correria a camarada Madalena em caso de nova gravidez. «Para ganhar mais um filho... perderá a mulher» — dissemos-lhe. E ambos aceitaram a nossa sugestão de aplicação de um esterilite, na maternidade, onde, afinal, a Madalena não foi.

Passados dez meses, procurou-nos de novo... porque a criança não mexia... Grávida de seis meses, queixava-se de falta de ar e estava toda inchada.

Demasiado tarde, para mãe e filho. E para o pai.

Milhões, dezenas de milhões de casos como este se multiplicam por toda a Angola, por todas as Angolas de África.

#### Uma forma de resistência

«Os africanos gostam de ter muitos filhos. Daí, a miséria em que vivem»...

«A mulher africana é, para o homem, um instrumento de produção e de reprodução»...

«A libertação da mulher africana só será possível, quando deixar de ser a chocadeira da casa. Ela deve defender-se com a pílula»...

Estes e outros conceitos, que andam no ar e nas mentes de muitos, resultam de uma análise incorrecta e preconceituosa da sociedade africana na etapa actual, análise eivada de concepções burguesas, quando não camuflam desígnios imperialistas.

Com efeito, ter filhos, não constitui um «desejo do homem», em África. É uma preocupação, uma

necessidade instintiva até, do casal assegurar a continuidade da família permanentemente ameaçada.

Num processo multimilenário de gerações, processo de luta-adaptação quotidiana às condições de um meio ambiente hostil, agravadas pela acção colonial, gerou-se um complexo psicossomático de adaptação-compensação, obviamente não exclusivo do homem, nem do casal, mas colectivo, dizendo respeito a toda a família, a toda a comunidade. Ver a mulher africana dissociada do homem ou em luta com ele, ver nela o ser frágil a defender e proteger da fúria sexual do macho, mais do que insulto — é provocação infantil.

Não nos esqueçamos que o planeamento familiar nos países capitalistas desenvolvidos, é um método largamente praticado pelas classes dominantes com vista ao «conforto do lar, à conservação estética da mulher, a assegurar uma boa educação aos poucos filhos», isto é, com vista a assegurar a preservação dos privilégios de classe.

Quanto às classes exploradas dos países capitalistas ocidentais, o planeamento é-lhes imposto pela cintura de fome e pelo espectro da insegurança e da instabilidade social, sempre presentes, não considerando já o impacto da gravidez na vida quotidiana da trabalhadora, numa sociedade em que a igualdade de direitos e independência da mulher são apenas concebidas em termos de produção-productividade.

Mas ali, até para as classes mais exploradas, estão reunidas condições mínimas de sobrevivência. Não está em causa a continuidade da família. Esta não corre o risco quase imediato de extinção. Ali não se põe quotidianamente o problema dramático da mãe, do pai, dos filhos ou do feto, o problema da sobrevivência; põe-se, sim, o da sobrevalência, o de viver com mais decência, viver melhor. Há uma possibilidade de escolha, de opção. Podem não apenas controlar os nascimentos, mas inclusive programá-los; podem prever o crescimento e a evolução dos filhos por forma quase matemática. E sabem que, em mais de 90 % dos casos, nenhum filho morrerá por té-





**nosso petróleo  
onde  
é necessário...**


Sociedade Nacional  
de Combustível de Angola



**ONANGOL**

rua duarte pacheco pereira, 8  
c.p. 1316 · Luanda  
telex 3148 3260





*Os diamantes  
de Angola  
são mais  
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo  
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola



tano umbilical aos quinze dias, nem outro aos dois meses ou aos dois anos por gastro-enterite ou sarampo, ou aos dez anos por paludismo. E sabem mais: os próprios pais sabem que não morrerão antes dos 60 anos, que poderão ver netos, ou mesmo bisnetos. E estão seguros de que nada lhes sucederá, nem a morte prematura nem a esterilidade, e que poderão programar tranquilamente nascimentos dos filhos, e assegurar a descendência pelos séculos fora!

Nos países subdesenvolvidos, sobretudo nos países africanos, a situação é inversa. Existe um estado de emergência, em que a tentativa de multiplicação acelerada não é mais do que uma fórmula de sobrevivência da família, uma resposta natural e imediata à mortalidade elevada (de crianças e de progenitores), uma das formas de resistência das classes exploradas.

O processo de libertação nacional que irresistivelmente se opera na face não iluminada, mas incandescente, deste outro planeta a que se chama «Terceiro Mundo», as transformações já operadas no meio ambiente de alguns países deste, pelas medidas tomadas, ainda que titubeantes — combate a grandes epidemias e epidemias através de campanhas de vacinação em massa, com imediata inflexão nos índices de mortalidade infantil; combate às secas e inundações; fornecimento de água potável às populações das áreas rurais e suburbanas — produziu já diversas explosões demográficas. Este é um factor muito importante na rotura irreversível do precário equilíbrio existente entre as classes dominantes e dominadas, entre parasitas e hospedeiro. A explosão demográfica, bomba artesanal de grande potência dos subdesenvolvidos, rompe, em definitivo, este equilíbrio, em nosso favor, e eleva ao seu maior expoente as contradições do sistema capitalista de exploração. Mais umas gotas de teoria revolucionária... e o vaso transbordará!

É pois mais uma arma na luta de classes, na luta de libertação nacional, poderoso elemento catalisador do processo revolucionário (factor

qualitativo) e um factor decisivo na reconstrução nacional (factor quantitativo).

As classes dominantes, sobretudo nas áreas de exploração colonialista e neocolonialista, têm pavor à «maré humana». Importa-lhes manter o equilíbrio humano quantitativo conseguido, para não perderem a hegemonia que lhes advem do factor qualitativo. Os cataclismos naturais, a fome, a imposição de regimes alimentares estrangeiros trunçados e deficitários, as secas, as grandes epidemias, o elevado índice de mortalidade infantil, a baixa esperança de vida, a esterilidade, o obscurantismo cientificamente programado, as guerras fratricidas, os traumatismos psíquicos, enfim, todos os factores de depauperamento das populações, ao abrigo dos quais se encontram quase sempre as classes dominantes (factores por elas por vezes desencadeados ou por elas sempre consentidos) constituem, pois, os seus aliados naturais.

As «marés humanas» de famintos e de desempregados são incontroláveis, levam fatalmente às grandes vagas de reivindicações, às contestações, às greves, aos vendavais, à subversão do *status-quo*. Daí a preocupação e a precipitação de gover-

nos de países capitalistas, sobretudo dos Estados Unidos, quanto ao «espectro da fome» que pairaria sobre as populações da América Latina e do Norte de África, resultante da explosão demográfica operada nestas regiões. Daí, a pressa com que despacharam para estas regiões grandes exércitos armados desta vez não de bazookas (nem de pão ou leite nem enxadas ou charruas), mas de pílulas anticoncepcionais e de técnicos de esterilização em massa. A pílula seria, certamente, o pão para todos e a liberdade para a mulher. Mas esta operação fracassa por razões evidentes, pois a pílula, em clima tropical, apenas se conserva em alguns ambientes climatizados...

As populações, sobretudo as do campo, as mais expostas às agressões do meio ambiente, as mais exploradas, recusam firmemente qualquer tipo de contracepção, por vezes até recomendada pelo médico em casos de incompatibilidade. Têm a noção intuitiva de que fome e miséria não são o corolário tácito da explosão demográfica.

A Lei de Malthus só é verdadeira para sistemas de exploração capitalista. □



**A natalidade elevada nos países pobres é uma resposta imediata às altas taxas de mortalidade**



Chile:

## Pascal Allende revela reaproximação MIR/PCC

□ Andres Pascal Allende, principal dirigente do Movimento de Esquerda Revolucionária do Chile (MIR) rompeu em Outubro um longo silêncio de quase sete anos para conceder uma entrevista na clandestinidade à revista mexicana Por Esto. O sobrinho do falecido presidente Salvador Allende conversou com os jornalistas numa base guerrilheira secreta, em território chileno.



Pascal Allende

Pascal Allende disse a Por Esto que «os partidos da esquerda chilena acham necessário empregar todas as formas de luta para combater o regime ditatorial» e sublinhou que «entre as formas de luta, a rebelião armada é um recurso legítimo, que não deve ser posto de lado».

Na entrevista aos jornalistas mexicanos, o dirigente do MIR revelou que oito partidos da esquerda chilena encontram-se num adiantado estágio de «convergência política», tendo realizado já duas reuniões no exterior para acertar uma plataforma comum de luta. A primeira reunião foi em Dezembro de 1980 em Havana, e a outra em Setembro último, na capital mexicana.

Ele deu importância especial à reaproximação do MIR com o Partido Comunista Chileno. No passado, as duas organizações tiveram ásperas divergências, mas agora Pascal Allende afirma que o «PC e o MIR são os porta-vozes mais directos dos sentimentos unitários e combativos das organizações populares chilenas».

A reportagem publicada pela revista Por Esto mostra fotografias de Allende dentro do acampamento guerrilheiro do MIR e também grupos armados que pertencem às milícias do movimento. No dia 23 de Setembro, o governo chileno admitiu a existência de focos insurreccionais na província de Valdivia, no sul do país, ao anunciar um combate entre guerrilheiros e soldados do Exército.

Andres Pascal Allende regressou clandestinamente ao Chile em 1974, depois da morte do dirigente máximo do MIR, Miguel Enriquez num confronto com o Exército. Além de dirigir o MIR, Allende comanda também as milícias de resistência popular, o braço armado do Movimento de Esquerda Revolucionária.

## O embaixador quer limpar o pátio

□ O embaixador dos EUA no Panamá, Ambler Moss, proferiu um discurso no Club Rotário da capital daquele país centro-americano, no qual declarou que Washington «precisa de limpar o pátio». A palavra «pátio» significava, pura e simplesmente, a América Central... E a «limpeza» dizia respeito à chamada «influência soviética» na zona. Para não deixar dúvidas quanto ao sentido das suas palavras, Moss esclareceu que os países centro-americanos não devem receber qualquer ajuda do campo socialista, insurgindo-se mesmo contra o facto de haver estudantes com bolsas de estudo que adquirem preparação profissional em Estados socialistas. A esquerda panamiana considerou estas palavras uma grosseira intromissão do embaixador nos assuntos internos do país, dado que muitos estudantes do Panamá seguem cursos em países socialistas, e o governo analisa a hipótese de estabelecer relações diplomáticas com a URSS e a RP da China, tendo, por outro lado, o actual gabinete concluído um acordo de intercâmbio comercial e industrial com Cuba.

A atitude do embaixador foi considerada tanto mais ofensiva quanto é certo estarem as relações tensas entre os EUA e o Panamá, em virtude de Washington não respeitar as cláusulas do tratado canalero.

Recentemente o ministro panamiano do planeamento apresentou um ultimato aos norte-americanos para que estes cumpram o clausulado referente às relações laborais e aos investimentos requeridos para as benéficas relações naquela via oceânica.



COPPAL

Apoia

El Salvador

□ A recente reunião da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (COPPAL) concluiu com a aprovação de uma declaração em que se dá pleno apoio aos sectores da oposição de El Salvador e à decisão franco-mexicana que reconheceu a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e a Frente Democrática Revolucionária (FDR) como representantes autênticos do povo salvadoreño. A delegação desse país foi chefiada por Guillermo Ungo, presidente do FDR. A conferência exprimiu também o seu apoio à iniciativa de paz para El Salvador apresentada às Nações Unidas pelo governo da Nicarágua.

Foram admitidos como membros de pleno direito na COPPAL quatro novos grupos políticos: o movimento *New Jewel* (Nova Joia), de Granada, Partido Radical do Chile, o Movimento de Esquerda Revolucionária, da Bolívia, e a Convergência Democrática do Uruguai. A COPPAL decidiu solicitar à ONU que inclua na sua agenda de discussões para 1982 a análise do problema colonial de Porto Rico e declare que a «independência porto-riquenha é a única solução autenticamente descolonizadora para esse povo irmão latino-americano».

Os dirigentes dos 22 partidos políticos reunidos no México renderam uma homenagem especial a Jaime Roldós e ao general Omar Torrijos «mortos em circunstâncias ainda não esclarecidas» e fizeram um minuto de silêncio em memória do ex-presidente da Venezuela, Rómulo Betancourt. Decidiram igualmente enviar um telegrama ao general Gregório Alvarez, presidente do Uruguai, para exigir a liberdade do general Liber Seregni, líder de oposição daquele país, preso há vários anos.

A COPPAL terá a sua próxima reunião no Panamá, no fim de Novembro, para analisar a solução pacífica para os problemas da América Central e para avaliar os resultados da Reunião sobre Cooperação e Desenvolvimento (Diálogo Norte-Sul), de Cancún.

Conosco



A Velocidade  
O Conforto  
A Hospitalidade

Horário de Inverno

1 de Novembro a 21 de Março de 1982

Moscovo	Frankfurt		Lisboa		Havana
partida	chegada	partida	chegada	partida	chegada
08.00*	-	-	10.40*	-	-
19.40**	20.55	22.15	00.20	02.20	06.55***
Havana	Lisboa		Frankfurt		Moscovo
partida	chegada	partida	chegada	partida	chegada
-	-	11.55*	-	-	20.20*
18.15****	07.50	09.05	12.50	14.15	19.20****

O horário corresponde às horas locais:  
\* terça-feira    \*\* sexta-feira  
\*\*\* quinta-feira    \*\*\*\* sábado

АЭРОФЛОТ  
Soviet airlines



Israel  
pode ter  
várias  
bombas  
nucleares



A central atômica israelita de Dimona

□ Israel tem há dez anos meios para se dotar de várias bombas atômicas, mas não há provas definitivas de que já as possua — estas as principais conclusões a que chegou um grupo de peritos, encarregados de analisar a capacidade nuclear de Telavive, por solicitação do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, em obediência à recomendação nesse sentido feita em 1979 pela AG daquela organização internacional.

Há muito que a questão da posse ou não posse de armas nucleares por parte de Israel merece os mais diversos comentários e especulações em todo o mundo. Certos dirigentes árabes e palestinos afirmaram, mais de uma vez, que os sionistas possuem armas atômicas. A imprensa ocidental, por sua vez, relatou que Israel esteve há dois anos envolvido num teste nuclear conjunto com a África do Sul, realizado, segundo se calcula, ao largo das costas do Estado do «apartheid».

Contudo, o relatório destes peritos da ONU é a primeira confirmação oficial de que Israel possui capacidade nuclear há dez anos. Informações dos mesmos peritos lembram que Israel mantém, a este propósito, uma política voluntariamente ambígua, e se tem recusado sistematicamente a assinar o tratado sobre a não proliferação de armas nucleares. Os peritos declararam a Kurt Waldheim que a posse de bombas atômicas por parte de Israel «seria um factor gravemente lesivo da estabilidade no Médio Oriente, zona onde existem demasiadas tensões mesmo sem contar com esse factor desestabilizador».

Os mesmos peritos entendem que os riscos de uma corrida às armas nucleares no Médio Oriente poderiam ser evitados, «se Israel renunciasse sem demora à posse ou à intenção de possuir armas nucleares» e se abrisse as suas

instalações atômicas à inspecção internacional.

Baseando-se naquilo que se conhece sobre o reactor israelita de 25 megawatts «Dimona», os peritos concluíram que «existe a possibilidade material de Israel dispor já de materiais de fabrico em número suficiente para fazer diversas bombas».

### Novo bloco interamericano?

□ A actual ofensiva diplomática do Canadá na América Latina visa criar um bloco Otava-Brasília-Caracas, tendente a servir de contrapeso à influência dos EUA no subcontinente. Esta explicação foi expressamente dada a jornalistas brasileiros pelo subsecretário de Estado do Canadá, Richard Gorham, numa reunião por ele convocada em Otava e destinada a fazer o ponto das relações entre o Canadá e o Brasil, cujos contactos têm vindo a estreitar-se desde o ano passado. Gorham explicou que a diversificação das relações do Canadá é um meio imprescindível para que este país possa fugir à integração económica e política com os EUA, a qual resultaria numa anexação pura e simples. Nas suas declarações, amplamente reproduzidas nos jornais brasileiros, Gorham lembrou as possibilidades de cooperação existentes entre o Canadá e o Brasil e recordou as convergências de pontos de vista de ambos os governos quanto a certos problemas internacionais como o diálogo Norte-Sul e a problemática africana. Esta proposta de criação de um novo bloco interamericano surge numa altura em que a Argentina é escolhida por Washington como eixo de um «consenso estratégico» na América do Sul e peão para a criação de uma «força interamericana» tendente a jugular os movimentos de guerrilha no subcontinente. Tudo indica que o papel de subpotência subregional outrora concedido ao Brasil pelos EUA está agora a ser transferido para Buenos Aires.



CONFERÊNCIA AFRO-ÁRABE DE LUANDA  
المنتدى الإفريقي-العربي لواندا



## Conferência Afro-Árabe de Luanda

«A Conferência Afro – Árabe de Luanda será um marco histórico», lê-se no Apelo do Comité Preparatório Internacional divulgado no termo da reunião realizada em Lisboa e que se destinou a preparar a Conferência que terá lugar na capital da República Popular de Angola, entre 6 e 9 de Dezembro deste ano.

Participaram no encontro de Lisboa 21 delegações de países africanos e árabes que debateram os documentos de trabalho e resoluções que deverão ser aprovados em Luanda.

A importância da Conferência de Luanda – a primeira do género – é salientada no Apelo redigido em Lisboa:

«Uma conferência como esta torna-se agora ainda mais necessária e urgente. Novos perigos ameaçam a soberania e a estabilidade dos Estados africanos e árabes. Agrava-se a tensão na África Austral e no Médio Oriente. Intensificam-se as agressões sistemáticas perpetradas pelo regime do *apartheid* da África do Sul e pelo regime de Israel. Esta escalada é conduzida com o apoio declarado e exprime de facto a estratégia da actual administração dos EUA.

«Uma tal política tem por objectivo perpetuar a ocupação e a devastação do sul do Líbano, impedir o acesso à independência autêntica dos povos da Namíbia e da Palestina, retardar a vitória do povo heróico da África do Sul contra o *apartheid* e pela libertação nacional. Visa, por outro lado, desestabilizar Estados independentes como a República Popular de Angola ou outros Estados da Linha da Frente, ou ainda a Síria, a Líbia e outros Estados árabes. Trata-se, finalmente, de prosseguir a apropriação das riquezas dos países africanos e árabes e de retardar o seu desenvolvimento económico e social.

O documento divulgado em Lisboa conclui lançando «um apelo instantâneo a todas as forças nacionais e patrióticas, amantes da liberdade e da paz, do continente africano e do mundo árabe, a fim de que elas tudo façam para assegurar o pleno sucesso da Conferência de Luanda, pelo reforço da amizade e da cooperação entre os povos, pela independência nacional, o desenvolvimento económico e social e pela paz».

A Conferência Afro – Árabe de Luanda será iniciada com um discurso do presidente José Eduardo dos Santos e contará com a presença de diversos dirigentes políticos africanos e árabes, entre os quais o presidente da Organização de Libertação da Palestina, Yasser Arafat, que visitará pela primeira vez um país da África Austral.



INTERCOOPERATION CO. LTD.  
FOR TRADE PROMOTION

INTERCOOPERATION AG  
FÜR HANDELSFÖRDERUNG

INTERCOOPERATION SA  
POUR LA PROMOTION DU COMMERCE

**Empresa húngara  
de construção de estradas  
com um volume de negócios  
que atinge**

**6 milhões de contos/ano  
procura um parceiro para colaborar  
em regime de sub-contrato  
noutros países  
na execução de obras de:**

- ★ construção de estradas: asfaltagem, revestimento em betão, viadutos, passagens subterrâneas e pontes
- ★ hidráulica: construção de barragens, represas, diques de protecção contra inundações, canais de irrigação
- ★ caminhos de ferro: construção e renovação de carris.

A empresa húngara  
fornecerá as máquinas,  
os projectos e a mão de obra  
necessários aos trabalhos referidos.

Para informação complementar contactar:  
Intercooperation Co. Ltd. For Trade Promotion  
P.O. Box 53 Budapest 1253 Hungria.



## Desarmamento na ONU: os números da vergonha

□ Pelo quarto ano consecutivo, as Nações Unidas celebraram, entre 24 e 31 de Outubro, a «semana anual do desarmamento», consagrada à ameaça que a corrida às armas representa para a paz e segurança mundiais e ao perigo que as crescentes despesas militares acarretam para o desenvolvimento. Os dados que a este respeito foram fornecidos pelo presidente da Assembleia Geral da ONU, Ismat Kitani, e os que constam de um estudo feito em 1977 pela Organização mundial são autênticos «números da vergonha».

Uma das preocupações do movimento anti-nuclear é exactamente o do desperdício de recursos desviados para o armamento em prejuízo do desenvolvimento. O embaixador angolano na ONU, Elísio de Figueiredo, evocou, na sessão inaugural da semana de desarmamento, «a fome, a pobreza, as doenças, o analfabetismo e as condições de vida de milhões de desprotegidos deste mundo», cujas necessidades poderiam ser satisfeitas com o que se gasta nos armamentos. Só o custo de um tanque — 500 mil dólares — dava para equipar 520 salas de aula. Os 20 milhões de dólares que custa um caça dariam para edificar 40 mil dispensários rurais, enquanto que os 100 milhões de dólares que custa um «destroyer» equivalem ao custo da electrificação de 13 cidades e 19 zonas rurais para uma população conjunta de nove milhões de habitantes. Os países em desenvolvimento gastaram, em 1975, 33 800 milhões de dólares com armas, e, segundo se calcula, em 1980, esses gastos atingiram os 100 mil milhões de dólares.

Os gastos militares feitos em todo o mundo este ano subiram a mais de



20 mil milhões de dólares, o que equivale aos investimentos totais dos países em vias de desenvolvimento. Se o crescimento dos gastos com o rearmamento prosseguisse à taxa actual, o valor dos recursos de que seria privado o sector civil, nas próximas duas décadas, equivaleria a metade da produção mundial global.

Cerca de um quinto dos cientistas e engenheiros do mundo ocupa-se de projectos militares. Cerca de 95 % do total da produção industrial para fins militares foi realizado pelos países industrializados. Entre 3 e 11 % da produção mundial de matérias-primas não energéticas e entre 5 e 6 % do uso mundial do petróleo foram consumidos na produção de armas.

Seis países consomem 75% dos gastos militares globais anuais do mundo: EUA, URSS, China, França, Reino Unido e República Federal Alemã.

A «militarização» do mundo é tal que 50 milhões de pessoas se consagram hoje a actividades directa ou indirectamente ligadas à produção

de instrumentos de guerra.

O Centro da ONU para o Desarmamento em Nova Iorque recebeu um apelo, assinado por milhares de estudantes universitários de 85 estabelecimentos de ensino dos EUA. A mensagem, na qual se pede a suspensão dos programas de armas nucleares, o desarmamento global e o apoio a «uma ONU capaz de governar o nosso mundo em busca do bem comum», foi entregue pela «Caravana para a Sobrevivência Humana», que, a partir de diversos pontos dos EUA, convergiu para Nova Iorque.

Apesar de pouco noticiadas, estas iniciativas revelam até que ponto o pacifismo e o sentimento anti-nuclear proliferam também no interior dos EUA. De tal modo que alguns observadores consideram que a «caravana» pode ter sido o início de uma vaga juvenil de protesto, susceptível de abarcar as universidades norte-americanas e de atingir as proporções que nos Anos 60 alcançou o movimento contra a guerra do Vietname.



# telex telex telex telex telex

**apertam-se os laços?** — tudo indica que as relações comerciais entre o Chile e a RFA irão ser reactivadas, depois da visita que o subsecretário oeste-alemão da Economia, Otto Schlecht, realizou àquele país latino-americano em princípios do presente mês, e durante a qual se avistou com os ministros chilenos dos Negócios Estrangeiros e da Fazenda Pública, com o presidente do Banco Central e com os dirigentes da Câmara de Comércio e Indústria. Esta foi a visita de mais alto nível realizada por um elemento do governo oeste-alemão ao Chile, desde o derrube de Salvador Allende. Segundo se crê em Bona, a visita de Schlecht foi um meio de reactivar a forte presença oeste-alemã na economia chilena, presença essa que não chegou nunca a ser posta em causa, apesar do esfriamento das relações diplomáticas entre os dois países.

**economia nigeriana** — entrou em produção este mês o complexo siderúrgico Delta, situado em Aladja, no Estado nigeriano de Bendel. O complexo produz lingotes para utilizar nas fábricas de aço laminado de Osogbo, Jos e Katsina, que produzem varetas para a construção civil e ferroviária. Este complexo — o primeiro do seu género na África Ocidental — laborará também para os países membros da Comunidade Económica da África Ocidental (ECOWAS). No sector do petróleo, espera-se que a produção do «bruto» nigeriano aumente nos próximos meses. Em Dezembro a produção oscilará muito provavelmente à volta dos 1,9 milhões de barris diários, nível no qual se baseia o orçamento nacional de 1981 e que ainda não foi alcançado este ano.

**piores que há 25 anos** — o Nepal, país asiático que figura na lista dos menos desenvolvidos do mundo, conhece uma grave situação alimentar, de tal modo que os seus habitantes vivem hoje em piores condições que há 25 anos. A estrutura económico-social do país não permitiu que o aumento da população (cuja taxa de incremento se situa nos 2,10% anuais) fosse compensado por um correspondente crescimento da produção agrícola (a produção de cereais no ano passado conheceu um acréscimo de apenas 1,5%). Em 74/75, 31 dos 75 distritos do país eram deficitários em produção alimentar. Hoje o défice abrange 49 distritos. Apesar da planificação encetada há um quarto de século nas esferas familiar e agrícola, nada se conseguiu: a população continua a aumentar e os alimentos crescem a um ritmo que fica aquém das necessidades.

**do Báltico ao Maputo** — à velocidade máxima de cinco nós por hora, uma doca flutuante, de fabrico soviético, levou três meses a fazer a travessia do Mar Báltico até ao porto de Maputo, numa viagem que pode considerar-se histórica, pois foi a primeira vez que uma estrutura daquelas dimensões se deslocou por mar e por seus próprios meios a uma tão longa distância.

Dentro da doca — tripulada por 19 soviéticos — foi instalado um estaleiro flutuante de fabrico búlgaro. A doca será implantada no porto de Matola, e o estaleiro ficará a flutuar junto da estrutura de fabrico soviético. Com a chegada destas duas estruturas ao Maputo, a RP de Moçambique fica dotada de meios para reparar naves de grandes dimensões, o que lhe evitará o elevado gasto de divisas que tais reparações até agora lhe têm exigido, por falta de instalações próprias. Só daqui a seis meses a doca estará operacional, depois de montada por uma empresa portuguesa. A doca e o estaleiro custarão 13 milhões de dólares, que serão pagos à URSS mediante a reparação das naves soviéticas no Índico. Setenta especialistas soviéticos irão operar a doca, por um período de dois anos, findo o qual terão sido formados quadros moçambicanos capazes de tomarem os trabalhos a seu cargo.

**45 milhões** — existem presentemente cerca de 45 milhões de latino-americanos que não sabem ler nem escrever — firma-se nas conclusões de um seminário sobre Estratégias de Alfabetização na América Central e nas Caraíbas, que, durante uma semana, reuniu, na capital do Equador, Quito, peritos de todos os países da área. Há 40 anos que se encetaram esforços de alfabetização na zona, onde se verifica hoje uma descida da taxa de analfabetismo. No entanto, as diferenças entre os diversos países são muito acentuadas: se no Uruguai, a taxa de analfabetismo não excede os 3%, na Bolívia atinge os 39,6%, na Colômbia, os 20%, no Paraguai, 14% e na Venezuela, 8,3%. No Chile, a taxa é de 10%, tendo vindo a aumentar desde a instauração da ditadura de Pinochet.

Duas causas principais foram apontadas para a persistência do analfabetismo: as situações de miséria (e o seu cortejo habitual de flagelos: subnutrição, falta de incentivo, carência de oportunidades, etc.) e a intromissão de ditaduras de recorte fascista, sob a vigência das quais se abandonam os esforços de alfabetização, que os regimes democráticos, apesar de tudo, desenvolvem.



# telex telex telex telex telex

**emergência** — O governo peruano decretou o estado de emergência por um período de dois meses em cinco províncias do departamento de Ayacucho, cerca de 500 quilómetros a sudeste de Lima. A medida foi adoptada em sessão extraordinária do Conselho de Ministros, presidida pelo chefe de Estado, Belaunde Terry, como resultado da onda de violência que assola a região. Tentou-se vincular os acontecimentos ao tráfico de droga, mas os observadores admitem que a violência tem conotações políticas, dado o crescente descontentamento da população com certas medidas do governo, especialmente no que se refere à questão agrária. •

**malária versus armas** — Segundo relatórios elaborados por um grupo de peritos das Nações Unidas, com o dinheiro gasto em armamentos em doze horas poder-se-ia erradicar a malária. Um desses relatórios informa que as despesas em armamentos atingem a quantia de 450 biliões de dólares anuais enquanto a assistência oficial para o desenvolvimento mal supera os 20 biliões de dólares. Ao mesmo tempo, morrem anualmente no mundo 75 milhões de crianças vitimadas por doenças de fácil prevenção.

**eleições internas** — Os partidos Blanco e Colorado, do Uruguai, pressionam o governo no sentido de antecipar as eleições partidárias internas, marcadas para o mês de Novembro de 1982, e que seriam o primeiro passo para a normalização da vida política do país. Porém, o próprio presidente Gregório Alvarez afirmou que «não vamos voltar à situação anterior», acrescentando sentir «desprezo pelos que pretendem reivindicar práticas corruptas e demagógicas de uma pseudo-democracia já superada». As declarações são uma dura crítica contra os dois partidos tradicionais do Uruguai em que algumas correntes reivindicam uma «democracia sem exclusões». Os partidos de esquerda continuam proibidos de funcionar e não foram contemplados no projecto de abertura actualmente em discussão.

**pesca e desenvolvimento** — A principal decisão da reunião do SELA foi a criação de um organismo latino-americano para o desenvolvimento da pesca. A organização tem por objectivo a «cooperação, promoção e financiamento das actividades naquele campo a nível continental» e tratará de aproveitar as experiências dos países-membros do Comité de Acção de Produtos do Mar e Água Doce do SELA. Assitiram à reunião ministros, vice-ministros e representantes dos governos de 13 países latino-americanos.

**mais petróleo** — O jazigo de petróleo descoberto no ano passado pela empresa petrolífera norte-americana AMOCO no emirato de Sharjah (EAU) contém «milhares de milhões de barris de petróleo e 250 milhões de pés cúbicos de gás» — segundo informa o semanário «Petroleum Intelligence Weekly». Os três primeiros poços perfurados até agora poderão produzir cerca de 25 mil milhões barris e 250 milhões de pés cúbicos de gás. Mas a avaliação exacta do potencial da descoberta só poderá ser feita quando se completar a perfuração de mais dois poços. As perspectivas são tão animadoras que a AMOCO conseguiu agora um crédito de 400 milhões de dólares destinado a financiar a expansão das suas operações. Com esse crédito, concedido pelo *First National Bank of Chicago*, a companhia poderá financiar as operações de perfuração, a construção de tanques de armazenagem, e um terminal de exportação.

**anexação verbal** — A Rádio e a TV israelitas anexaram a faixa de Gaza e a margem ocidental do Jordão: doravante terão de obedecer a uma ordem do governo sionista que proibiu a utilização de termos como «territórios ocupados», «margem ocidental» ou «magem ocidental do Jordão», exigindo que, em vez deles, se utilizem os «nomes bíblicos» de Judeia e Samaria. Esta ordem foi dada exactamente no momento em que Telavive encetava mais uma sessão de negociações com o Cairo sobre a autonomia palestina. Ao mesmo tempo, os ocupantes sionistas procuram criar um grupo rural palestino que possa «participar» nas negociações, enquanto impedem que os fundos árabes cheguem às mãos das instituições municipais, jurídicas e sociais da margem ocidental e da Faixa de Gaza. A nova tática, integrada no «plano Sharon», é liquidar as organizações palestinas locais — fiéis à OLP — e opor-lhes «ligas de aldeias» fomentadas e financiadas pelos sionistas.

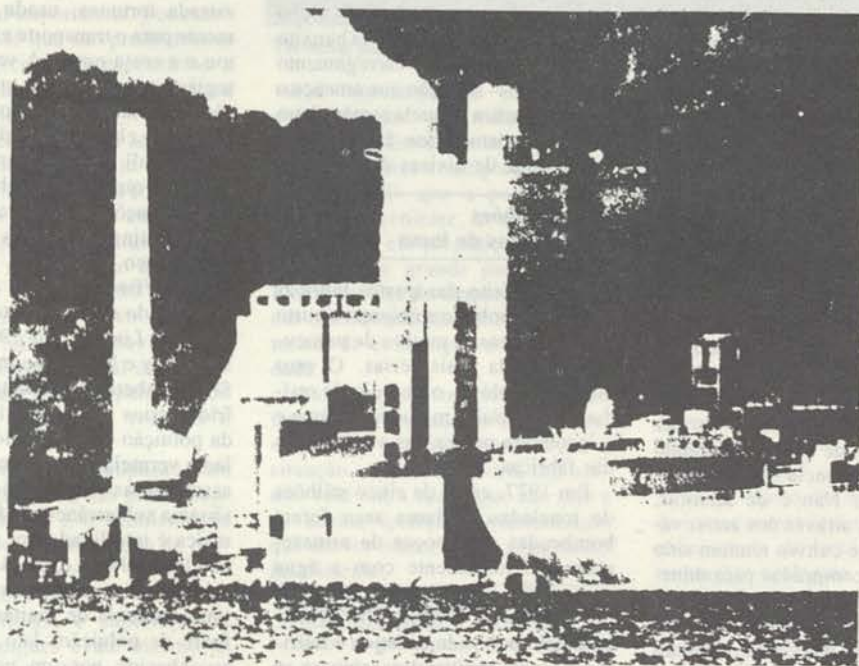
**de novo à sombra do FMI** — o governo peruano, chefiado por Manuel Ulloa, está a aplicar as conhecidas receitas da Escola de Chicago — impostas pelo Fundo Monetário Internacional — para recuperar a economia nacional: supressão ou diminuição dos direitos alfandegários, supressão dos subsídios a produtos de consumo corrente, minimização do papel empresarial do Estado e redução das vantagens fiscais que dantes se concediam às exportações não tradicionais. A principal vítima destas medidas foi a indústria têxtil, a qual se encontra a braços com graves dificuldades, depois da liberalização das importações providas de Taiwan, Hong-Kong e Coreia do Sul. Oito mil trabalhadores do sector encontram-se já no desemprego.



## Lama vermelha ameaça a Jamaica

*As consequências da falta de planeamento físico de uma indústria altamente poluente como a da bauxite, criam sérios problemas na fauna, flora e águas fluviais da ilha caribenha*

Beverley Newell \*



**E**MBORA responsável por 60% das divisas estrangeiras que entram no país, a indústria jamaicana de bauxite/alumina não passa de um rebento novo quando comparado com outras áreas fundamentais da actividade económica — as indústrias do turismo, do açúcar e da banana, por exemplo.

A bauxite foi descoberta na Jamaica em 1827 por Sir Thomas de La Beche, o primeiro geólogo do

Estado, mas somente um século depois o país fez o seu primeiro embarque de minério. De 240 mil toneladas em 1952, as exportações passaram a pouco mais de 6 milhões de toneladas no ano passado. As exportações de alumina datam de 1953, quando 29 mil toneladas foram despachadas para o exterior. No ano passado, foram exportados 2,3 mi-

*\* o autor é perito em problemas industriais e ecológicos em Kingston*

lhões de toneladas. A indústria tem proporcionado ao governo um rendimento que passou de 436 mil dólares em 1954 para um *record* de 209 milhões em *royalties* e impostos pagos pelas companhias no ano passado.

Estas estatísticas demonstram a importância da indústria da bauxite/alumina, especialmente para os milhares de trabalhadores e seus dependentes que beneficiam directamente da operação local de



cinco transnacionais — ALPART, ALCAN, ALCOA, KAISER e REYNOLDS. Actualmente, vastas extensões de terra no centro, sul e, em menor escala, no norte da Jamaica fazem parte do âmbito das operações de mineração e processamento dessas companhias.

Mas, enquanto se tem posto em relevo as vantagens económicas proporcionadas pela indústria, os seus efeitos sobre a ecologia — sobre o ar, a água, a flora e a fauna, a terra e, em última análise, o próprio bem-estar — vêm sendo tradicionalmente relegados para posição secundária, principalmente em virtude da ignorância das autoridades no início da década de 50, quanto às relações mútuas entre desenvolvimento e controlo ecológico. De facto, só em meados da década de 70 foram dados os primeiros passos no sentido do reconhecimento da importância deste último factor, com a publicação de um Plano Físico Nacional.

#### Problemas ecológicos

Em primeiro lugar, há que levar em conta que a geografia acidentada do país restringiu as actividades agrícolas, industriais e outras formas de desenvolvimento a um pequeno número de regiões, gerando acirrada concorrência para a obtenção de terras. Não é de admirar, portanto, que, através dos anos, valiosas terras de cultivo tenham sido arrendadas e compradas para mineração de bauxite — em detrimento do país, como se percebe agora, quando a ênfase da economia jamaicana é colocada sobre a produção nacional de alimentos, cujas importações custam ao país cerca de 30 milhões de dólares por mês. A recuperação, restauração e reabilitação de terras exploradas pela mineração, necessárias para devolvê-las ao cultivo, constituem um processo lento e demorado.

Diante de tal desafio, uma alta autoridade do governo explicou que era «muito difícil escolher entre a bauxite e a agricultura». Trata-se, realmente, de um exemplo em que o desenvolvimento é contra-protutivo e revela falta de visão em relação ao

problema, pois grande parte do rendimento gerado pela indústria da bauxite/alumina é despendido exactamente na aquisição de alimentos, ao invés de servir para melhorar o padrão de vida do país.

Outros problemas resultam das incómodas nuvens de poeira levantadas pelos camiões que transportam o minério ao longo de estradas de terra, inconveniente facilmente aliviado pela aplicação de água ou cloreto de cálcio, que provoca o endurecimento das estradas. Há, contudo, indícios de que o manuseamento da bauxite nos portos do país pode vir a ter graves consequências. Já se verificou que a fauna de coral, peixes e tartarugas na baía de Ocho Rios está a ser destruída pela bauxite derramada durante o carregamento dos navios — situação que ameaça o futuro da pesca naquela região, bem como o turismo, que é a segunda maior fonte de divisas do país.

#### Cinco milhões de toneladas de lama

Mas o efeito das quatro fábricas de alumina sobre o ambiente, a curto e longo prazos, é motivo de preocupações ainda mais sérias. O problema é duplo — o despejo de resíduos industriais em poços de lama e a incómoda poeira nas vizinhanças das fábricas.

Em 1977, cerca de cinco milhões de toneladas de lama seca foram bombeadas para poços de armazenamento, juntamente com a água necessária, o que representa 80% dos resíduos, constituídos principalmente por soda cáustica e barrilha.\* Como muitos desses poços se localizam em vales caracterizados por falhas geológicas, e como grande parte do solo da Jamaica é calcáreo, é difícil vedar os poços e evitar infiltrações. O resultado é a constante ameaça da intrusão de uma solução contaminada pela lama vermelha no sistema subterrâneo de água.

Os índices locais de poluição da água pela lama vermelha incluem um aumento da concentração de

(\*) Tintas possuidoras de muita soda.

sódio, enquanto o conteúdo de cloro permanece normal; o nível de acidez aumenta 10% ou mais; o teor de cálcio na água diminui, e ocorre uma calcinação dos poços de água nas regiões afectadas.

O Rio Cobre, que desempenha um papel vital na irrigação dos canaviais e propriedades agrícolas de St. Catherine, além de fornecer água para a capital do país, Kingston, já foi ameaçado pelas operações da Alcan na fábrica de Ewarton.

Tal ameaça pode passar despercebida para o cidadão comum, mas o mesmo não se pode dizer do poço de lama daquela fábrica. O seu enorme vulto vermelho pode ser visto da estrada tortuosa, usada frequentemente para o transporte entre Kingston e a costa norte. A vegetação da região, estiolada, tem uma coloração amarelada e, mesmo sem se conhecer o cheiro da soda cáustica, sente-se ali um penetrante odor de produtos químicos. Embora lentas, as infiltrações provenientes desse poço já atingiram partes do sistema subterrâneo de água da região Linstead/Ewarton.

Antes do encerramento da *Revere Alumina Limited* em 1975, os rios Maggotty e Negro, no município de St. Elizabeth, tinham também sofrido sérios danos. As implicações da poluição da água pelos poços de lama vermelha assumem dimensões assustadoras se se considerar que o sistema subterrâneo de água na Jamaica é interligado por canais, tornando possível a extensão dos danos até mesmo a pessoas que residam a uma distância de muitas milhas da fonte de poluição. Isto mesmo foi reconhecido por um perito da indústria local, o dr. V. G. Hill, num estudo publicado em 1977, que observou que um projecto de abastecimento de água que estava a ser planeado na época para servir aos residentes de três freguesias poderia ser ameaçado pela poluição produzida pela fábrica da *Alpart* em Nain, St. Elizabeth.

Ainda mais alarmante é o facto de a infiltração ser passível de persistir muito tempo depois de os poços terem sido abandonados. Outra ameaça constante num país onde os terremotos não são raros é que um



desses poços venha a romper-se, inundando as vizinhanças com milhões de toneladas de lama vermelha nociva.

### As alternativas possíveis

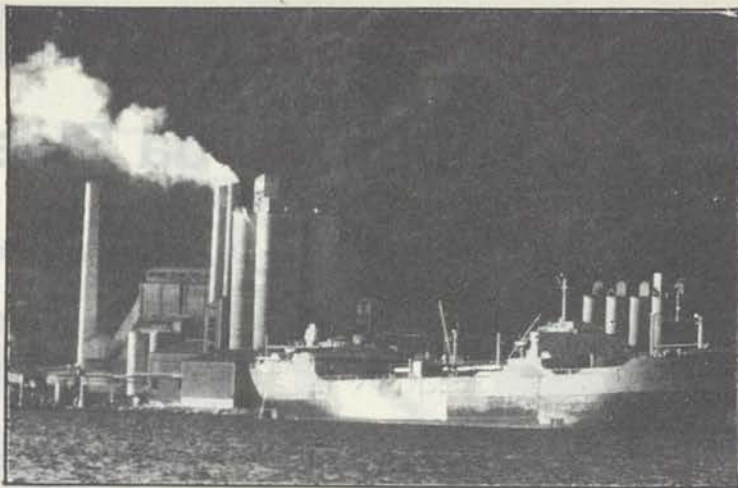
A eliminação do resíduo de lama vermelha é um problema que afecta a indústria da bauxite/alumina no mundo inteiro, e a Jamaica, tal como outros países produtores, estuda actualmente outras alternativas. No caso do despejo no alto mar, solução que tem sido tão defendida ultimamente, deve-se considerar seriamente o possível impacte sobre a fauna marinha e sobre as praias, numa região em que o turismo é de fundamental importância. Por outro lado, alega-se que são proibitivos o custo e a tecnologia necessários à utilização da lama vermelha para fins industriais.

Actualmente, a *Alcoa Minerals* é a única companhia cujo poço de lama não cria problemas ecológicos sérios, mas o sistema empregado pela firma que recicla a fase líquida da lama no seu processo de produção, requer perto de 100 acres de valiosas terras de cultivo todos os cinco anos. Não restam dúvidas hoje de que o sistema normal de fiscalização por parte das companhias e do governo é incapaz de resolver o problema.

Outra causa de preocupação para as regiões habitadas nas proximidades das fábricas é o problema da poeira criada pela operação de processamento da alumina.

Há ocasiões em que os tectos, plantas, animais, e superfície da água dos tanques e até mesmo as mobílias ficam submersos por uma espessa camada de pó branco de alumina. Membros dessas comunidades rurais, muitos dos quais vivem das suas plantações, queixam-se de que a poeira prejudica o crescimento das plantas e mata animais. Outros mencionam ainda distúrbios físicos como hemorragias nasais, rinite e tosse excessiva. Além disso, dizem que a soda cáustica e outros produtos químicos contidos na poeira provocam a corrosão dos tectos.

Desesperante é que, após muitos anos de queixas e de instauração de



Terminal portuário da mina de bauxite de Ocho Rios, na Jamaica

várias investigações promovidas pelo governo, os residentes das áreas afectadas continuam submetidos às mesmas condições. Embora reconhecendo que a poeira é um sério inconveniente, as companhias negam que ela prejudique a saúde. Alegam que grande parte do problema decorre do emprego de técnicas inadequadas de cultivo e de materiais de construção de má qualidade.

Até hoje, os testes científicos não trouxeram resultados concludentes, o que não contribui para aliviar a situação e deixa a maioria das vítimas sem outra opção que não seja a de aceitar qualquer indemnização que lhe for oferecida — geralmente insuficiente.

### O papel do governo

Cabe ao governo a tarefa de tomar as medidas necessárias para que o desenvolvimento não seja realizado à custa do meio ambiente e, em última análise, do bem-estar nacional.

No entanto, até há pouco tempo, o governo mal participava no desenvolvimento da indústria de bauxite/alumina. As companhias eram autorizadas a instalar unidades industriais nas proximidades de zonas habitadas; e, na ausência de padrões ecológicos estabelecidos pelo governo, a sua única responsabilidade era atingir as metas de produção. A actividade económica gerada pela

indústria de bauxite/alumina levou ao estabelecimento de núcleos habitacionais e áreas de lazer demasiadamente próximos das fábricas, sem a permissão das autoridades competentes. Hoje, essas comunidades e a própria indústria já são tão antigas e estão tão implantadas que a sua deslocação deixa de ser viável.

A Jamaica começa a aprender a importância do planeamento ambiental, agora que se defronta com a difícil implementação técnica de medidas correctivas contra a poluição.

No momento em que o governo promove a pesquisa de novas formas de investimento industrial no país, a necessidade de uma clara regulamentação ecológica e respectivas sanções legais torna-se ainda mais crucial. Só neste contexto deve ser pensada a expansão da indústria de bauxite/alumina. Além disso, o governo deve exigir que a tecnologia e as verbas à disposição da indústria sejam canalizadas para a pesquisa de métodos adequados de eliminação da lama vermelha e de instalação de equipamento para o controlo eficaz da emissão de poeira, como medidas preliminares.

O potencial económico e os benefícios decorrentes deste sector da economia são inegáveis, mas devem servir para melhorar e não para destruir outros aspectos do meio ambiente, vitais para a sobrevivência da Jamaica como nação.



# A confissão da Pide-DGS

Três semanas antes do regime colonial-fascista cair em Lisboa, a polícia política portuguesa enviava de Moçambique a sua confissão do fracasso na luta contra a FRELIMO

DIRECÇÃO-GERAL DE SEGURANÇA  
SUB-DIRECÇÃO DE MOÇAMBIQUE

Relatório

13-21-02/03/74  
Data de recepção do relatório

30/7/74  
Data de emissão do relatório

DGS/10094  
Número

REZ. OCTIOO  
Assunto

**RELATÓRIO IMEDIATO**

Classificação do documento: CONFIDENCIAL

Nº: 340/74/DL/2/OC  
Data: 3/4/74

Classificação: CONFIDENCIAL

Assunto: FRELIMO - APOIOS

Montepuez, Namuno, Nairoto, Meza, Toma de Montepuez, Chiúre e Ancuabe

O presente relatório contém informações de carácter reservado e a sua divulgação é proibida sem autorização da Direcção-Geral de Segurança e da Direcção de Moçambique

## 2. ALIAMENTO DA SUBVERSÃO ÀS INTERESSES DO VIL DE CABO DELGADO

### a- Antecedentes de situação

(1) Devido há vários meses que a DGS vinha enviando todas as forças para refrear a acção da FRELIMO nas áreas contíguas aos Distritos de ILHA DE MOÇAMBIQUE e NAMFULA, retirando-se nativos que, nas diversas situações, se encontravam em perigo nas suas terras, uma vez que, através de informações recolhidas e da investigação feita a esses indivíduos, sendo que grupos de, armados, acomodados nos nativos dessas áreas, procediam a contactos com rádios, gramofones, conselheiros, chefes de povoação e outros influentes, que aderiam à sua propaganda.

(2) Perante tal situação e na impossibilidade de investigar e agir de uma "maneira" após as comunicações, foi decidido, pela Comissão Distrital, nomear para uma reunião em PORTO AMÉLIA todos os rádios e outros elementos praproprietários, e fim de lhes fazer sentir que as Autoridades sabem das actividades anti-nacionais de alguns deles, apontar-lhes as sanções previstas para os factos praticados e chamá-los à atenção pelo facto de que eram.

(3) O então Governador do Distrito, Capitão de Fragata RAFAEL DOS SANTOS PRADO, fez estas advertências em tom imperativo, manifestando que as sanções a ser aplicadas a quem se recusasse a obedecer às ordens da autoridade.

DGS/10094  
Número

30/7/74  
Data

13-21-02/03/74  
Data

MOZ-10094-1-1-00000

DIRECÇÃO-GERAL DE SEGURANÇA  
SUB-DIRECÇÃO DE MOÇAMBIQUE

Relatório

13-21-02/03/74  
Data de recepção do relatório

30/7/74  
Data de emissão do relatório

DGS/10094  
Número

REZ. OCTIOO  
Assunto

**RELATÓRIO IMEDIATO**

Classificação do documento: CONFIDENCIAL

Nº: 340/74/DL/2/OC  
Data: 3/4/74

Classificação: CONFIDENCIAL

Assunto: FRELIMO - APOIOS

Montepuez, Namuno, Nairoto, Meza, Toma de Montepuez, Chiúre e Ancuabe

O presente relatório contém informações de carácter reservado e a sua divulgação é proibida sem autorização da Direcção-Geral de Segurança e da Direcção de Moçambique

quando a "FRELIMO" saber que a população está com ela, do seu lado.

Devido há vários meses que a DGS vinha enviando todas as forças para refrear a acção da FRELIMO nas áreas contíguas aos Distritos de ILHA DE MOÇAMBIQUE e NAMFULA, retirando-se nativos que, nas diversas situações, se encontravam em perigo nas suas terras, uma vez que, através de informações recolhidas e da investigação feita a esses indivíduos, sendo que grupos de, armados, acomodados nos nativos dessas áreas, procediam a contactos com rádios, gramofones, conselheiros, chefes de povoação e outros influentes, que aderiam à sua propaganda.

Julgando que, com um conjunto de esforços e de forças e com um trabalho sistemático de todos, sobretudo militares e paramilitares, poderá contrariar as intenções da "FRELIMO", que visa de todo o modo impedir a aderência dos nativos aos Distritos de ILHA DE MOÇAMBIQUE.

No cumprimento das directivas da Direcção-Geral de Segurança e da Direcção de Moçambique, nomeadamente do relatório nº 10094, de 30/7/74, sobre a situação dos nativos que voltam a trazer a FRELIMO.

DGS, Vila Rica, 10/8/74  
INCO. CONFIDENCIAL

13/74

DISTRIBUIÇÃO:  
DGS (2 exs)  
DGS - SAERP  
DGS  
DGS  
DGS  
DGS

DGS/10094  
Número

O DIRECTOR  
*[Assinatura]*

VINTE e três dias antes da data libertadora do 25 de Abril de 1974, a PIDE/DGS de Moçambique emitiu um relatório confidencial, oriundo da sua subdelegação de Porto Amélia (Cabo Delgado), que constitui um testemunho

inequívoco da situação real que ali se vivia e, simultaneamente, o melhor elogio à actuação da FRELIMO.

Classificado como «confidencial» esse relatório, de 25 páginas dactilografadas, referia-se à FRE-

LIMO e aos seus apoios, descrevendo as «redes do inimigo» em Montepuez, Namuno, Nairoto, Meza, Toma de Montepuez, Chiúre e Ancuabe — uma zona «com cerca de 200 000 almas» que «passaram no aspecto ideológico para a mão da





Após a independência de Moçambique foram representadas várias encenações teatrais, cujo tema central eram os métodos da Pide/DGS. Uma forma de relembra um passado muito recente

FRELIMO, visto os chefes tribais traírem mais uma vez os interesses da Nação».

Nesse documento, com a assinatura do director da Pide de Moçambique, e de que cadernos do terceiro mundo publica largos extractos, os agentes da «segurança» do regime colonial-fascista de Marcelo Caetano confessam, na sua linguagem característica, a sua impotência para impedir a adesão das populações à propaganda da FRELIMO e descrevem o modo como os régulos, os conselheiros e demais autoridades tradicionais «iam caindo em cadeia».

#### O antídoto não resulta

O relatório começa por descrever os esforços da Pide/DGS nos últimos meses «para refrear a acção da FRELIMO nas áreas contíguas aos Distritos da Ilha de Moçambique e Nampula, retirando os nativos que, nas diversas alturas, se mostravam mais perigosos nas suas terras, uma vez que, através de informações colhidas e da investigação feita a esses indivíduos, sabia que grupos IN (entenda-se, guerrilheiros da FRELIMO), armados, acompanhados por nativos dessas áreas, procediam a contactos com régulos, piamunes (mulheres notáveis das aldeias), conselheiros, chefes de povoação e outros influentes, que aderiam à sua propaganda.»

Perante tal situação e «na impossibilidade de investigar e banir do seu habitat todos os comprometidos» a Comissão Distrital da Pide decidiu convocar para uma reunião em Porto Amélia «todos os régulos e outros elementos preponderantes, a fim de lhes fazer sentir que as Autoridades sabiam das actividades antinacionais de alguns deles, apontar-lhes as sanções previstas para os factos praticados e chamá-los à atenção pelo logro em que caíram».

Nessa reunião o então governador do Distrito, capitão de fragata Manuel Santos Prado, manifestou «em tom imperativo» aos «nativos a sua esperança de que todos reagissem e denunciasses a presença de aliciadores ou elementos armados, não lhes deixando dúvidas quanto à determinação das Autoridades em cortarem cerce, de futuro, qualquer actividade desfavorável ao Governo nas suas terras, onde a acção armada da FRELIMO praticamente ainda não tinha chegado».

Porém, apesar de todos terem afirmado de que «seriam fiéis ao Governo», a Pide reconhece ter verificado rapidamente que «o sêmen lançado anteriormente pelo IN tinha frutificado e que o nosso antídoto não resultara». Ainda que confidencialmente e contrariamente ao que sempre tentou fazer crer, a polícia política portuguesa constata que a FRELIMO não obrigava as populações a passarem para o seu

lado — elas estavam com a FRELIMO: «os régulos iam caindo em cadeia, levados pela propaganda aliciante da FRELIMO, que, de paridade com o poder das armas, os ia subtraindo, ideologicamente, aos nossos desígnios. Atrás deles, os conselheiros e demais autoridades tradicionais».

Lê-se no relatório que era através dos seus serecos (agitadores) que a FRELIMO «conseguiu chamar a si os operadores psicológicos que actuavam nas áreas de Montepuez, e o feiticeiro-mor das terras do Sul de Cabo Delgado», e também cipaios, camionistas mestiços e negros. «Enfim, toda uma gama de gente, das áreas do Distrito onde ainda não se fez sentir a acção violenta do terrorismo, com cerca de 200 000 almas que *grosso modo* as povoam, que passaram no aspecto ideológico para a mão da FRELIMO, visto os chefes tradicionais traírem mais uma vez os interesses da Nação».

#### «As populações passam um mau momento»

O autor do relatório declara-se surpreendido de «como foi possível chegar-se a este ponto», uma vez que, para ele, nas zonas citadas «nada houve que fizesse sentir «trabalho oculto do IN» e as autoridades responsáveis controlavam, *a priori*, toda a população».

Patenteando o seu desalento pela



situação, a Pide refere que «havia até quem alegasse a inexistência de subversão e não acreditasse na 'subversão das massas', nomeadamente a Sul da estrada Porto Amélia/Montepuez», numa alusão provável a declarações do general Kaulza de Arriaga, antigo governador de Moçambique.

Para explicar este estado de coisas, a Pide adiantava, com aquela perspicácia que lhe era reconhecida, as seguintes razões:

— «sentimento antibranco de uma população que não ousa dar qualquer informação às autoridades»;

— «falta notória de meios ao nosso alcance para controlar devidamente essa gente»;

— «ausência de uma acção psicológica intensa e com temas escolhidos, aliada a uma presença de força capaz de calar os ímpetos dos pervertidos e de mostrar à grande «massa boçal» a nossa capacidade para reprimir os desmandos, não só dos seus chefes clánicos, como daqueles, pretos ou brancos, que praticam actos que a chocam, nomeadamente no aspecto económico, em que as populações nativas atravessam um mau momento, pois todos os seus produtos lhes têm sido pagos por preços que vêm desde há anos, enquanto tudo o que têm de comprar para sobreviver sofreu aumentos de tal ordem que foge ao seu alcance e as afecta psicologicamente, predispondo-as mais facilmente a aceitar os *slogans* do inimigo».

Vale a pena sublinhar nas linhas acima transcritas que a Pide — com a terminologia e perspectiva próprias — chega ao ponto de reconhecer a exploração a que as populações estavam sujeitas quando afirma atravessarem elas «um mau momento», pois «todos os seus produtos lhes têm sido pagos por preços que vêm desde há anos»...

#### A acção de Assiro

No documento expõe-se em seguida o que se considera como intenções da FRELIMO a curto prazo, para o Sul do Distrito:

— «fazer terrorismo selectivo, na pessoa dos colonos, guardas da PSP

(Policia de Segurança Pública), encarregados de aldeamentos e nativos que não colaborem com a subversão»;

— «através dessa actuação obrigar os colonos a abandonarem os núcleos onde se encontram nas áreas de Montepuez e Namuno»;

— «mostrar às populações que as acções violentas efectuadas pelos combatentes da FRELIMO visam apenas os brancos e os 'traidores' pretos ou mistos»;

— «recrutar jovens para as suas fileiras»;

— «alcançar os Distritos de Namula e Ilha no fim do corrente ano».

O relatório prossegue com a descrição da actividade política de um membro da FRELIMO caído em poder da Pide/GDS, Assiro Rubassa. Segundo a Pide a importância deste elemento para a FRELIMO residia na sua qualidade de «feiteiro e curandeiro-mor» uma vez estar «ciente de que para efectuar uma acção generalizada de politização das populações do Sul do Distrito, tão célere e eficiente quanto possível, necessitava dos serviços de indivíduos de grande preponderância no meio indígena». O interesse do recrutamento do Assiro para as fileiras do movimento de libertação era acrescido também pelo facto dele possuir uma carrinha *Toyota* «que muito útil podia vir a ser nas viagens que houvesse de efectuar com elementos dos seus 'serecos' e ter desde há muito autorização para se deslocar livremente».

Abordado, em princípios de 1972, pela FRELIMO na estrada para Toma de Montepuez, onde costumava deslocar-se «a fim de comprar peixe», o Assiro «que, ideologicamente, já era um fanático da FRELIMO», colocou-se, imediatamente, à inteira disposição, sendo a partir de então o elemento mais útil que o IN podia ter aliciado para o seu fim em vista». Finalidade essa que consistia em facilitar à FRELIMO «os contactos com os influentes dos aldeamentos da área, proporcionando-lhes (aos guerrilheiros nacionalistas), ao mesmo tempo, deslocacões mais rápidas».

Mais tarde, o Assiro foi contac-

tado também para tarefas de aliciamento por um outro grupo guerrilheiro pertencente, como o primeiro, ao «Destacamento de Avanço Balama», que tinha por «decisão superior descido para um local situado entre o aldeamento Uncuaniunde e o rio Messalo». Chegados a esse local «acamparam, construíram palhotas e recebiam alimentação do aldeamento atrás citado, por intermédio de diversos autóctones».

«Começou então — prossegue o relatório — a grande campanha de politização das populações naquela área, por parte da IN. Utilizando a sua carrinha, o Assiro percorreu, na companhia dos terroristas, todos os aldeamentos das áreas do Nairoto e do Toma de Montepuez, apresentando e recomendando os terroristas às respectivas autoridades tradicionais e assistindo às 'banjas' (reuniões de aldeões) que logo eram efectuadas a pedido dos bandoleiros, com a presença de todos os influentes tribais e mais alguns nativos de confiança».

Segue-se um relato fiel de uma dessas «banjas» referindo que os guerrilheiros «faziam uma large exposição dos fins da luta em que a FRELIMO está empenhada, esclarecendo que visava sobretudo a expulsão dos brancos exploradores, a fim dos negros poderem beneficiar das suas riquezas. Com este e outros argumentos, os bandoleiros conseguiram a adesão total das autoridades tradicionais que se apressavam a cotizar-se e a fornecer-lhes meios de subsistência das suas machambas e ainda informações de toda a espécie de utilidade para a FRELIMO».

#### «Boleia» a um agente da Pide

Nas viagens que então passou a fazer regularmente conduzindo guerrilheiros da FRELIMO até aos aldeamentos da região, o Assiro transportou, numa ocasião, um agente da Pide que lhe havia pedido «boleia» alterando o ponto de encontro com os guerrilheiros que entraram na carrinha logo após a descida do agente...



O Assiro dedica-se igualmente a recrutar os chamados operadores psicológicos que acompanhavam as colunas do exército colonialista. Após um «operador» recrutado o caminho ficava aberto para que outros o fossem em seguida. Através desses elementos — autorizados pelas autoridades coloniais a deslocarem-se aos aldeamentos e a contactar com as populações — a FRELIMO tinha acesso a zonas altamente vigiadas, politizando e recrutando nas «barbas» do aparelho repressivo, tal como se refere no relatório: «com estes nativos, autorizados pelas autoridades Administrativas e Militares a fazer «banjas» com as populações e com a colaboração de guardas administrativos, guardas rurais, etc., o IN trabalhava à vontade e com pleno êxito, tanto mais que os operadores psicológicos diziam à 'massa nativa' que podiam rasgar os panfletos da Acção Psicológica do Governo, na qual não podiam acreditar, devendo antes seguir os conselhos dos combatentes da FRELIMO».

O resultado desse trabalho político está bem explicitado nas dezenas de nomes que a Pide conseguiu detectar terem aderido à FRELIMO, muitos deles recrutados por Assiro. Régulos, chefes de povoação, conselheiros, piamuenes, comprometiam-se com a luta de libertação popular do mesmo modo que (nomeadamente na cidade de Montepuez) pedreiros, alfaiates, cipaios, camionistas, funcionários, etc.

A partir desses contactos a FRELIMO montava as suas redes organizativas: «estes nativos recebiam os terroristas e estavam incumbidos de aliciar os autóctones que lhe deviam obediência, formando assim nas suas localidades 'redes' de apoio ao IN».

«Na área de Nairoto — prossegue este significativo documento — foram percorridos todos os aldeamentos e aliciadas todas as autoridades tradicionais as quais, por sua vez, arrastaram consigo muitos dos seus subordinados. Só no aldeamento Luma, foram aliciados oito



Foto histórica da luta de libertação nacional. Samora Machel fala aos combatentes da FRELIMO em zonas libertadas de Moçambique

chefes de povoação».

Um exemplo revelador da acção político-ideológica da FRELIMO está contido no relato de uma banja no aldeamento Napá que a Pide — no estilo da sua prosa — descreve fielmente. Lê-se no relatório que os guerrilheiros se insurgiram «contra a presença dos colonos brancos nas áreas de Montepuez e Namuno, alegando estarem a escravizar o povo moçambicano, não lhe pagando os salários merecidos e em alguns casos não lhe dando qualquer recompensa. O régulo Napá, que assistia à 'banja', foi aconselhado a convencer as suas gentes a não trabalharem para os colonos, pois sem a colaboração dos nativos aqueles não poderiam sobreviver. Acrescentaram os terroristas que a FRELIMO repudiava a atitude dos colonos e estava na disposição de atacar os prevaricadores ou aqueles que não quisessem colaborar com a subversão».

#### Pide confessa a sua impotência

Nos comentários que finalizam o relatório, a delegação em Moçam-

bique da Pide/DGS reconhece explicitamente a sua impotência ao constatar que «infelizmente, não se pode afirmar que a citada rede foi aniquilada», considerando que «nesta situação, não é difícil ao IN recompô-la a breve trecho, uma vez que a maioria das autoridades tradicionais e outros influentes não poderão ser detidos por falta de estabelecimento adequado nem pessoal para os interrogar». Isto é, a Pide confessa não poder prender toda a gente, o que nalguns casos levaria povoações inteiras a ficarem sem ninguém...

Como derradeiro recurso — que na leitura do relatório denota ser expresso com fraca convicção — para deter a marcha da FRELIMO e do povo moçambicano para a independência nacional, a Pide propõe dotar o Sul do Distrito «no mais curto prazo possível» com «forças suficientes para enfrentar o IN em acções de guerrilha, que serão uma realidade nas zonas já subvertidas quando a FRELIMO souber que a população está com ela, na sua maioria». □









**TAAAG**

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA  
★  
ANGOLA AIRLINES



A woman wearing a white headwrap and a white shawl over a patterned skirt is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee trees with ripe red cherries.

# ANGOLA

**Café de Angola**  
um  
gosto  
de  
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "INICAFE" • R.P.A.